

RELATÓRIO

DE GOVERNANÇA

CORPORATIVA

3º TRIMESTRE DE 2025

Belém – PA – 2025



Identificador de autenticação: 08ee965b-668f-4435-80a8-b98c730ed1fc

Nº do Protocolo: 2025/3799800

Anexo/Sequencial: 3



Página 1 de 197

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Washington Costa de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretor de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretor de Proteção Social dos Militares

Sérvio Túlio Gonçalves Estácio

Sumário

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL	9
2 GESTÃO ESTRATÉGICA	10
2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO	10
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	12
2.1.2 Programa Governança Pública	13
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão	21
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	24
3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS ..	24
3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO	25
3.2.1 Finanprev	25
3.2.2 Funprev	26
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	27
3.3.1 Requerimentos da Comprev	27
3.3.2 Valores da Compensação Financeira	27
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	29
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	29
3.5.1 Dívidas das Prefeituras	29
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos	30
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO	31
3.6.1 Finanprev e Funprev	31
3.7 RECEITAS E DESPESAS	33
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES	33
3.8.1 Finanprev	34
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	39

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS	39
4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev	39
4.1.2 Massa de Segurados – Funprev	40
4.1.3 Massa de segurados	40
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	40
4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	41
4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	42
4.4.1 Hipóteses biométricas	42
As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.....	42
4.4.2 Hipóteses demográficas	42
4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras	42
4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO	43
4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	44
4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	45
5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	47
5.1 CARTEIRA GLOBAL.....	47
5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global.....	50
5.2 CARTEIRA FINANPREV.....	53
5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev	53
5.2.2 Resultado do Finanprev.....	53
5.2.3 Movimentação do Finanprev.....	54
5.3 CARTEIRA DO SPSM	54
5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM	54
5.3.2 Evolução do Rendimento do SPSM.....	54

5.3.3 Movimentação do SPSM	55
5.4 CARTEIRA DO FUNPREV.....	55
5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Funprev	55
5.4.2 Evolução do Rendimento do Funprev.....	56
5.4.3 Movimentações do Funprev	56
5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento do Funprev.....	57
5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV.....	57
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV	58
5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV.....	64
5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	65
6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS	67
6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP	68
6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA.....	69
7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.....	70
7.1 GESTÃO DE PESSOAL.....	70
7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional	70
7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores.....	71
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida	72
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	75
7.2.1 Poder Executivo	75
7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário	76
7.2.3 Todos os Poderes	78
7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário	80
7.2.5 Igepps	82
7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família	87

7.2.7 Folhas de Pagamentos.....	90
7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE.....	98
7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS	99
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE	100
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL	107
7.5.1 Premiação e certificações.....	107
7.5.2 Produção de Notícias	108
7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes sociais	109
7.5.3.2 Desempenho no Facebook.....	112
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS.....	124
7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo	125
7.6.2 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução	133
7.7 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	139
7.7.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma	139
7.7.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte	142
7.7.3 Anáise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Especial e Auxílio Morte.....	143
7.7.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA.....	144
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	146
7.8.1 Análise de Benefícios Previdenciários	146
7.8.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte ..	147
7.8.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral	149
7.8.4 Abono Permanência	150
7.8.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará.....	151
7.8.6 Vacâncias.....	151
7.8.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento	155
7.8.8 Pagamento de Retroativos	161
7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais.....	162
7.8.10 Recuperação de Crédito.....	164

7.9 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	166
7.9.1 Atendimentos Psicossociais	166
7.9.2 Diligências Psicossociais.....	166
7.9.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas	167
7.9.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte	167
7.9.5 Relatórios Técnicos	167
7.9.6 Educação Previdenciária	168
8 CANAIS DE ATENDIMENTO	170
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL.....	171
8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis.....	171
8.2 ATENDIMENTO REMOTO	180
8.3 OUVIDORIA.....	180
CONSIDERAÇÕES	184
ANEXO I.....	185
ANEXO II.....	186
ANEXO III.....	191
ANEXO IV.....	197

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - Igepps/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e alterado pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro (Finanprev), Previdenciário (Funprev) e Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais (SPSM), respectivamente.

A missão principal do Instituto baseia-se na gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de seu funcionamento, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Desse modo, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) é uma ferramenta de gestão valiosa, pois viabiliza que todos os personagens envolvidos no processo organizacional (stakeholders), acompanhem as práticas e políticas de gestão utilizadas, fortalecendo assim a confiança e o compromisso com ética e responsabilidade, fornecendo dados qualitativos mais eficientes para o processo de tomada de decisão.

Na oportunidade, ressaltamos que se trata de um instrumento formal de políticas de gestão e controle organizacional em geral, baseada em três pilares, sendo eles Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo Igepps ao longo do período de julho a setembro de 2025, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a Gestão Pública Eficiente e Presente, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

As informações e dados aqui apresentados foram fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – Nuplan/Igepps consolidar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes, formatar e selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Igepps administra os recursos de dois regimes de previdência: o de repartição simples (Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará– Finanprev), de capitalização, (Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev), além do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

O Fundo Financeiro (Finanprev) possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do 3º trimestre de 2025, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 151.228.761,01 (cento e cinquenta e um milhões duzentos e vinte e oito mil setecentos e sessenta e um reais e um centavo).

O Fundo Previdenciário (Funprev) é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O Funprev encerrou o 3º trimestre de 2025, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.582.391.115,16 (quatro bilhões quinhentos e oitenta e dois milhões trezentos e noventa e um mil e cento e quinze reais e dezesseis centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O Igepps está contemplado em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; Governança Pública; e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

No terceiro trimestre de 2025, foi finalizado o processo de revisão do PPA 2024-2027, biênio 2026-2027, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado (Seplad), conforme Art.165 da Constituição Federal de 1988 e Art. 204 da Constituição do Estado do Pará.

O Núcleo de Planejamento (Nuplan), participou das consolidações das informações, bem como alimentação no SigPlan das metas físicas e posteriormente das metas financeiras consolidando o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026, em consonância com os objetivos estratégicos do Instituto.

Quadro 1 — Programas e ações do PPA 2024-2027 – 3º trimestre de 2025

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Ao analisar a execução orçamentária e financeira dos Programas no período julho a setembro de 2025, o valor total gasto foi de R\$ 91.467.990,00 (noventa e um milhões e

quatrocentos e sessenta e sete mil e novecentos e noventa reais), representando 30% da dotação real.

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 3º trimestre de 2025

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	156.000	-	-	-	-
Governança Pública	35.750.000	15.780.000	841.330	13.958.728	5
Manutenção da Gestão	264.094.000	287.008.883	90.626.660	233.607.789	32
Total	300.000.000	302.788.883	91.467.990	247.566.518	30

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No Programa Governança Pública, foi utilizado o valor de R\$ 841.330,00 (oitocentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta reais), representando 5% da dotação real no programa no 3º trimestre de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 88,5% do orçamento inicial previsto.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 90.626.660,00 (noventa milhões e seiscentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta reais), representando 32% da dotação real no programa no 3º trimestre de 2025, viabilizando a gestão administrativa do Instituto. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 81% do orçamento inicial previsto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, o Igepps realizou o destaque orçamentário e financeiro para a Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD) no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) representou o maior valor de gastos no 3º trimestre de 2025, seguido pelo grupo de Pessoal e Investimentos. Destaca-se que a fonte utilizada é a taxa de administração do RPPS (802), exceto para os pagamentos de processos de auxílio-funeral custeados pela fonte do Tesouro Estadual, sendo demonstrada na linha “ODC – Tesouro Estadual”, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2—Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa— 3º trimestre de 2025

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa					
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
ODC	220.000.000	254.282.458	86.293.090	218.104.805	34
Investimentos	30.000.000	13.220.000	-	11.877.916	-
Pessoal	50.000.000	35.286.425	5.174.899	136.986.614	15
ODC Tesouro Estadual	1.900.000	-	-	-	-
Total	301.900.000,00	302.788.883	91.467.990	247.566.518	30

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Nota: 1-ODC tesouro estadual refere-se ao orçamento para processos de auxílio funeral, que por sua vez são provisionados para execução da despesa orçamentária e financeira na UG 840250 – Encargos Igepps.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

No 3º trimestre de 2025, o Instituto esteve presente em três Estações Cidadania na Região Guajará: duas no município de Belém — Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém — e uma no município de Ananindeua, no Shopping Metrópole Ananindeua.

Os serviços ofertados são: abono de permanência, aposentadoria, atualização cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), declaração de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isenção de imposto de renda, liberação de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativação de benefício, reforma, reserva, restituição de contribuição previdenciária, retificação de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma, vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, entre outros. Portanto, na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira do objetivo.

Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania				
	Produto: Pessoa Atendida				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)
Guajará	Belém	3.640	1.049	2.587	71
	Ananindeua	1.040	1.326	3.098	298
Total	4.680	2.375	5.685	121	

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de julho a setembro de 2025, foram realizados 2.375 (dois mil e trezentos e setenta e cinco) atendimentos nas estações cidadania, alcançando já neste trimestre 121% da meta prevista para 2025. Desse total, 1.049 (mil e quarenta e nove) correspondem às estações cidadania localizadas no município de Belém (shoppings Pátio Belém e Grão Pará)

e 1.326 (mil e trezentos e vinte e seis) em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: emissão de contracheque, outros e emissão de cédula C.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do Igepps se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, o qual resultou no destaque orçamentário e financeiro R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 3º QDQQ - Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais.

Dentro desta ação, o Igepps contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante às metas 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo aos seus segurados, beneficiários e sociedade em geral, mais acessibilidade aos serviços, garantindo igualdade.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido, o Igepps alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública, este Instituto possui cinco ações: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõem, bem como as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2025.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos

Neste objetivo o Igepps realiza a capacitação de agentes públicos, cujo resultado é um servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite capacitar seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Ação: Capacitação de Agentes Públicos									
Produto: Servidor Capacitado					Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Acumulada	(%) Acumulado
250	29	160	64	3.500.000	3.500.000	579.233	17	1.134.928	32

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de julho a setembro de 2025, foram capacitados 29 (vinte e nove) servidores, representando 64% da meta programada para o ano, conforme tabela acima. A execução orçamentária e financeira totalizou um gasto de R\$ 579.233 (quinhentos e setenta e nove mil e duzentos e trinta e três reais), representando 17% do total previsto para a ação em 2025, conforme mostrado na tabela acima. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 32% do orçamento inicial previsto.

Destacam-se, no período supracitado, os cursos de Excelência no Atendimento ao Cidadão de Forma Humanizada e Inclusiva; Licitação Completa Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos; 19º Curso sobre Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional; Auditoria Governamental, Controles Interno e Externo, Compliance, Governança e Gestão de Riscos; Startup Summit 2025; Folha de Pagamento do Funcionalismo Público; Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos; XX Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública; 14º Curso sobre Gestão de Riscos e Continuidade de Negócios no Setor Público, dentre outros.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado se refere ao indicado no Manual de Monitoramento do Sigplan, que regista a quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente, mesmo que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Nesse objetivo, o Igepps também atua na ação de construção de imóveis públicos estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 3º trimestre de 2025, na sede do Igepps (Região Guajará), não foram realizados serviços de manutenções prediais, bem como não houve execução orçamentária e financeira neste trimestre.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do Igepps, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025).

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No período de julho a setembro de 2025, foram capacitados 45 (quarenta e cinco) segurados e beneficiários na Região Guajará, no município de Belém, representando 21% da meta planejada.

Dentre as ações do trimestre houve a entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém aposentados, referente ao Projeto “Valor em cada história”; atendimento individualizado aos servidores estaduais, bem como aos segurados aposentados e pensionistas do Instituto, que estejam em situação de endividamento de risco e/ou superendividamento; curso de preparação para Aposentadoria, realizado no auditório da Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Viana – FHCGV e atendimento no Programa de Assistência em Educação Financeira. Assim, na tabela abaixo é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 5 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Baixo Amazonas	Santarém	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Carajás	Marabá	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Guajará	Belém	1500	45	311	21	236.000	236.000	-		-	-
Guamá	Castanhal	60		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Caeté	Capanema	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Tocantins	Abaetetuba	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Capim	Paragominas	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Xingu	Altamira	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Total		1.760	45	311	18	250.000	250.000	0	0	0	0

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública, e parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

A ação de Gestão Previdenciária do Estado tem como produto o atendimento realizado, visando garantir e ampliar o acesso aos serviços essenciais da previdência estadual. Nesse sentido, todos os atendimentos do Igepps são contabilizados nesta ação, com exceção do atendimento das estações cidadanias que são contabilizados em outro programa do PPA.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do Igepps, na Central de Atendimento (Caten), nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG de Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas), além das unidades móveis do Igepps Itinerante.

O Instituto também possui os canais de atendimentos remotos que são: Requerimento Virtual, Call center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp e webchat) e ouvidoria. Todos os atendimentos descritos acima são contabilizados na ação de gestão previdenciária.

No período julho a setembro de 2025, foram realizados 35.873 (trinta e cinco mil e oitocentos e setenta e três) atendimentos. Na região Guajará, em Belém, na sede do Igepps, na Caten foram contabilizados 9.474 (nove mil e quatrocentos e setenta e quatro) atendimentos e terminal hidroviário 5 (cinco). Pelo atendimento remoto composto pelo call center, requerimento virtual e ouvidoria, a demanda de atendimentos foi de 18.266 (dezoito mil e duzentos e sessenta e seis).

As agências regionais localizadas nas regiões Guamá (Castanhal), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Rio Capim (Paragominas), Tocantins (Abaetetuba), Rio Caeté (Capanema) e Xingu (Altamira), totalizaram no trimestre 5.514 (cinco mil e quinhentos e quatorze) atendimentos.

Já as unidades móveis totalizaram 2.614 (dois mil e seiscentos e quatorze), estando presente em 32 municípios paraenses, nas regiões do Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim, Araguaia, Tocantins, Xingu, Tucuruí, Lago de Tucuruí e Tapajós.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 262.097,00 (duzentos e sessenta e dois mil e noventa e sete reais), representando 6% do total previsto para ação no exercício de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 11% do orçamento inicial previsto.

Na tabela a seguir, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado											
	Municípios	Produto: Atendimento Realizado						Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
		Unidade de Atendimento	Execução Física (Un)			Acumulada	Total	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	Despesa (%) Tri
			3º Tri	Meta prevista	Meta realizada							
Guajará	Belém	Sede	90.000	9.474	388	83.038	92	3.000.000	960.000.000	262.097	9	336.597
		Terminal Hidroviário		5								
		Requerimento Virtual		388								
		Call Center		17.763								
		Ouvidoria		115								
Araguaia	Conceição do Araguaia	Unidade Móvel	-	221	-	-	-	3.000.000	960.000.000	262.097	9	336.597
	Redenção	Unidade Móvel		118								
Guamá	Marapanim	Unidade Móvel	4.500	144	5.396	120	-	-	-	-	-	-
	Curuçá	Unidade Móvel		215								
	Maracanã	Unidade Móvel		199								
	Igarapé Açu	Unidade Móvel		136								
	Castanhal	Agência		1.278								

Baixo Amazonas	Oriximiná	Unidade Móvel	2.000	133	5.333	267								
	Juruti	Unidade Móvel		80										
	Santarém	Unidade Móvel		54										
	Almeirim	Unidade Móvel		16										
	Santarém	Agência		1.491										
Carajás	São Domingos do Araguaia	Unidade Móvel	1.500	72	1.948	130								
	Bom Jesus do Tocantins	Unidade Móvel		44										
	Marabá	Agência		494										
Rio Capim	Paragominas	Agência	250	266	1.333	533								
	Bujarú	Unidade Móvel		48										
	Abel Figueiredo	Unidade Móvel		26										
	Rondon do Pará	Unidade Móvel		39										
Tocantins	Abaetetuba	Agência	7.000	659	2.859	41								
	Mocajuba	Unidade Móvel		59										
	Baião	Unidade Móvel		104										
	Tomé - Açu	Unidade Móvel		45										
	Acará	Unidade Móvel		33										
	Barcarena	Unidade Móvel		46										

	Moju	Unidade Móvel		36										
	Igarapé - Miri	Unidade Móvel		80										
Rio Caeté	Capanema	Agência	6.000	989	4.608	77								
	Bonito	Unidade Móvel		49										
	Peixe Boi	Unidade Móvel		35										
	Nova Timboteua	Unidade Móvel		69										
Xingu	Altamira	Agência	1.500	337	1.424	95								
	Pacajá	Unidade Móvel		40										
	Brasil Novo	Unidade Móvel		23										
	Vitória do Xingu	Unidade Móvel		27										
	Anapu	Unidade Móvel		18										
Tucuruí	Itupiranga	Unidade Móvel	-	54	54	-								
Lago de Tucuruí	Novo Repartimento	Unidade Móvel	-	44	44	-								
Tapajós	Itaituba	Unidade Móvel	-	307	307	-								
TOTAL			112.750	35.873	106.344	95	3.000.000	960.000.000	262.097			336.597		11

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

Neste objetivo o Igepps tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de julho a setembro de 2025, foram realizadas 24 (vinte e quatro) ações de publicidade das ações de governo: LGPD; CHATBOT; Julho Verde; Igepps Itinerante; Feira do Produtor; Treinamento Microsoft 365; Carta de Serviços; Agosto Lilás; Oficina Pró-Gestão; Habilitando a Inovação com Red Hat – Kickoff do Projeto; Dia dos Pais; Curso Sped, Reinf e E-Social; Audiência Pública; Call Center do Igepps Resolve Quase 100% das Pendências de Beneficiários; Projeto Valor em Cada História; Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré; Curso de Preparação para Aposentadoria; Treinamento de Produtividade na Prática com Microsoft Copilot; Palestra de Setembro Amarelo e Oficina Prática de Design Thinking. Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação.

Na tabela a seguir, é possível observar as ações, os produtos, a execução física e orçamentária/financeira:

Tabela 7 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Ação: Publicidade das Ações de Governo									
Produto: Campanha Realizada									
Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
Meta Prevista	Meta Realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Acumulada	(%)	
20	24	62	310	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado por meio das seguintes ações: abastecimento de unidades móveis, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria da qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

De julho a setembro de 2025, foram abastecidos, em média, 10 (dez) veículos por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 161.602,00 (cento e sessenta e um mil e seiscentos e dois reais), representando 32% do total previsto para ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 64% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De julho a setembro de 2025, a ação de concessão do auxílio-alimentação, cujo produto é o servidor beneficiado, contemplou em média 140 (cento e quarenta) servidores

efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 631.418,00 (seiscentos e trinta e um mil e quatrocentos e dezoito reais), representando 16% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 67% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De julho a setembro de 2025, a ação de concessão de auxílio transporte, que também tem como produto o servidor beneficiado, contemplou em média 77 (setenta e sete) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 24.650,00 (vinte e quatro e seiscentos e cinquenta reais), representando 12% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 36% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De julho a setembro de 2025, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 98 (noventa e oito) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 84.509.622,00 (oitenta e quatro milhões e quinhentos e nove mil e seiscentos e vinte e dois reais), representando 34% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 86% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De julho a setembro de 2025, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do Igepps contabilizou em média 185 (cento e oitenta e cinco) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 5.299.367,00 (cinco milhões e duzentos e noventa e nove mil e trezentos e sessenta e sete reais), representando 15% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 50% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	10	77	500.000	500.000	161.602	32	319.770	64
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	260	140	54	5.000.000	3.998.500	631.418	16	2.689.116	67
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	77	77	200.000	200.000	24.650	12	71.298	36
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	98	98	207.594.000	246.452.458	84.509.622	34	212.582.052	86
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	320	185	58	50.800.000	35.856.425	5.299.367	15	17.945.553	50

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Ao final do 3º trimestre de 2025, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo o poder Executivo, é de 98.962 (noventa e oito mil seiscentos e noventa e dois) e o quantitativo de 10.055,00 (dez mil e cinquenta e cinco) dos poderes Legislativo e Judiciário, perfazendo um total de 108.747 (cento e oito mil setecentos e quarenta e sete), no Finanprev e Funprev.

Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 3º trimestre de 2025

Poder Executivo									
Finanprev				Funprev					
Segurado	Julho	Agosto	Setembro	Segurado	Julho	Agosto	Setembro		TOTAL
Ativo	50.850	50.116	49.650	Ativo	8.881	8.893	8.946		58.596
Inativo	31.434	31.423	31.539	Inativo	0	0	0		31.539
Pensionista	8.571	8.604	8.508	Pensionista	47	47	49		8.557
Total	90.855	90.143	89.697	Total	8.928	8.940	8.995		98.692
Poder Legislativo e Judiciário									
Finanprev				Funprev					
Segurado	Julho	Agosto	Setembro	Segurado	Julho	Agosto	Setembro		TOTAL
Ativo	5.986	5.555	5.542	Ativo	1.723	2.197	2.194		7.736
Inativo	1.554	1.553	1.553	Inativo	0	0	0		1.553
Pensionista	761	760	760	Pensionista	6	6	6		766
Total	8.301	7.868	7.855	Total	1.729	2.203	2.200		10.055

Fonte: COAF/Igepps

A tabela abaixo mostra quantitativamente, a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares. Na oportunidade, ressaltamos que a categoria militar ao final do terceiro trimestre de 2025, apresenta um quantitativo de 34.019 (trinta e quatro mil e dezenove) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 3º trimestre de 2025

Militares SPSM			
Segurados	Julho	Agosto	Setembro
Ativo	18.449	19.070	18.839
Inativo	11.292	11.362	11.403
Pensionista	3.752	3.763	3.777
Total	33.493	34.195	34.019

Fonte: COAF/Igepps

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas da Coordenadoria de

Arrecadação e Fiscalização – COAF são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Com isso, o instituto assiste um total de 142.766,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e sessenta e seis) segurados, entre inativos, pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO

O registro contábil das receitas previdenciárias é efetuado de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): Igepps (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao Banpará.

3.2.1 Finanprev

No 3º trimestre de 2025, constata-se um acréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente devido ao aumento das concessões de benefícios previdenciários e consumo da receita corrente da contribuição segurado e patronal para bancar a taxa de administração do órgão, conforme a portaria 1467/2022.

Na tabela a seguir, apresenta-se as receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No terceiro trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 1.019.723.111,35 (um bilhão dezenove milhões setecentos e vinte e três mil cento e onze reais e trinta e cinco centavos), representando um aumento de 20,47% em relação ao mesmo período de 2024.

Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 3º trimestre de 2025

Poder Executivo – Finanprev (R\$)				Repasses Financeiros (R\$)	
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Subtotal 1	Aporte Complementar (01500)*	Subtotal 1 + Subtotal 2
Jul	R\$ 69.375.523,26	R\$ 108.715.904,24	R\$ 225.816.800,41	R\$ 114.457.066,32	R\$ 340.273.866,73
Ago	R\$ 74.589.131,27	R\$ 90.403.495,81	R\$ 187.409.704,62	R\$ 152.460.206,99	R\$ 339.869.911,61
Set	R\$ 67.307.614,77	R\$ 105.043.182,61	R\$ 236.089.491,14	R\$ 103.489.841,87	R\$ 339.579.333,01
Total	R\$ 211.272.269,30	R\$ 304.162.582,66	R\$ 529.265.630,59	R\$ 370.407.115,18	R\$ 1.019.723.111,35

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/Igepps

Nota: Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA, SESPA e SEAP), conforme a tabela abaixo.

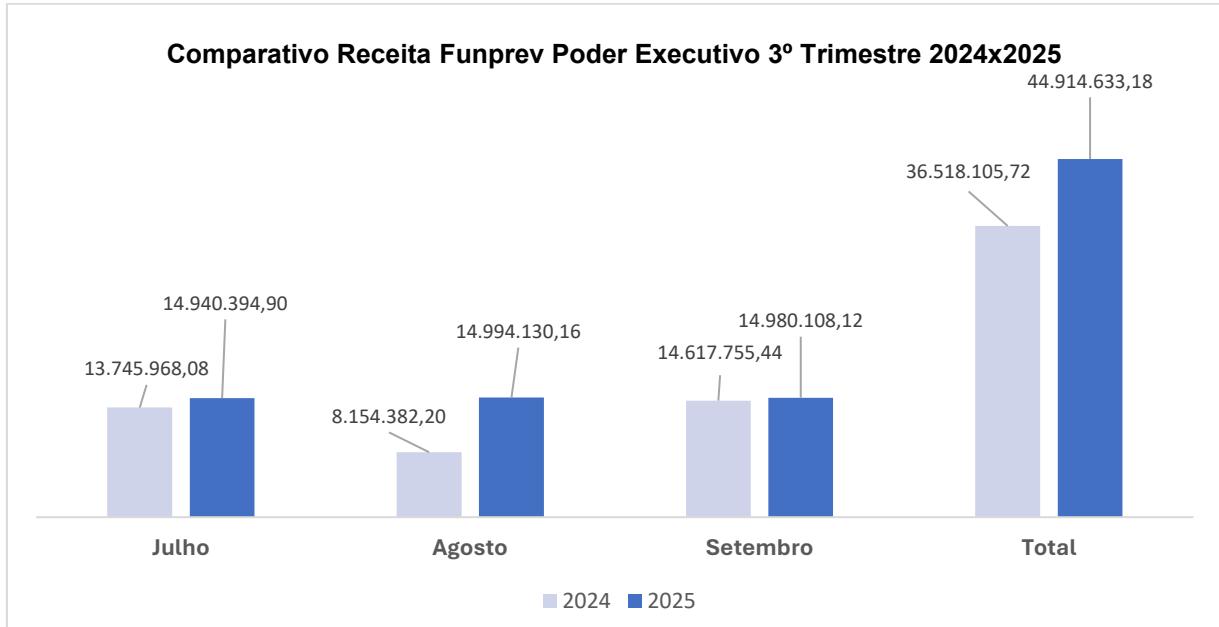
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 3º trimestre de 2025

Poder Executivo – FUNPREV 2025			
Meses	Segurado	Patronal	Total
Julho	7.470.197,45	7.470.197,45	R\$ 14.940.394,90
Agosto	7.497.065,08	7.497.065,08	R\$ 14.994.130,16
Setembro	7.490.054,06	7.490.054,06	R\$ 14.980.108,12
Total	22.457.316,59	2.457.316,59	R\$ 44.914.633,18

Fonte: COAF/Igepps

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No terceiro trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 44.914.633,18 (quarenta e quatro milhões novecentos e quatorze mil seiscentos e trinta e três reais e dezoito centavos), representando um aumento de 1,19 % em relação às receitas utilizadas no terceiro trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024.

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da Comprev

Na tabela abaixo, é possível saber a situação atual dos pedidos em processamento no INSS e no RPPS

Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 3º trimestre de 2025

Estado do Requerimento	2025			
	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Solicitante RPPS/Outros	Total
Criado	0	1	0	1
Em exigência	817	764	49	1.630
Alterado	0	0	0	0
Aguardando análise	3983	2573	590	7146
Aguardando análise médica	886	0	19	905
Em análise	8	0	0	8
Em análise médica	0	0	0	0
Deferido	3	0	0	3
Indeferido	260	55	3	318
Análise suspensa	44	57	164	265
Em compensação	4309	55	3	4.367
Compensado/Cessado	1824	26	0	1.850
Aguardando compensação de aposentadoria	15	225	12	252
Rejeitado	1112	286	28	1.426
Exigência / Indeferido	40	209	0	249
Indeferido Ratificado	159	59	0	218
Criado / Rejeitado	0	0	0	0
Em conflito	90	39	16	145
Total de Requerimentos	13.550	4.349	884	18.783
Em Compensação + Deferido	4.312	55	3	4.370
Em Processamento	6.135	3.922	853	10.910

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

No período que compreende o terceiro trimestre de 2025, o RPPS/PA demonstrou uma significativa evolução anual na Compensação Previdenciária. Este avanço é reflexo da retomada das aprovações mensais pelo INSS, resultando em um aumento de receitas.

O referido período também se destacou pela aprovação de requerimentos de compensação de outros regimes próprios estaduais, um marco inédito para o Regime Estadual Paraense.

A atuação do RPPS/PA no trimestre demonstrou consistência e solidez, resultando no posicionamento do regime entre os dez melhores Regimes Próprios de Previdência Estaduais e na 16ª colocação no ranking geral dos Regimes Próprios de Previdência do Brasil.

Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 3º trimestre de 2025
Posição do RPPS/PA EM 2025

Mês	Colocação entre os Estados e DF	Colocação Entre todos os RPPS	Valor Arrecadado	Variação em Relação ao Mês Anterior
Julho	14º	9º	2.773.868,29	0,00%
Agosto	16º	10º	3.484.703,16	20,40%
Setembro	Ainda não divulgado pelo MPS		5.236.589,81	33,45%
Total			11.495.161,26	-

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 3º trimestre de 2025

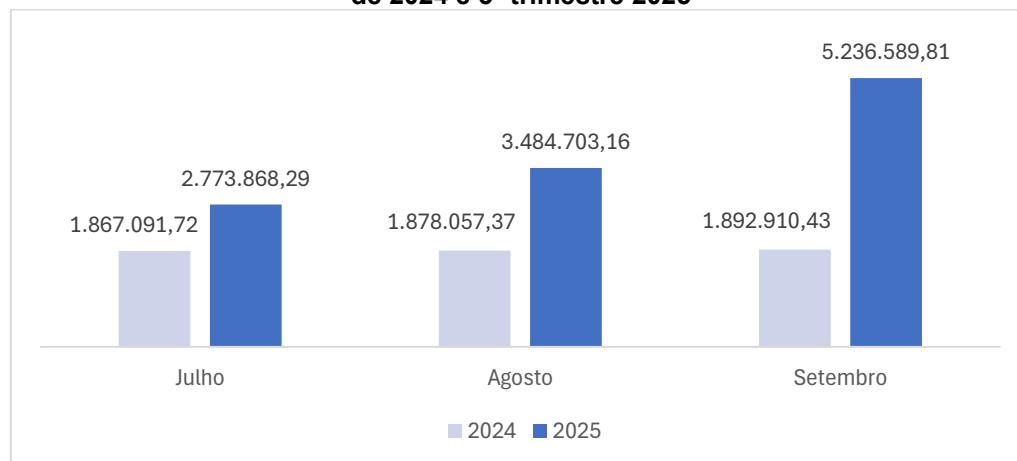
Meses	2025					Líquido Recuperado	
	Requerimentos		Valores				
	Aprovados	Com Prescrição	Bruto	Perdido	Devido RGPS		
Julho	0	0	3.513.114,53	0,00	739.246,24	2.773.868,294	
Agosto	0	0	3.510.081,45	0,00	25.378,29	3.484.703,16	
Setembro	23	23	7.109.209,47	597.568,09	1.275.051,57	5.236.589,81	
Total	23	23	14.132.405,45	597.568,09	2.039.676,10	11.495.161,26	

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

A projeção para o último trimestre de 2025 é de novas aprovações, considerando que mais de 4 mil requerimentos seguem aguardando análise do INSS. Adicionalmente, foram protocolados diversos novos requerimentos junto a outros regimes próprios, cumprindo o prazo estabelecido para requerimento do Estoque RPPS até o final de 2025.

Este desempenho sublinha a manutenção dos esforços da administração na arrecadação de recursos de compensação, visando a redução do déficit previdenciário.

Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025



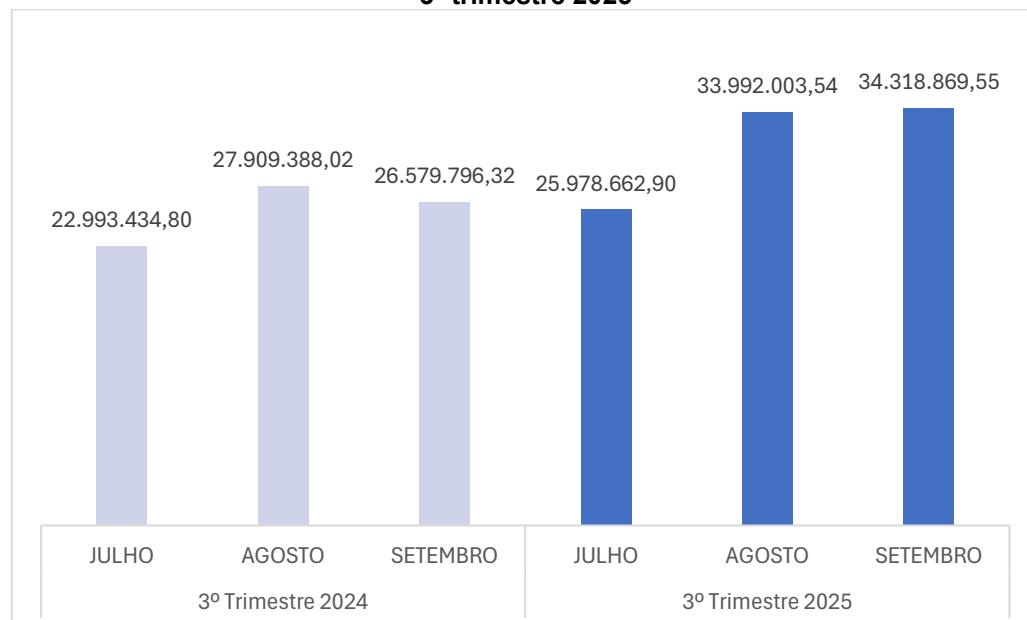
Fonte: COAF/Igepps

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 9 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 4 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 802 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No 3º trimestre de 2025, a Taxa de Administração foi de R\$ 94.289.535,99 (noventa e quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), representando um aumento de 22% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

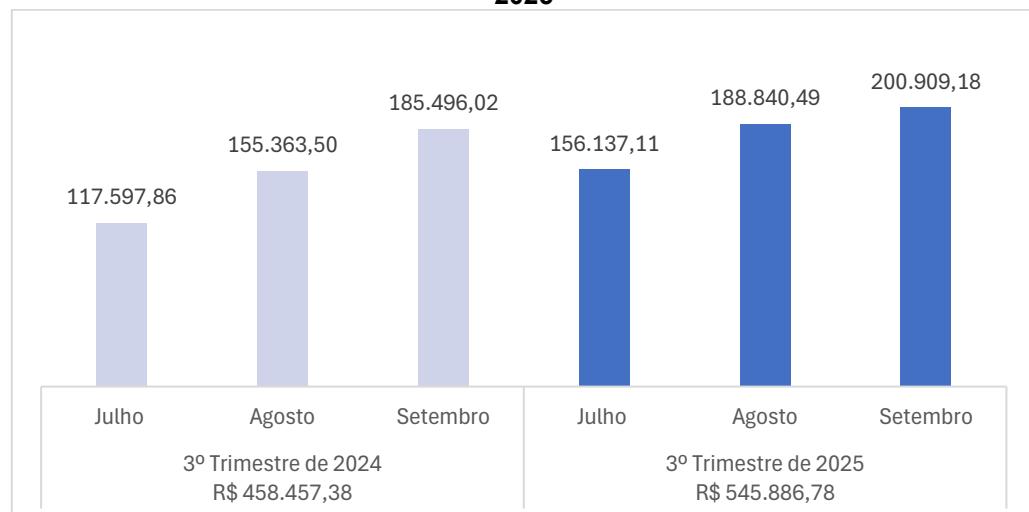
No 3º trimestre de 2025, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com significativa melhora na eficiência da arrecadação, através do sistema SISPREV. Foi criada uma rotina diária para acompanhar as conciliações bancárias do Igepps, atualizando os valores pendentes de pagamento. Essas cobranças são revistas toda semana e enviadas novamente aos representantes dos municípios.

Tabela 16 — Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025

3º Trimestre de 2024 R\$ 458.457,38			3º Trimestre de 2025 R\$ 545.886,78		
Julho	Agosto	Setembro	Julho	Agosto	Setembro
117.597,86	117.597,86	185.496,02	156.137,11	188.840,49	200.909,18

Fonte: COAF/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa do saldo das dívidas das prefeituras, apresentando um aumento de 19% entre o 3º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025.

Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025

Fonte: COAF/Igepps

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos fundos de investimento, apresenta-se o desempenho obtido no 3º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo. O método até junho de 2025 usou políticas em Renda Fixa, Variável e Globais.

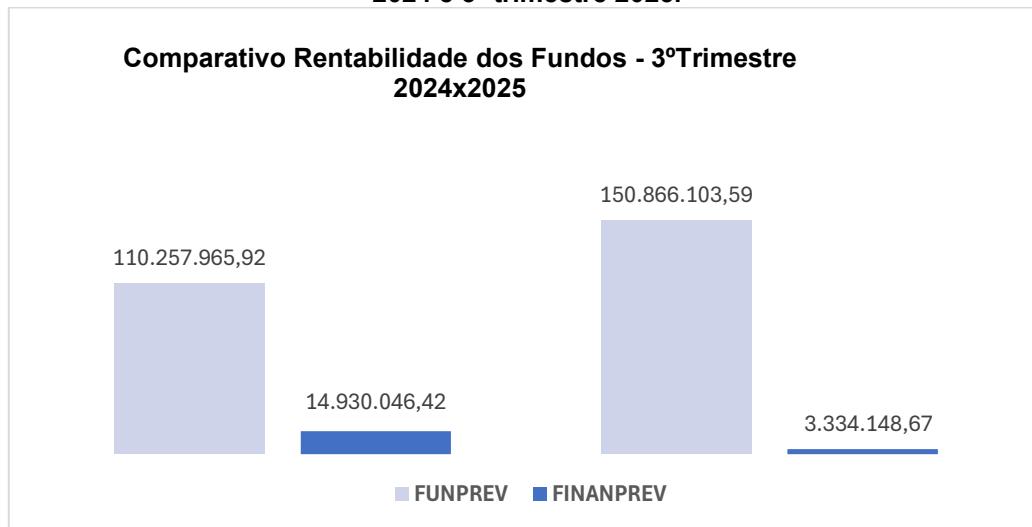
Tabela 17 — Rentabilidade dos Fundos – 3º trimestre de 2025

Mês	2025	
	FUNPREV	FINANPREV
Julho	R\$ 22.417.077,54	R\$ 1.150.898,22
Agosto	R\$ 63.738.693,76	R\$ 973.309,95
Setembro	R\$ 64.710.332,29	R\$ 1.209.940,50
Total	R\$ 150.866.103,59	R\$ 3.334.148,67

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa da rentabilidade dos fundos de investimento. No 3º trimestre de 2025, a rentabilidade do Funprev atingiu R\$ 150.866.103,59 (cento e cinquenta milhões oitocentos e sessenta e seis mil cento e três reais e cinquenta e nove centavos), representando um aumento de 36,83 % em comparação ao mesmo período de 2024. O fundo Finanprev atingiu R\$ 3.334.148,67 (três milhões trezentos e trinta e quatro mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e sete centavos), representando uma redução de 77,67% em comparação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025.



Fonte: COAF/Igepps

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no 3º trimestre de 2025, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida).

Após análise dos dados verificados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no 3º trimestre de 2025, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 3º trimestre de 2025.

2025											
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista			Salário Família	Total Folha Bruta Inativos	Total Folha Bruta Pensionistas	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação	Militar	Civil	Militar	Ativos				
Julho	88.570.171,75	6.574.648,46	195.038.225,42	0,00	149.717.449,84	33.386.508,99	31.668.601,96	439.900.495,47	65.055.110,95	504.955.606,42	
Agosto	88.461.729,26	6.558.845,97	194.479.582,42	0,00	150.027.583,37	33.076.621,10	31.800.543,88	439.527.741,02	64.877.164,98	504.404.906,00	
Setembro	88.500.837,06	6.525.701,11	194.242.754,87	0,00	150.504.702,07	32.679.375,90	31.998.378,16	439.773.995,11	64.677.754,06	504.451.749,17	
Total	265.532.738,07	19.659.195,54	583.760.562,71	450.249.735,28	450.249.735,28	99.142.505,99	95.467.524,00	1.319.202.231,60	194.610.029,99	1.513.812.261,59	
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FUNPREV											
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista			Salário Família		Total das Despesas	
	Civil	Militar	Saúde	Educação	Militar	Civil	Ativos				
Julho	0,00	-	-	-	-	86.770,92				86.770,92	
Agosto	4.475,35	-	-	-	-	95.064,89				99.540,24	
Setembro	4.475,35	-	-	-	-	93.889,93				98.365,28	
Total	8.950,70	0,0	0,0	0,0	0,0	275.725,70	0,0			284.676,44	

Fonte: COAF/Igepps

3.7 RECEITAS E DESPESAS

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 3º trimestre de 2025, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do Igepps de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a tabela abaixo.

Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 3º trimestre de 2025.

2025			
Receitas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	13.868.265,20	2.829.728,15	16.697.994,05
Agosto	13.897.878,25	2.846.943,29	16.744.821,54
Setembro	13.938.975,95	2.862.803,84	16.801.779,79
Total	41.705.120,10	8.539.475,28	50.244.595,38
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	149.717.449,84	31.668.601,96	181.386.051,80
Agosto	150.027.583,37	31.800.543,88	181.828.127,25
Setembro	150.504.702,07	31.998.378,16	182.503.080,23
Total	450.249.735,28	95.467.524,00	545.717.259,28

Fonte: COAF/Igepps

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado - DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA e Justiça Militar - JME, Ministério Público do Estado - MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas a seguir.

3.8.1 Finanprev

Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 3º trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.842.549,72	3.027.045,97	-	-	4.869.595,69
Agosto	2.011.985,24	3.305.404,32	-	-	5.317.389,56
Setembro	1.893.785,31	3.111.218,72	-	-	5.005.004,03
Total	5.748.320,27	9.443.669,01	0,00	0,00	15.191.989,28

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 3º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias DPE		Total
	Inativo	Pensionista	
Julho	4.620.875,38	840.087,98	5.460.963,36
Agosto	4.490.918,30	810.209,55	5.301.127,85
Setembro	4.499.455,37	805.705,16	5.305.160,53
Total	13.611.249,05	2.456.002,69	16.067.251,74

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 3º trimestre/25

Mês	Receitas Previdenciárias ALEPA 2º Trimestre 2025		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	2.679.366,28	4.401.816,03	-	-	7.081.182,31
Agosto	2.831.641,86	4.641.983,04	-	-	7.483.624,90
Setembro	2.583.974,02	4.360.580,98	-	-	6.944.555,00
Total	8.094.982,16	13.414.380,05	0,00	0,00	21.509.362,21

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 23 — Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 3º trimestre/25

Mês	Despesas Previdenciárias ALEPA		Total
	Inativo	Pensionista	
Julho	6.049.739,63	1.613.399,74	7.663.139,37
Agosto	5.494.121,74	1.597.953,66	7.092.075,40
Setembro	5.547.838,45	1.522.762,56	7.070.601,01
Total	17.091.699,82	4.734.115,96	21.825.815,78

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará / TCE – 3º Trimestre de 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias TCE/PA 2025		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	1.375.146,69	2.259.169,56	-	-	3.634.316,25
Agosto	1.815.346,24	2.982.354,54	-	-	4.797.700,78
Setembro	1.689.296,32	2.775.272,53	-	-	4.464.568,85
Total	4.879.789,25	8.016.796,63	-	-	12.896.585,88

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 3º trimestre/2025.
Despesas Previdenciárias TCE/PA

Mês	2025		
	Inativo	Pensionista	Total
Julho	4.929.069,80	1.574.576,39	6.503.646,19
Agosto	4.863.491,34	1.511.016,51	6.374.507,85
Setembro	4.842.495,25	1.460.244,05	6.302.739,30
Total	14.635.056,39	4.545.836,95	19.180.893,34

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 3º trimestre 25

Mês	Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	902.305,25	1.482.358,63	2.384.663,88
Agosto	875.993,94	1.439.014,82	2.315.008,76
Setembro	876.231,49	1.439.523,30	2.315.754,79
Total	2.654.530,68	4.360.896,75	7.015.427,43

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 3º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias TCM/PA		
	2025		
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	2.218.760,51	513.698,44	2.732.458,95
Agosto	2.218.760,51	513.698,44	2.732.458,95
Setembro	2.248.629,92	513.698,44	2.762.328,36
Total	6.686.150,94	1.541.095,32	8.227.246,26

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 3º trimestre de 2025.

	Receitas Previdenciárias TJ JME 2025		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	TOTAL
Julho	9.643.577,85	15.843.020,74	25.486.598,59
Agosto	10.736.337,09	17.638.268,08	28.374.605,17
Setembro	9.934.520,78	16.320.998,42	26.255.519,20
Total	30.314.435,72	49.802.287,24	80.116.722,96

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 3º trimestre de 2025.

Mês	Despesas Previdenciárias TJ JME		
	2025		
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Julho	17.017.332,02	4.356.774,25	21.374.106,27
Agosto	15.996.501,98	4.337.135,68	20.333.637,66
Setembro	16.076.712,66	4.309.395,69	20.386.108,35
Total	49.090.546,66	13.003.305,62	62.093.852,28

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 3º trimestre/25
Receitas Previdenciárias MPE 2025

Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	4.110.145,64	6.752.382,12	10.862.527,76
Agosto	4.370.207,95	7.179.627,35	11.549.835,30
Setembro	4.189.702,96	6.883.082,33	11.072.785,29
Total	12.670.056,55	20.815.091,80	33.485.148,35

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 3º trimestre/25
Despesas Previdenciárias MPE

Mês	Despesas Previdenciárias MPE		2025
	Inativo	Pensionista	
Julho	6.056.471,70	154.750,10	6.211.221,80
Agosto	5.838.856,73	1.792.281,87	7.631.138,60
Setembro	6.088.081,36	1.798.523,44	7.886.604,80
Total	17.983.409,79	3.745.555,41	21.728.965,20

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 3º trimestre/25
Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025

Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	163.526,87	268.651,29	432.178,16
Agosto	164.015,59	269.454,18	433.469,77
Setembro	164.071,27	269.545,66	433.616,93
Total	491.613,73	807.651,13	1.299.264,86

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 3º trimestre/25
Despesas Previdenciárias MPC/PA

Mês	Despesas Previdenciárias MPC/PA		2025
	Inativo	Pensionista	
Julho	521.894,01	140.791,56	662.685,57
Agosto	521.544,38	140.791,56	662.335,94
Setembro	577.492,78	140.791,56	718.284,34
Total	1.620.931,17	422.374,68	2.043.305,85

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 3º trimestre/25.

Mês	Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025		
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Julho	71.423,70	117.338,94	188.762,64
Agosto	64.593,55	106.117,98	170.711,53
Setembro	63.092,24	103.651,54	166.743,78
Total	199.109,49	327.108,46	526.217,95

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 35 — Despesas previd - Minist Púb de Contas dos Municípios - MPCM - 3º Trimestre 25
Despesas Previdenciárias MPCM/PA

Mês	2025		Total
	Inativo	Pensionista	
Julho	151.092,98	61.974,63	213.067,61
Agosto	158.859,42	36.244,19	195.103,61
Setembro	158.859,42	36.244,19	195.103,61
Total	468.811,82	134.463,01	603.274,83

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 36- Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE - FUNPREV– 3º Trimestre 2025.

Mês	Receitas Previdenciárias DPE FUNPREV 2025				Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	243.401,31	243.401,31	-	-	486.802,62
Agosto	230.372,00	230.372,00	-	-	460.744,00
Setembro	225.297,00	225.297,00	-	-	450.594,00
Total	699.070,31	699.070,31	-	-	1.398.140,62

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 37 — Receitas previd – Tribunal de Contas do Estado – TCE FUNPREV– 3º trimestre/25

Mês	Receitas Previdenciárias TCE FUNPREV 2025				Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	379.718,44	379.718,44	-	-	759.436,88
Agosto	357.074,12	357.074,12	-	-	714.148,24
Setembro	358.833,03	358.833,03	-	-	717.666,06
Total	1.095.625,59	1.095.625,59			2.191.251,18

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 38 — Receitas previd – Trib de Justiça/Justiça Militar TJ/JME FUNPREV 3º trimestre 25

Mês	Receitas Previdenciárias TJ JME FUNPREV 2025				Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Julho	2.291.764,34	2.291.764,34	-	-	4.583.528,68
Agosto	2.197.057,20	2.197.057,20	-	-	4.394.114,40
Setembro	1.652.186,05	1.652.186,05	-	-	3.304.372,10
Total	6.141.007,59	6.141.007,59			12.282.015,18

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 39 — Receitas previd – Ministério Público do Estado – MPE FUNPREV–3º trimestre/2025.

Mês	Receitas Previdenciárias MPE FUNPREV 2025		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	497.174,97	497.174,97	994.349,94
Agosto	472.113,86	472.113,86	944.227,72
Setembro	482.927,98	482.927,98	965.855,96
Total	1.452.216,81	1.452.216,81	2.094.433,62

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 40 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA FUNPREV– 3º trimestre/25.

Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	99.582,56	99.582,56	199.165,12
Agosto	99.297,56	99.297,56	198.595,12
Setembro	99.975,79	99.975,79	199.951,58
Total	298.855,91	298.855,91	597.711,82

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 41 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA/FUNPREV – 3º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Agosto	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Setembro	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Total	10.278,27	10.278,27	20.556,54

Fonte: COAF/Igepps.

Tabela 42 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA FUNPREV– 3º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Julho	80.633,94	80.633,94	161.267,88
Agosto	80.055,86	80.055,86	160.111,72
Setembro	80.235,15	80.235,15	160.470,30
Total	240.924,95	240.924,95	481.849,90

Fonte: COAF/Igepps

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS: Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, conforme a tabela abaixo.

Tabela 43 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	59.527	58.083	55.168
Inativos	31.209	31.684	33.228
Pensionistas	8.323	8.990	9.292
Total	99.059	98.757	97.688

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período de 2023 a 2025, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de Segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, conforme a tabela a seguir.

Tabela 44 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	6.915	9.174	10.658
Inativos	2	2	6
Pensionistas	65	72	89
Total	6.982	9.248	10.753

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

4.1.3 Massa de segurados

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev, conforme a tabela abaixo.

Tabela 45 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	18.683	18.195	17.376
Inativos	9.645	10.192	10.809
Pensionistas	3.973	4.095	4.256
Total	32.301	32.482	32.441

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Esclarecemos que os valores referentes a receitas e despesas realizadas são capturadas no RREO disponibilizado, bimestralmente, pela Secretaria da Fazenda.

Tabela 46 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025

Finanprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	1.708.034	1.908.777	2.641.083
Receita Realizada	3.101.147	3.140.217	1.761.271
Variação %	81,56	64,51	-33,31

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025, referem-se ao acumulado de janeiro a agosto

Em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as receitas realizadas no Finanprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 33,31%, conforme a tabela acima.

Tabela 47 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025

Funprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	539.001	587.488	505.275
Receita Realizada	221.003	245.249	156.009
Variação %	-59,00	-58,25	-69,12

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de janeiro a agosto.

Percebe-se que em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 69,12%.

Tabela 48 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	2023	2024	2025
Receita Estimada	840.784	963.685	1.036.482
Receita Realizada	881.311	931.031	569.882
Variação %	4,82	-3,39	-45,02

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de janeiro a agosto.

Observa-se que em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as receitas realizadas no SPSM estão menores que as receitas estimadas atuarialmente em 45,02%.

4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 49 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025

Finanprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	5.393.535	6.079.737	7.283.124
Despesa Realizada	4.416.837	4.892.260	3.169.783
Variação %	-18,11	-19,53	-56,48

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Agosto.

Em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 56,48%.

Tabela 50 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025

Funprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	7.162	7.870	28.151
Despesa Realizada	884	1.096	1.031
Variação %	-87,66	-86,07	-96,34

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Agosto.

Em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 96,34%.

Tabela 51 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025

SPSM	2023	2024	2025
Despesa Estimada	1.753.431	2.060.384	2.285.651
Despesa Realizada	1.941.545	2.201.135	1.421.976
Variação %	10,73	6,83	-37,79

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: As informações das receitas realizadas em 2025 referem-se ao acumulado de Janeiro a Agosto.

Em 2025, no acumulado de janeiro a agosto, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 37,79%.

4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.4.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 52 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025

Hipóteses Biométricas	2023	2024	2025
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2021	IBGE 2022	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela abaixo.

Tabela 53 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025

Hipóteses Demográficas	2023	2024	2025
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjugue feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjugue feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjugue Mulher 3 anos mais nova ou cônjuge homem 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 54 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,82% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 55 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 56 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,93% a.a
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público, conforme a tabela abaixo.

Tabela 57 — Custo Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/Igepps

Tabela 58 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 59 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	10,50%	10,50%	10,50%
Inativo	10,50%	10,50%	10,50%
Pensionista	10,50%	10,50%	10,50%
Ente Público	18,00%	18,00%	18,00%

Fonte: Nugin/Igepps

As avaliações atuariais de 2023, 2024 e 2025 indicam que as alíquotas de Custeios Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos Finanprev e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte:

Tabela 60 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	28,76%	28,75%	34,06%
Aposentadoria por Invalidez	2,19%	2,17%	0,65%
Pensões	4,05%	4,08%	0,29%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	37,00%	37,00%	37,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 61 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	17,60%	17,93%	22,76%
Aposentadoria por Invalidez	4,36%	3,93%	2,26%
Pensões	3,47%	3,57%	0,98%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,57%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,00%	28,00%	28,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 62 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	19,79%	19,92%	25,52%
Aposentadoria por Invalidez	2,39%	2,30%	0,71%
Pensões	4,32%	4,28%	0,27%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,50%	28,50%	28,50%

Fonte: Nugin/Igepps

As tabelas acima representam o histórico dos custos calculados atuarialmente demonstrando os percentuais por fundos e benefícios.

4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- **Prov. Matemática BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- **Prov. Matemática BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade.
- **Prov. Matemática Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BC.
- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos: das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 63 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício: Finanprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	604.796.627,40	439.072.034,89	-
Prov. Matemát. BC	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75
Prov. Matemát. BaC	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08
Prov. Matemát. Total	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83
Superávit(+)/Déficit(-)	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67	-90.985.717.655,83

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 64 — Evolução Funprev– 2023 a 2025

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38
Prov. Matemát. BC	49.076.908,86	52.034.404,83	66.206.900,11
Prov. Matemát. BaC	15.016.127,33	369.586.017,47	-404.667.064,54
Prov. Matemát. Total	64.093.036,19	421.620.422,30	-338.460.164,43
Superávit(+)/Déficit(-)	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84	4.681.383.023,81

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 65 — Evolução SPSM– 2023 a 2025

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	21.489.805,01	-	
Prov. Matemát. BC	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80
Prov. Matemát. BaC	-262.090.862,97	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18
Prov. Matemát. Total	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98
Superávit(+)/Déficit(-)	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11	-27.451.885.896,98

Fonte: Nugin/Igeprev

Os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – Igepps realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (NUGIN), setor interno do Instituto responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando atingir a meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do terceiro trimestre do ano de 2025 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2025, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará finalizou o terceiro trimestre de 2025 com 69 ativos na carteira. Entre esses ativos, há 43 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestoras, além de 25 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e 1 Letra Financeira emitida pelo banco BTG Pactual, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (Funprev), Fundo Financeiro (Finanprev) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará. O rendimento acumulado dos três fundos no período foi de R\$ 155.369.512,25 (cento e cinquenta e cinco milhões trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e doze reais e vinte e cinco centavos), o que representa um aumento de cerca de 19% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atribuído principalmente à manutenção da taxa SELIC em patamares elevados e à recuperação da bolsa brasileira em razão da entrada de capital estrangeiro.

Tabela 66 — Carteira Global do Igepps – 3º trimestre de 2025.

Carteira	Receita Acumulada (R\$)				Patrimônio Líquido (30/06/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização	Rendimento Acumulado	
Funprev	112.415.829,02	149.547.966,28	26.703.264,31	150.866.108,21	4.582.391.115,15
Finanprev	608.834.844,17	676.904.454,89	-	3.630.133,06	1.505.922,61
SPSM	197.399.530,61	214.634.037,05	-	873.270,97	0,00
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	
Total	1.036.984.050,97	1.041.086.458,22	26.703.264,31	155.369.512,25	4.583.897.037,76

Fonte: Nugin/Igepps

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a

política de investimentos/2025. Observa-se que a estratégia de alocação da carteira é majoritariamente em renda fixa (79%), caracterizando o perfil conservador para a carteira previdenciária.

Tabela 67 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos 2025 – 3º trimestre.

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.604.245.896,23	78,63%		82,50%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	2.114.617.357,56	46,13%	0,00%	55,00%	100,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	299.652.451,99	6,54%	0,00%	10,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, I, "c"	FI Índices RF (ETF) 100% Tít Públicos (negociados em bolsa)		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	1.290.993,64	0,03%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.076.780.870,14	23,49%	0,00%	10,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, III "b"	ETF - Renda Fixa CVM		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	56.944.073,66	1,24%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Sênior	2.562.845,14	0,06%	0,00%	0,00%	0,50%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	52.397.304,10	1,14%	0,00%	5,00%	5,00%	10,00%
Art. 7º, V "c"	Debêntures Incentivadas		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Variável		447.062.351,91	9,75%		5,00%		40%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	447.062.351,91	9,75%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Art. 8º, I "b"	FI ETF RV CVM		0,00%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Exterior		247.156.036,42	5,39%		6,00%		10%
Art. 9º, I "a"	Fundos de Renda Fixa - Dívida Externa	-	0,00%	0,00%	1,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	114.365.610,24	2,49%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	132.790.426,17	2,90%	0,00%	2,00%	10,00%	10,00%
Estruturados		285.432.753,21	6,23%		6,50%		20%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	97.914.815,88	2,14%	0,00%	2,00%	10,00%	10,0%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	187.517.937,34	4,09%	0,00%	4,50%	5,00%	5,0%
Art. 10º, I, "c"			0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,0%
Fundos Imobiliários			0,00%		0,00%		10,0%
Art 11º	Fundos Imobiliários (FII)		0,00%	0,00%	0,00%	5,0%	10,0%
Empréstimos Consignados			0,00%		0,00%		10,0%
Art 12º, II	Empréstimos Consignados		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,0%
Total da Carteira		4.583.897.037,76	100,00%			100,00%	
Disponibilidade Financeira							
Total Geral		4.583.897.037,76					

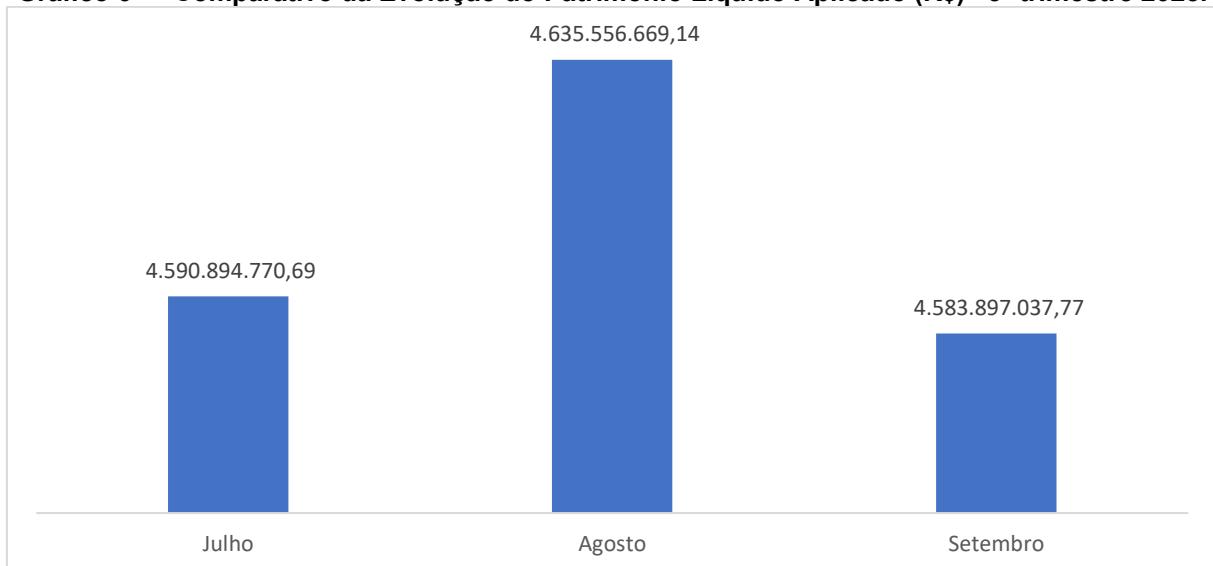
Fonte: Nugin/Igepps

A equipe técnica do NUGIN realiza o monitoramento da carteira visando atender aos limites da Resolução CMN 4.963/2021 e às estratégias definidas na Política de Investimentos.

5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

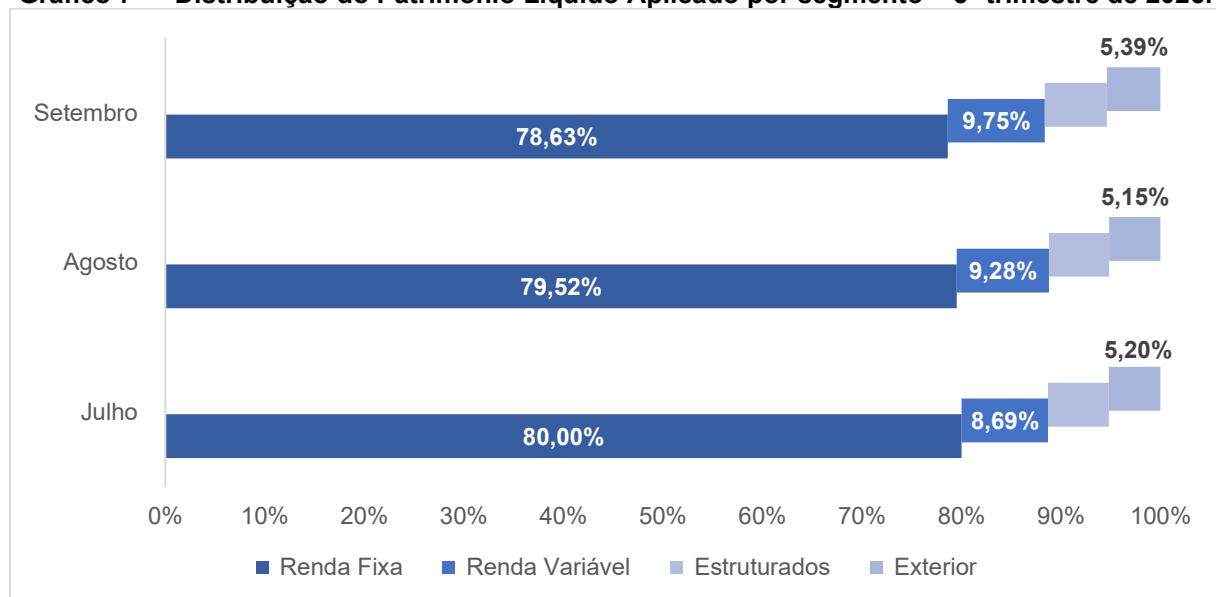
O patrimônio líquido global gerido pelo Igepps encerrou o terceiro trimestre de 2025 com um volume de R\$ 4.583.897.037,77 (quatro bilhões quinhentos e oitenta e três milhões oitocentos e noventa e sete mil e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) sob gestão, - 5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) –3º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Quanto ao segmento, a renda fixa representa posição majoritária da carteira de investimentos, terminando o terceiro trimestre com 78,63% da carteira, com o objetivo de alcançar até 82,5%, conforme política de investimentos 2025 aprovada. Em comparação com o mesmo trimestre do ano passado, houve aumento de 3% de exposição ao seguimento. Assim, a renda fixa continuará sendo a base do portfólio de RPPS, especialmente com o cenário de juros elevados no Brasil.

Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

Como forma de diversificação, os recursos são distribuídos entre diversas instituições financeiras, que passaram por um processo de credenciamento, o que demonstra que os recursos são aplicados em instituições idôneas e consolidadas no mercado. Quase a metade da carteira (46,64%) está aplicada em títulos do Tesouro Nacional, seguida de grandes bancos públicos ou privados como é o caso do Banco do Brasil, Itaú e Bradesco.

Tabela 68 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 3º trimestre de 2025.

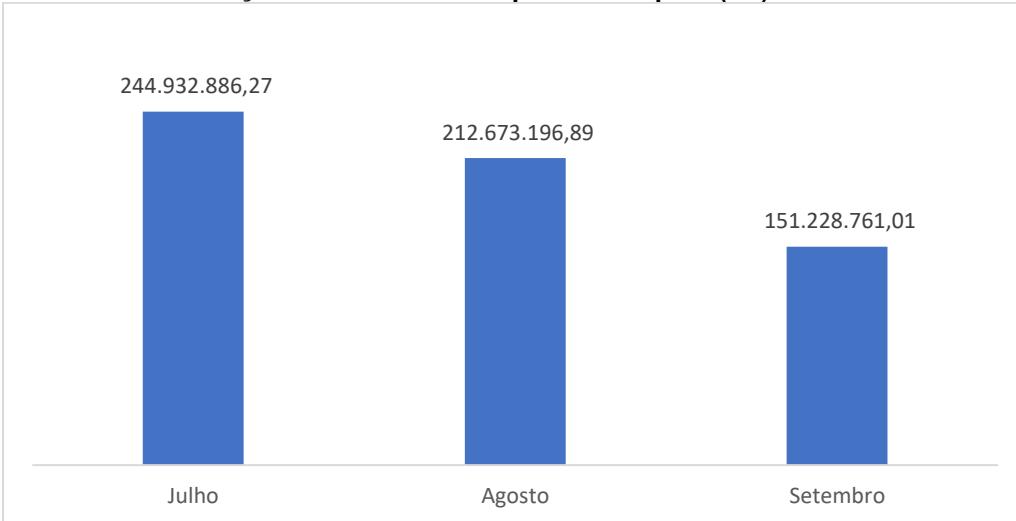
INSTITUIÇÕES	31/07/2025		29/08/2025		30/09/2025	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.102.075.006,76	46,62%	2.097.543.828,74	46,50%	2.114.617.357,56	46,64%
BB Asset Management	516.493.880,10	11,46%	523.551.026,40	11,61%	465.185.925,85	10,26%
Itaú	442.102.827,99	9,81%	450.931.853,49	10,00%	459.613.724,78	10,14%
Bradesco	466.350.099,62	10,34%	450.157.265,17	9,98%	456.008.462,70	10,06%
Santander	91.491.327,03	2,03%	132.478.373,99	2,94%	164.478.412,22	3,63%
BTG Pactual	274.222.330,64	6,08%	283.448.194,54	6,28%	291.895.463,67	6,44%
Caixa Econômico Asset	81.835.448,33	1,82%	81.336.664,94	1,80%	84.528.113,86	1,86%
Safra Asset Management	55.953.159,88	1,24%	60.221.646,64	1,34%	62.388.942,21	1,38%
Vinci Partners	108.738.142,08	2,41%	113.916.402,28	2,53%	116.352.538,79	2,57%
Kinea Investimentos	131.677.350,26	2,92%	129.590.566,68	2,87%	129.839.282,45	2,86%
Western Asset	49.239.855,46	1,09%	47.965.055,96	1,06%	48.262.312,32	1,06%
Bahia Asset	48.431.327,47	1,07%	52.761.968,23	1,17%	55.218.360,28	1,22%
XP Asset Management	34.149.315,69	0,76%	35.588.979,71	0,79%	38.980.172,71	0,86%
AZ Quest Investimentos	30.775.007,67	0,68%	33.911.880,08	0,75%	34.993.869,90	0,77%
Occam Brasil	23.875.665,70	0,53%	25.259.471,03	0,56%	26.204.913,40	0,58%
Pátria Investimentos	29.701.342,20	0,66%	29.791.178,89	0,66%	30.861.754,55	0,68%
BNP Paribas Asset	426.627,39	0,01%	456.277,01	0,01%	470.631,98	0,01%
Genial Banco	2.588.101,53	0,06%	2.575.817,74	0,06%	2.562.845,14	0,06%
Porto Seguro Investimentos	139.411,85	0,00%	141.417,58	0,00%	142.959,75	0,00%
Banpará (LFT)	100.628.543,04	2,23%	83.928.800,04	1,86%	1.290.993,64	0,03%
Total Aplicado	4.590.894.770,69	100%	4.635.556.669,14	103%	4.583.897.037,76	100%

Fonte: Nugin/Igepps

5.2 CARTEIRA FINANPREV

5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev

Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 3º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

No fechamento do 3º trimestre de 2025, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 151.228.761,01 (cento e cinquenta e um milhões duzentos e vinte e oito mil setecentos e sessenta e um reais e um centavo).

5.2.2 Resultado do Finanprev

Gráfico 9 — Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 3º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Os recursos aplicados no Finanprev, fundo financeiro, são oriundos de arrecadação previdenciária mensal. Tais recursos são aplicados em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo. O rendimento dessas aplicações somou R\$ 3.630.133,06 (três milhões seiscentos e trinta mil cento e trinta e três reais e seis centavos) no 3º trimestre de 2025.

5.2.3 Movimentação do Finanprev

Tabela 69 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 3º trimestre 2025.

Mês	Finanprev (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Julho	244.932.886,27	228.759.689,86
Agosto	212.673.196,89	226.260.940,95
Setembro	151.228.761,01	221.883.824,08
Total	608.834.844,17	676.904.454,89

Fonte: Nugin/Igepps

5.3 CARTEIRA DO SPSM

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

Gráfico 10 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.3.2 Evolução do Rendimento do SPSM

Os recursos aplicados no SPSM são oriundos de arrecadação previdenciária mensal dos militares. Tais recursos são aplicados em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo. O rendimento dessas aplicações somou R\$ 873.270,98 (oitocentos e setenta e três mil duzentos e setenta reais e noventa e oito centavos) no 3º trimestre de 2025.

Gráfico 11 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

5.3.3 Movimentação do SPSM

Tabela 70 — Movimentações Financeiras – SPSM - 3º trimestre 2025.

Mês	SPSM (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Julho	74.246.019,24	73.640.540,50
Agosto	67.162.855,31	71.460.583,95
Setembro	55.990.656,06	69.532.912,60
Total	197.399.530,61	214.634.037,05

Fonte: Nugin/Igepps

No 3º trimestre de 2025, operações de aplicação movimentaram cerca de R\$ 197 milhões, enquanto os resgates do referido fundo movimentaram cerca de 215 milhões de reais.

5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Funprev

Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

O Funprev encerrou o 3º trimestre de 2025, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.582.391.115,16 (quatro bilhões quinhentos e oitenta e dois milhões trezentos e noventa e um mil e cento e quinze reais e dezesseis centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

5.4.2 Evolução do Rendimento do Funprev

No terceiro trimestre de 2025, o rendimento do FUNPREV somou R\$ 150.866.108,21 (cento e cinquenta milhões oitocentos e sessenta e seis mil cento e oito reais e vinte e um centavos), cerca de 27% maior quando comparado com o mesmo trimestre do ano passado, quando o rendimento foi de R\$ 110.257.937,64 (cento e dez milhões duzentos e cinquenta e sete mil novecentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos). No acumulado de 2025, os rendimentos do fundo capitalizado já somam R\$ 448.685.228,14 (quatrocentos e quarenta e oito milhões seiscentos e oitenta e cinco mil duzentos e vinte e oito reais e quatorze centavos).

Gráfico 13 — Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.4.3 Movimentações do Funprev

Tabela 71 — Movimentações Financeiras Funprev – 3º trimestre de 2025.

Mês	Funprev (R\$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Julho	38.128.310,81	60.616.963,62	5.232.308,71
Agosto	43.101.226,94	24.010.140,54	21.470.955,60
Setembro	31.186.291,27	64.920.862,12	0,00
Total	112.415.829,02	149.547.966,28	26.703.264,31

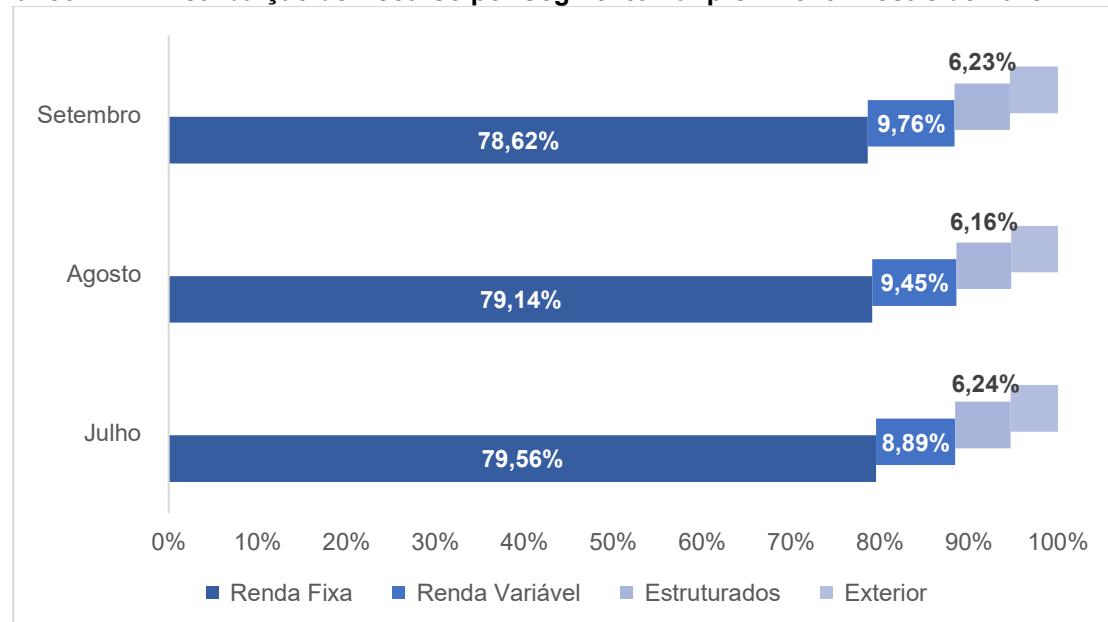
Fonte: Nugin/Igepps

No terceiro trimestre de 2025, houve aplicação de cerca de R\$ 112 milhões no FUNPREV, incluindo valores provenientes de desbloqueios judiciais e arrecadação. Além disso, houve receita de amortização de aproximadamente R\$ 27 milhões proveniente de pagamento de cupons de títulos públicos. Os recursos resgatados somaram, aproximadamente, 149,5 milhões e foram utilizados para atendimento a Chamadas de Capital, transferência para atendimento à Lei 125/2019 ou realocação estratégica entre as classes de investimento.

5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento do Funprev

Desde o início de 2005, alinhado ao atendimento à Política de Investimentos vigente, a área técnica vem reduzindo exposição à classe de renda variável, por meio de realocação estratégica com a realização de lucro de fundos com boa performance e redirecionamento do montante para a classe de renda fixa. Dado o cenário macroeconômico, a redução gradativa da exposição a renda variável e consequente alocação em renda fixa é um dos objetivos a serem alcançados.

Gráfico 14 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 3º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps.

5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os recursos oriundos de arrecadação previdenciária aplicados no FUNPREV no terceiro trimestre de 2025 somaram R\$ 63.194.897,29 (sessenta e três milhões cento e noventa e quatro mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos) e foram aplicados em fundos com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa, com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Tabela 72 — Arrecadação para aplicação Funprev – 3º trimestre de 2025.

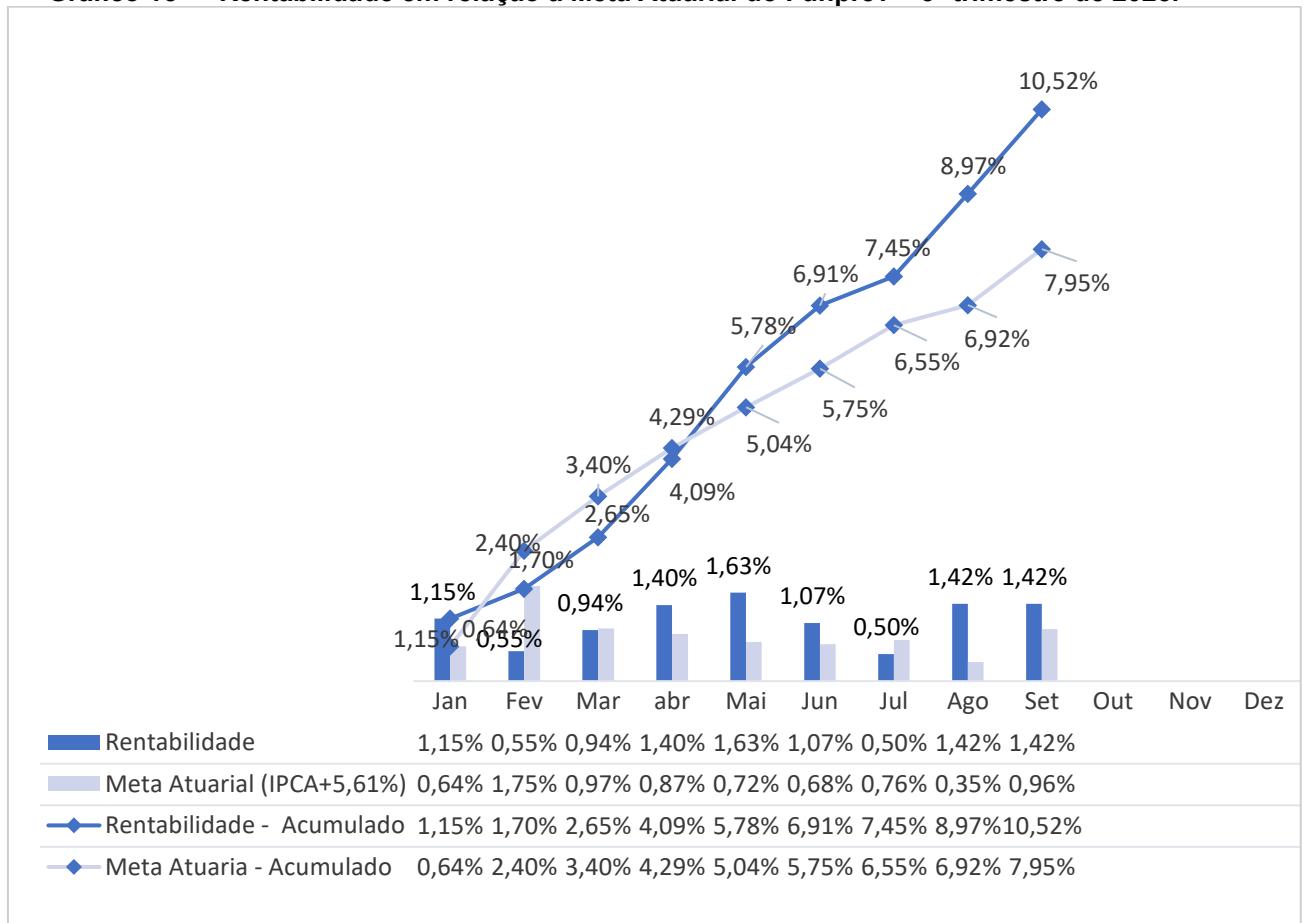
Mês	Arrecadação para aplicação - Funprev
Julho	20.500.000,00
Agosto	12.500.000,00
Setembro	30.194.897,29
3º Trimestre	63.194.897,29

Fonte: Nugin/Igepps

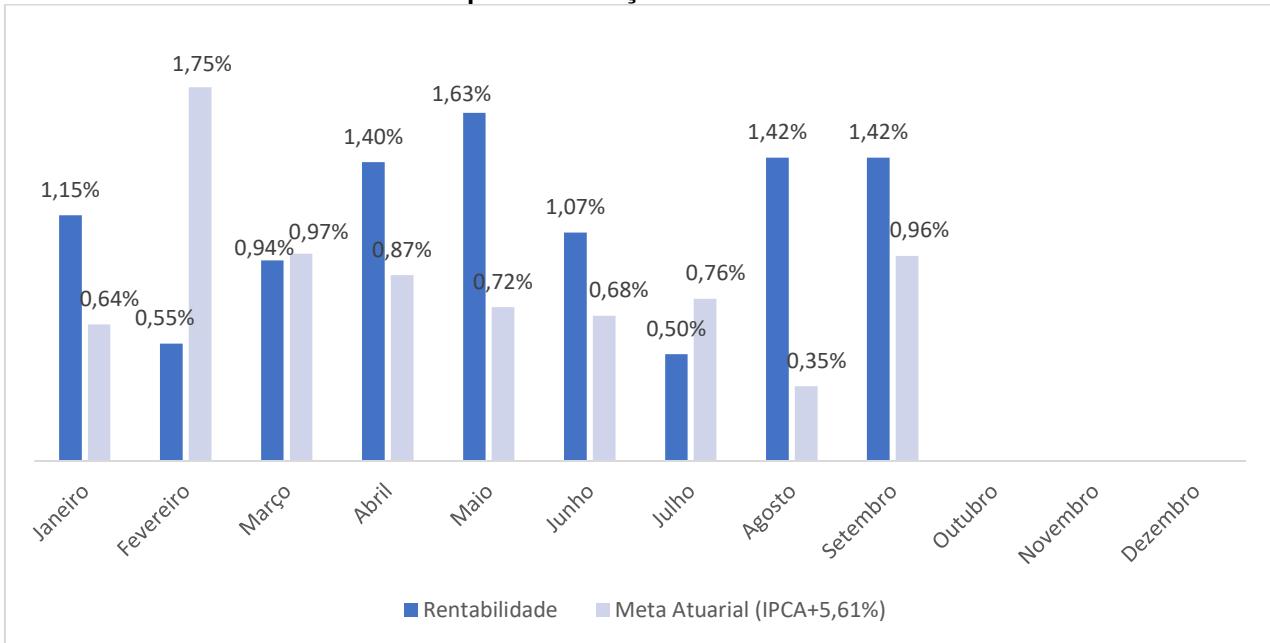
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

A meta atuarial do Funprev para 2025 é de IPCA+5,61%. No terceiro trimestre de 2025, o desempenho da carteira Funprev foi de 3,38% para uma meta de 2,08%, portanto, 38% acima da meta para o período. No acumulado anual, o desempenho do FUNPREV fechou em **10,52%** para uma meta de **7,95%**, marcando, portanto, o atingimento de **132%** da meta atuarial do período.

Gráfico 15 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 3º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Gráfico 16 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

O desempenho da carteira Funprev está diretamente relacionado ao cenário econômico e político que tem se apresentado nos últimos meses e às decisões estratégicas tomadas pela área técnica em função deste cenário. Quanto ao cenário de atividade econômica, a nível global, o terceiro trimestre de 2025 foi marcado por desaceleração moderada da atividade nas principais economias, por inflação em trajetória de convergência e por juros ainda elevados. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve manteve tom cauteloso, avaliando sinais de resiliência no mercado de trabalho e inflação ainda acima da meta. A inflação mais elevada, no entanto, não mudou a expectativa de início do ciclo do corte de juros pelo Fed que se concretizou em setembro. Na Europa, o Banco Central Europeu pausou o ciclo de aperto, diante da fraqueza do crescimento e da inflação próxima da meta. Já a China apresentou nova perda de fôlego, com dificuldades persistentes no setor imobiliário e estímulos pontuais que não alteraram de forma decisiva o ritmo da economia.

Com o início de corte nos juros americanos, houve migração de capital estrangeiro para países emergentes, entre eles, o Brasil, beneficiando a bolsa brasileira, o que explica o bom desempenho da classe de renda variável para a carteira do Funprev. A atividade econômica segue aquecida com estímulos fiscais e taxa de desemprego na mínima histórica, mas o mercado projeta uma desaceleração da economia diante do nível de restrição monetária e incerteza da política fiscal.

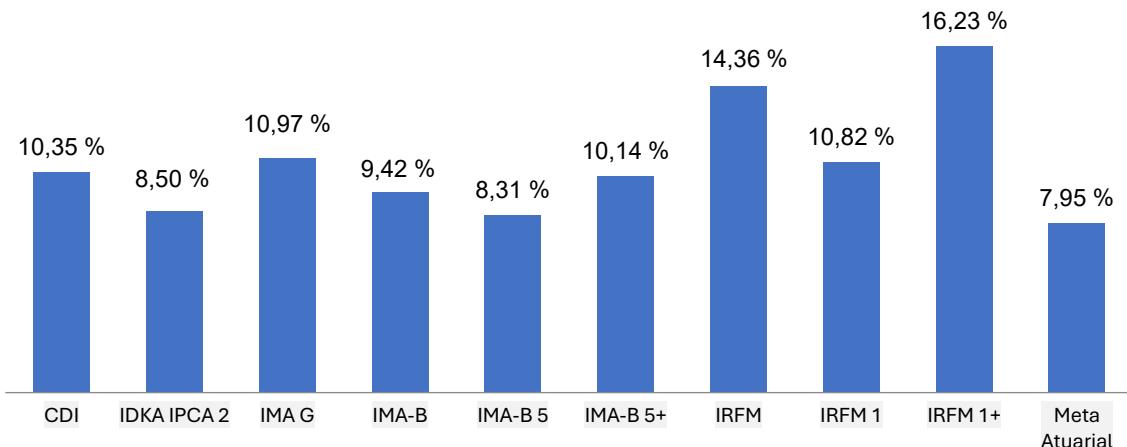
Quanto ao cenário de inflação, em nível global permanece controlada, mas acima da meta e com expectativa de deterioração diante da guerra comercial imposta pelo governo americano. No Brasil, a inflação permanece acima da meta e expectativas des ancoradas para 2025, acumulando 5,17% em 12 meses contra um limite superior de 4,5%. Diante das

expectativas de inflação des ancoradas e da dificuldade em realizar a convergência da inflação à meta em 2025, a inflação (IPCA) seguiu acima da meta durante o trimestre, com leituras de meados de setembro mostrando um repique pontual em componentes como habitação (energia) que manteve pressões de curto prazo. As expectativas do mercado (Focus) ajustaram-se marginalmente, mas ainda apontavam inflação 2025 acima de 3% e Selic estável no ano, o que ratifica a decisão técnica de manter a posição da carteira previdenciária majoritariamente em ativos de renda fixa.

Nos mercados locais, os juros elevados continuaram favorecendo ativos de renda fixa de curto prazo. Títulos pós-fixados e indexados à inflação registraram bons retornos reais, impulsionados pelo carregamento médio de 6,20% acima da inflação e estabilidade da marcação na curva. O Ibovespa acumula alta de 21,58%, destacando-se entre bolsas globais.

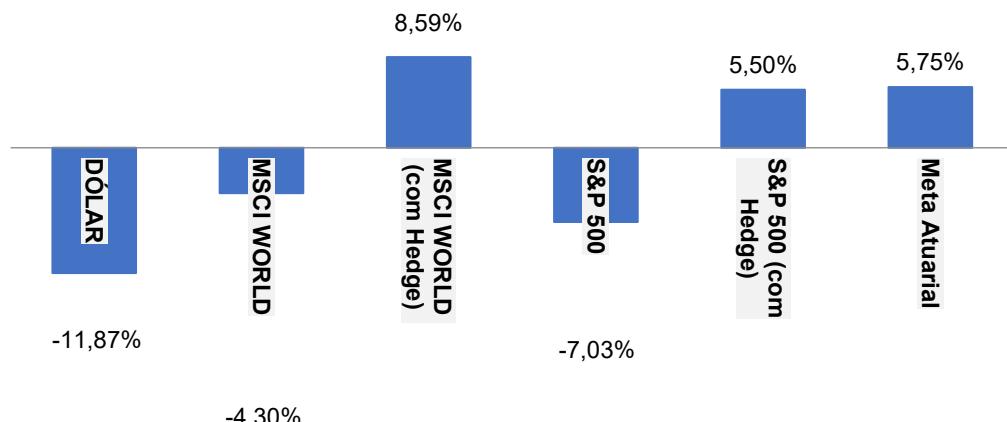
Diante deste cenário econômico e político, o 3º trimestre foi positivo para estratégias conservadoras como a carteira FUNPREV, especialmente as concentradas em renda fixa doméstica curta e pós-fixada. Assim, o objetivo de atingimento da meta atuarial, IPCA+5,61%, foi cumprido. Segue a comparação da meta atuarial com os principais índices de mercado, tanto de renda fixa, renda variável e exterior.

Gráfico 17 — Índices de mercado de Renda Fixa em relação a Meta Atuarial – 2025



Fonte: Nugin/Igepps

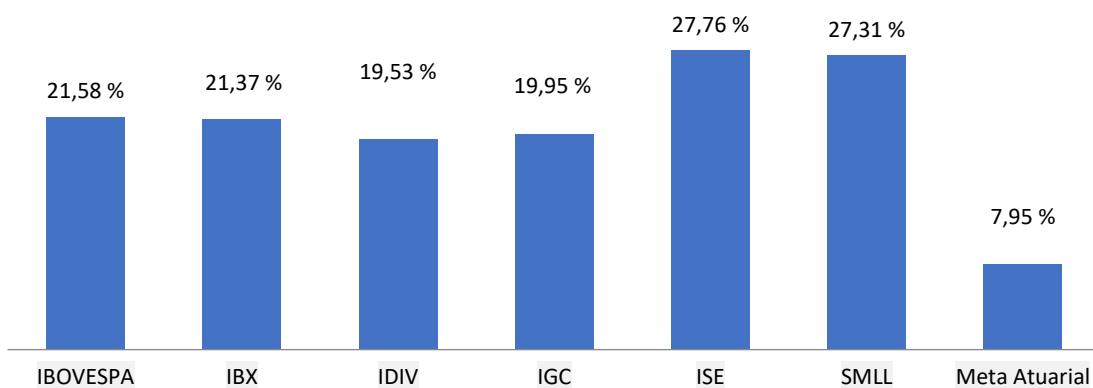
Observa-se que todos os índices de mercado de renda fixa estão acima da meta atuarial que está acumulada em 7,95% no ano, inclusive o CDI, que é um dos principais benchmarks da carteira, o que tem contribuído para o bom desempenho da carteira previdenciária no período.

Gráfico 18 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

Em relação aos indicadores de renda variável exterior, observa-se que são os índices “hedgeado” (que buscam proteção do patrimônio contra a variação cambial) os que estão acima da meta atuarial, portanto, a área técnica segue buscando oportunidades de investimentos com essa característica, o que contribuiria para continuar o atingimento da meta atuarial ao longo do ano.

Já os indicadores de renda variável tiveram bom desempenho, em função da recuperação dos ativos locais e forte valorização da bolsa brasileira, com o Ibovespa acumulando 21,58% no ano, desempenho significativamente acima da meta atuarial.

Gráfico 19 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps

Em resumo, podemos observar o desempenho de cada estratégia do FUNPREV e a sua contribuição ao retorno no 3º trimestre e ano, conforme tabela abaixo:

Tabela 73 — Contribuição ao retorno por estratégia — Funprev — 3º Trimestre de 2025.

FUNPREV	%	Alvo PI	Contribuição		Retorno	Contribuição	Retorno	Contribuição	Retorno	Contribuição
			mar/25	1T/25	2T/25	2T/25	3T/25	3T/25	ANO/25	ANO/25
Renda Fixa	78,63%	↑ 82,50%	0,94%	2,58%	2,98%	2,37%	2,87%	2,29%	9,42%	6,65%
Alocação Dinâmica	8,22%	↑ 10,00%	0,06%	0,22%	3,31%	0,27%	3,65%	0,30%	10,09%	0,81%
Crédito Privado	2,43%	↑ 5,00%	0,03%	0,09%	3,03%	0,08%	4,65%	0,08%	10,03%	0,25%
Juro Pós-Fixado	27,25%	↓ 25,00%	0,02%	0,85%	3,34%	0,90%	3,75%	1,01%	10,53%	2,85%
Juro Nominal	2,15%	↑ 2,50%	0,27%	0,07%	3,43%	0,08%	3,69%	0,08%	10,87%	0,24%
Juro Real	39,12%	↑ 40,00%	0,56%	1,35%	2,65%	1,05%	2,07%	0,82%	10,87%	3,35%
Renda Variável	9,75%	↓ 5,00%	0,30%	0,44%	12,79%	1,26%	5,23%	0,49%	24,00%	1,86%
Bolsa Brasil	9,75%	↓ 5,00%	0,30%	0,44%	12,79%	1,26%	5,23%	0,49%	24,00%	2,26%
Exterior	7,53%	↑ 8,00%	-0,46%	-0,66%	7,47%	0,50%	8,07%	0,58%	5,84%	0,14%
Alocação Dólar	3,45%	↑ 4,00%	-0,31%	-0,50%	7,38%	0,23%	5,32%	0,18%	-2,25%	-0,10%
Alocação Hedge	4,08%	↓ 4,00%	-0,15%	-0,16%	7,56%	0,27%	10,51%	0,40%	13,80%	0,52%
Estruturado	4,09%	↑ 4,50%	0,15%	0,30%	-0,02%	0,00%	0,10%	0,03%	8,52%	0,33%
Economia Real	4,09%	↑ 4,50%	0,15%	0,30%	-0,02%	0,00%	0,10%	0,03%	8,52%	0,33%
FUNPREV	100,00%	100,00%	0,94%	2,65%	4,13%	4,13%	3,38%	3,38%	10,52%	10,52%

Fonte: Nugin/Igepps

Assim, diante do atual cenário econômico e político incerto, o NUGIN, visando à defesa da meta atuarial, vem priorizando a consolidação da renda fixa através de investimentos indexados ao CDI, dada a previsão de 15% da taxa SELIC ao final de 2025, o que oportuniza também investimentos indexados ao IPCA (juro real).

A Renda Fixa é a principal posição do fundo capitalizado, representando 78,63% da carteira, composto majoritariamente por títulos públicos atrelados à inflação e ao CDI. Neste terceiro trimestre, a classe de renda fixa obteve retorno de 2,87%, contribuindo com 2,29% do resultado total de 3,38% no período, ou seja, contribuiu com mais de 60% do resultado da carteira.

A estratégia que mais contribuiu para este resultado foi a de Juro pós-fixado (1,01%), seguido de juro real (0,82%). No ano, a renda fixa obteve retorno de 9,42% respondendo, portanto, pela maior parte do resultado. Assim, títulos pós-fixados (SELIC/DI) e títulos atrelados ao IPCA entregaram retornos reais positivos no trimestre. A atratividade das aplicações de curto prazo melhorou o rendimento do caixa e reduziu a necessidade de tomada de risco para atingir objetivos de retorno.

As demais estratégias de renda fixa são a Alocação Dinâmica (8,22%), com gestão ativa do CDI, que contribuiu com 0,30% para o resultado trimestral, o Crédito Privado (2,43%), com captura do prêmio de crédito privado, que contribuiu com 0,08% e o Juro Nominal (2,15%), com carregamento de taxas pré-fixadas atrativas para diversos ciclos de mercado, que também contribuiu com 0,08% para o resultado.

A Renda Variável, representada pela estratégia de Bolsa Brasil, fechou a posição trimestral em 9,75% do Funprev, com alvo em 5%, conforme previsão da PI 2025. A estratégia performou no positivo neste terceiro trimestre do ano, em 5,23%, contribuindo com 0,49% para o resultado da carteira. O resultado positivo ocorreu em razão do forte fluxo de capital estrangeiro para países emergentes em busca de melhores diferenciais de juros e preços atrativos. No entanto, o cenário de Bolsa Brasil permanece desafiador dada as incertezas impostas pela falta de consenso em torno das tarifas comerciais entre países e desafios fiscais do país.

Já a classe de Exterior, que representa 7,53% do FUNPREV, obteve retorno de 8,07%, contribuindo com 0,58% do resultado trimestral. A estratégia veio se recuperando ao longo do ano e conseguiu retomar o patamar positivo, apresentando retorno de 5,84% em 2025. A estratégia alocação *hedge* foi a que mais contribuiu para este resultado, em razão da apreciação do real frente ao dólar. Isto ocorreu em função dos resultados corporativos sólidos, especialmente empresas de tecnologia e corte de juros pelo Fed.

Em Estruturados, distribuídos em fundo em participação na Economia Real, fechou o terceiro trimestre de 2025 com posição de 4,09%, para um alvo de 4,5% da PI 2025. Os ativos se recuperaram neste 3º tri e obtiveram retorno de 0,1%. No acumulado do ano, a estratégia permaneceu no positivo com retorno de 8,52% e contribuição de 0,03% do resultado do FUNPREV. Isto decorre da performance positiva e qualidade das empresas investidas na economia real e diversificação em diversos mercados.

Assim, diante do resultado do FUNPREV, dos índices de mercado e da atribuição de resultado de cada estratégia da carteira, observamos resiliência no cumprimento da meta atuarial no 3º trimestre de 2025 que pode ser atribuída aos seguintes fatores:

- 1) Manutenção da taxa SELIC em patamares elevados, beneficiando ativos de renda fixa, posição majoritária na carteira do Funprev;
- 2) Recuperação da bolsa brasileira que se beneficiou da migração de capital estrangeiro em razão da perspectiva de corte de juros nos EUA, que se concretizou em setembro;
- 3) Recuperação da estratégia Exterior apoiado pelo desempenho sólido concentrado em empresas de tecnologia e inteligência artificial

Para o último trimestre do ano o cenário deve continuar marcado por juros altos, inflação gradualmente convergindo e crescimento moderado. Uma eventual queda de juros em 2026 poderá abrir espaço para valorização de ativos de renda fixa no Brasil, mas o ambiente ainda favorece estratégias defensivas e pós-fixadas. Assim, o Nugin avalia que o foco dos investimentos deve permanecer na preservação de liquidez e permanece atento a gestão dos investimentos visando ao cumprimento da meta atuarial.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 4.080.631.499,60 (quatro bilhões oitenta milhões seiscentos e trinta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), no período de 2016 até setembro de 2025.

Tabela 74 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre 2025.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.018.935,87
2025	Transferência Rendimento Ano de 2025	448.685.228,13
Total		4.080.631.499,60

Fonte: Nugin/Igepps.

Em 2025, até o fechamento do 3º trimestre, o FUNPREV transferiu ao Finanprev o montante de R\$ 448.685.228,13. (quatrocentos e quarenta e oito milhões seiscentos e oitenta e cinco mil duzentos e vinte e oito reais e treze centavos).

Tabela 75 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre 2025.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)
Janeiro	49.999.919,68	
Fevereiro	24.323.925,99	49.999.919,68
Março	41.292.393,48	24.323.925,99
Abril	61.965.586,33	41.292.393,48
Maio	72.511.924,10	61.965.586,33
Junho	47.725.370,34	72.511.924,10
Julho	22.417.082,18	47.725.370,34
Agosto	63.738.693,74	22.417.082,18
Setembro	64.710.332,29	63.738.693,74
Outubro		64.710.332,29
Novembro		
Dezembro		
Total	448.685.228,13	448.685.228,13

Fonte: Nugin/Igepps.**Nota:** O saldo é transferido no mês subsequente

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é o custo de manutenção para atender às despesas administrativas do IGEPPS/PA. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passou a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos FUNPREV, FINANPREV e SPSM. Para o ano de 2025, o percentual de taxa de administração ficou de 1,3% da folha bruta de 2024, conforme metodologia determinada pela Portaria MPS 1.467/2022. Portanto, o valor total de taxa de administração prevista para o ano de 2025 é de R\$ 297.168.904,85 (duzentos e noventa e sete milhões cento e sessenta e oito mil novecentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), rateado entre os três fundos na seguinte proporção:

Tabela 76 — Rateio da taxa de administração – 3º trimestre 2025.

Taxa de Administração	RPPS	Rateio	2025
Finanprev	16.730.303.173,32	0,95%	217.493.941,25
Funprev	1.650.514.336,09	0,09%	21.456.686,37
SPSM	4.478.329.017,66	0,25%	58.218.277,23
2025	22.859.146.527,07	1,30%	297.168.904,85

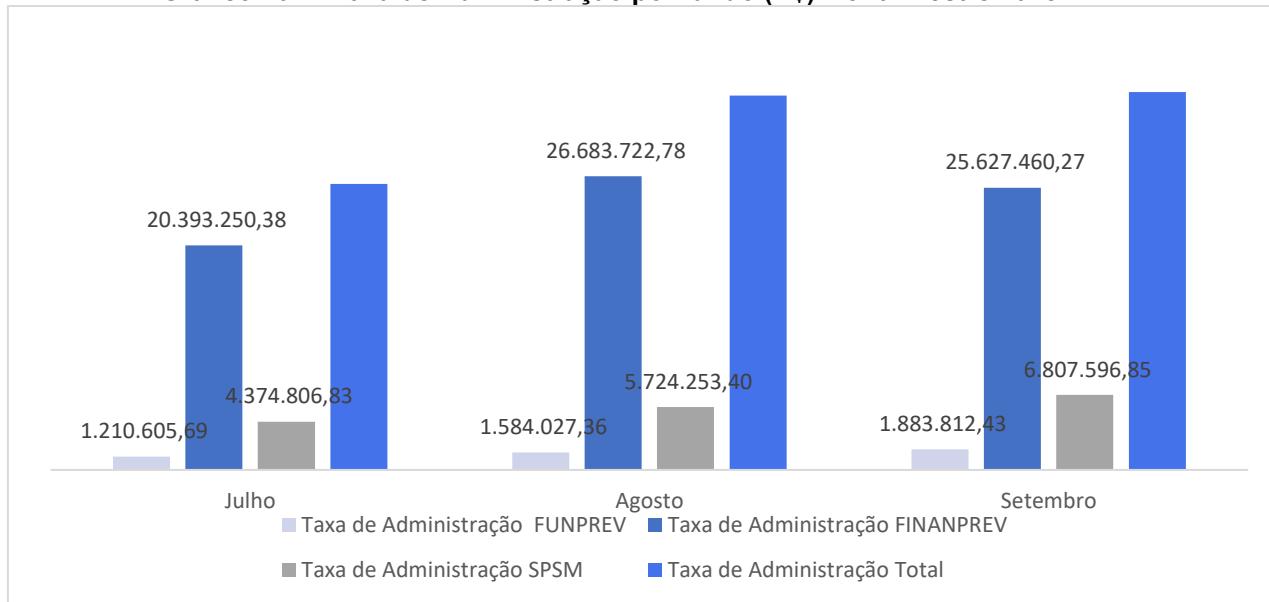
Fonte: Nugin/IGEPPS.

Do montante total previsto para taxa de administração de 2025, de janeiro a setembro, foi utilizado 85%, o que corresponde ao valor de R\$ 251.771.437,51 (duzentos e cinquenta e um milhões setecentos e setenta e um mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), sendo a cota parte do FINANPREV utilizada em 87%, em 68% do FUNPREV e em 83% do SPSM. Em comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 21%, quando o gasto havia sido de R\$ 199.560.410,20.

Tabela 77 — Utilização da taxa de administração – 3º trimestre 2025.

Mês	Taxa de Administração			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	Total
Janeiro	5.200.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	25.200.000,00
Fevereiro	1.544.031,72	26.009.976,32	5.579.719,76	33.133.727,80
Março	2.000.000,00	19.169.556,62	3.532.505,12	24.702.061,74
1º Trimestre	8.744.031,72	57.179.532,94	17.112.224,88	83.035.789,54
Abril	-	18.790.354,78	5.224.024,52	24.014.379,30
Maio	-	21.289.386,15	4.567.047,93	25.856.434,08
Junho	1.238.408,91	18.861.609,41	4.475.280,28	24.575.298,60
2º Trimestre	1.238.408,91	58.941.350,34	14.266.352,73	74.446.111,98
Julho	1.210.605,69	20.393.250,38	4.374.806,83	25.978.662,90
Agosto	1.584.027,36	26.683.722,78	5.724.253,40	33.992.003,54
Setembro	1.883.812,43	25.627.460,27	6.807.596,85	34.318.869,55
3º Trimestre	4.678.445,48	72.704.433,43	16.906.657,08	94.289.535,99
Outubro				-
Novembro				-
Dezembro				-
4º Trimestre	-	-	-	-
Utilizado 2025	14.660.886,11	188.825.316,71	48.285.234,69	251.771.437,51
Limite por fundo	21.456.686,37	217.493.941,25	58.218.277,23	297.168.904,85
% Utilizado	68%	87%	83%	85%

Fonte: COAF/Nugin/Igepps.

Gráfico 20 — Taxa de Administração por fundo (R\$) – 3º trimestre 2025.

Fonte: Nugin/Coaf/Igepps.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, o Conselho Estadual de Previdência – CEP, o Conselho Fiscal, o Conselho Estadual do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM e o Comitê de Investimentos exercem as atribuições atinentes aos órgãos colegiados, cada um deles em sua esfera de atribuição contribuindo para a consolidação do modelo de gestão pautado na transparência e eficiência de suas ações.

Vale enfatizar que através desses conselhos é exercido o controle social do regime, já que eles contam com a participação de grupo representativo da sociedade no âmbito da gestão e fiscalização da Instituição responsável por gerir do Fundo Estadual de Previdência.

6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA – CEP

No terceiro trimestre de 2025, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou uma reunião ordinária. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP – 3º trimestre de 2025

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
02/07/2025	Ordinária	• Relatório Mensal de Investimento de Março, Abril e Maio de 2025	Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular); Thainá Magalhães de Alencar Vieira – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Iran Ataíde Lima Nascimento – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA (Membro Titular); Roland Raad Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).

Fonte: GAPRE/Igepps.

6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA

No terceiro trimestre de 2025, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou duas reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 3º trimestre de 2025

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
22/08/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps Maio e Junho/2025 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular) Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular).
29/09/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos Igepps Julho e Agosto/2025 • Plano Anual de Trabalho 	Elvira Carolina Scapin Martins – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Suplente); Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular); Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Públicos em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Titular).

Fonte: GAPRE/Igepps.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento contínuo na valorização do capital humano constitui um dos pilares fundamentais para uma gestão de pessoas eficaz. Para alcançar esse objetivo, é indispensável considerar alguns componentes essenciais que sustentam uma atuação estratégica e eficiente: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Esses cinco elementos orientam de forma estruturada as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP).

A CODP é responsável por planejar, gerenciar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento de pessoal, sempre em consonância com as diretrizes estratégicas da Instituição. Entre suas atribuições, destaca-se também a indicação de um representante institucional da área de Recursos Humanos, que atua como Agente de Desenvolvimento e Capacitação, tanto na execução de programas internos de treinamento quanto nas ações promovidas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA.

Adicionalmente, a Coordenadoria colabora com projetos interinstitucionais de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada com outros órgãos e entidades públicas.

No Terceiro trimestre de 2025, as atividades desenvolvidas pela CODP foram determinantes para o fortalecimento das competências técnicas e comportamentais dos servidores. Para fins organizacionais, a gestão de pessoal no âmbito do Igepps está estruturada em três eixos principais:

- Movimentação e Registro Funcional;
- Capacitação e Treinamento;
- Qualidade de Vida no Trabalho.

Cada um desses eixos contribui, de forma articulada, para a consolidação de uma política de gestão de pessoas voltada à excelência no serviço público e ao bem-estar dos servidores.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No terceiro trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 78 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 3º trimestre de 2025.

Servidores	Terceiro Trimestre /2025			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
Efetivo	83	81	81	245
Temporários	12	12	12	36
Cedidos	12	11	12	35
Comissionados	35	36	35	106
Disposição DPSM	3	3	3	9
Total	145	143	143	431

Fonte: CODP/Igepps

Observou-se uma redução no número de servidores, em virtude do fim de contratos temporários e a saída de servidores efetivos para outros órgãos. Houve oscilação nos cedidos em razão da chegada de mais uma servidora e a devolução de um, após o fim da cessão ao Instituto.

7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores

Tabela 79 — Servidores Capacitados – 3º trimestre de 2025

Servidores Capacitados	Terceiro Trimestre/2025			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
Efetivo	11	25	11	47
Temporários	-	-	-	-
Cedidos	1	5	2	8
Comissionados	3	8	10	21
Disposição DPSM	-	1	2	3
Conselheiros	-	-	-	3
Total	15	39	25	79

Fonte: CODP/Igepps

- Julho/2025

Foram capacitados 15 servidores, número menor em comparação com os meses seguintes. Esse resultado se explica pelo período de férias, quando tradicionalmente há menor adesão às capacitações. Outro fator que contribuiu foi a ausência de servidores temporários, já que muitos contratos se encerraram em junho/2025.

- Agosto/2025

Houve um crescimento expressivo, totalizando 39 servidores capacitados. Esse aumento foi impulsionado pela participação em eventos de grande relevância, como o XX Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública (6 participantes), o Startup Summit 2025 (11 participantes) e o curso de Retenção de Tributos na Administração Pública (5 participantes). Além disso, percebe-se maior engajamento dos efetivos, comissionados e cedidos, o que refletiu no resultado positivo.

- Setembro/2025

O número de capacitados reduziu para 25 servidores, em função da continuidade da ausência dos temporários e da menor quantidade de eventos de grande porte. O destaque foi a participação de 6 servidores no curso de *Previdência dos Servidores Públicos: Aposentadorias e Pensões e Respectivos Cálculos*, que manteve o engajamento dos efetivos e comissionados.

Comparativo trimestral

No terceiro trimestre de 2025, foram capacitados 79 servidores. Observa-se que agosto foi o mês de maior participação (39 servidores), refletindo o fortalecimento das ações de capacitação em eventos estratégicos. Julho apresentou o menor índice (15 servidores), influenciado pelas férias e pelo término dos contratos dos temporários. Já setembro apresentou um número intermediário (25 servidores), menor que agosto, mas ainda acima de julho, com destaque para os cursos voltados à área previdenciária.

De forma geral, o trimestre evidencia que a participação em grandes eventos nacionais e temáticas específicas de interesse institucional tem impacto direto no número de capacitados, sendo um ponto estratégico a ser considerado no planejamento das próximas ações.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das atribuições da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), em especial da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar, coordenar e executar ações voltadas à promoção da saúde integral, bem-estar, segurança ocupacional, educação ambiental, responsabilidade social e à valorização das relações humanas no ambiente de trabalho. Tais iniciativas contribuem significativamente para o fortalecimento da integração entre os servidores, promovendo um clima organizacional mais saudável, participativo e humanizado.

No âmbito do Projeto Saúde e Bem-Estar, as ações desenvolvidas têm como propósito promover a atenção à saúde física e mental dos servidores, com foco na prevenção de doenças, estímulo ao autocuidado, fortalecimento dos vínculos sociais e melhoria das relações interpessoais, tanto no ambiente de trabalho quanto na esfera pessoal.

a) Ginástica Laboral e Meditação: ação visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

Figura 1 — Ginástica Laboral**Fonte:** CODP/Igepps

b) Feira do Produtor: Ação mensal, que acontece desde 2015, a qual possibilita que pequenos produtores levem ao Instituto os produtos naturais que produzem, seja legumes, frutas, comidas regionais entre outros. Com intuito de incentivar e promover os pequenos negócios de empreendedoras autônomas, como artesanatos e produtos personalizados.

A feira não apenas fortalece a conexão entre os produtores e a comunidade, mas também oferece aos visitantes a chance de adquirir produtos frescos e de alta qualidade, cultivados com práticas respeitosas ao meio ambiente. Ao longo dos anos, a Feira do Produtor tem se consolidado como um ponto de encontro importante, fomentando a valorização dos produtos locais e estimulando a interação entre os envolvidos no setor agrícola e a comunidade.

Figura 2 — Feira do Produtor- 3º trimestre 2025.**Fonte:** CODP/Igepps

c) Comemoração do Dia dos Pais - 2025: No período, foi realizada a Comemoração ao Dia dos Pais – 2025, com o objetivo de promover a valorização dos pais que atuam no Instituto,

reforçando os laços afetivos, a qualidade de vida no trabalho e o reconhecimento institucional pela dedicação desses servidores à família e ao serviço público. O evento teve como tema “Pai Presente: Essência, Força e Cuidado – 2025”, traduzindo o propósito de prestigiar a importância da figura paterna no âmbito pessoal e profissional.

A programação contou com uma homenagem em vídeo, elaborada com o apoio da ASCOM, além de sorteio de brindes entre os participantes e um momento de confraternização com Coffee Break. As ações proporcionaram um ambiente de integração e reconhecimento, fortalecendo a cultura organizacional e valorizando a contribuição dos pais servidores.

Figura 3 — Comemoração do Dia do Pai - 3º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps

d) Diálogo de Saúde – setembro Amarelo – Acolher para não adoecer: O evento “Diálogos de Saúde – setembro Amarelo: Acolher para não adoecer”, realizado em 17 de setembro de 2025 no auditório do IGEPPS, teve como objetivo reforçar a importância do acolhimento e da escuta ativa como formas de prevenção ao adoecimento emocional. A ação contou com a participação de servidores e colaboradores, que puderam refletir sobre a valorização da vida e a necessidade de um ambiente de trabalho mais humano e solidário. Durante a programação, foi entregue uma lembrança simbólica com o laço do Setembro Amarelo, um bombom e um adesivo em formato de girassol, representando cuidado, esperança e afeto.

Como parte da dinâmica, os participantes interagiram com uma atividade lúdica em que mensagens de reflexão eram lidas e comentadas, promovendo o diálogo e a sensibilização coletiva. Essa iniciativa destacou que acolher é um gesto fundamental para fortalecer vínculos e evitar o isolamento, reforçando a mensagem de que ninguém está sozinho. Ao final da palestra, foi servido um lanche a todos os presentes, proporcionando um momento de convivência e integração. O IGEPPS, ao promover essa ação, reafirma seu compromisso em estimular a conscientização, a troca de experiências e a promoção de um ambiente de trabalho saudável e acolhedor.

Figura 4 — Setembro Amarelo.



Fonte: CODP/Igepps

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (Igepps), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

A fonte das Informações de todos esses Demonstrativos tem origem no SIAFE - relativos à Despesa Realizada.

Na tabela abaixo, segue valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente aos dados do 3º trimestre de 2025.

Tabela 80 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 3º trimestre de 2025.

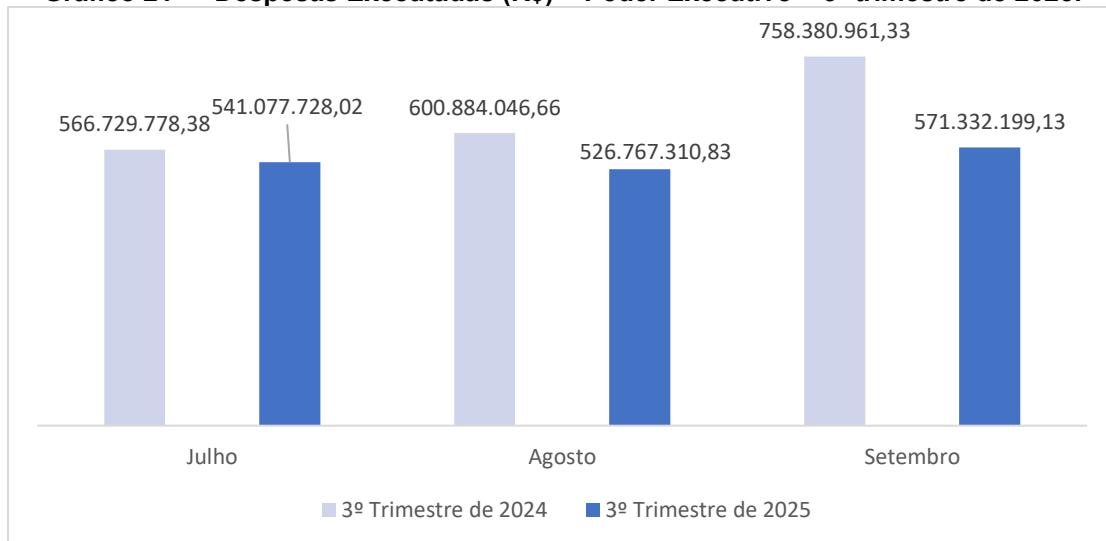
Comparativo Despesas Executadas - Poder Executivo					
UG	Descrição	3º Trimestre 2025			Total
		Julho	Agosto	Setembro	
840202	Igepps	28.919.429,54	32.717.172,76	29.831.387,41	91.467.989,71
840240	Finanprev	279.938.815,82	282.136.927,03	279.221.451,55	841.297.194,40
840203	Funprev	47.812.141,26	26.016.622,42	63.882.374,12	137.711.137,80
840201	SPSM	181.898.737,02	183.276.454,31	195.256.535,03	560.431.726,36
840250	Encargos Igepps	2.508.604,38	2.620.134,31	3.140.451,02	8.269.189,71
Total		541.077.728,02	526.767.310,83	571.332.199,13	1.639.177.237,98
Variação (%)		-4%	-2,64%	8,46%	-1,09%

Fonte: SIAFE/COFIN/Igepps.

Evidenciamos que a tabela acima se refere ao Poder Executivo. Os créditos referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram abatidos dos valores autorizados da UG 840202 (FINANPREV) e estão demonstrados adiante.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, o qual demonstra que houve um decréscimo de 14,89% em valores.

Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas realizadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Executadas, relativamente aos dados do 3º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

Tabela 81 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 3º trimestre de 2025.

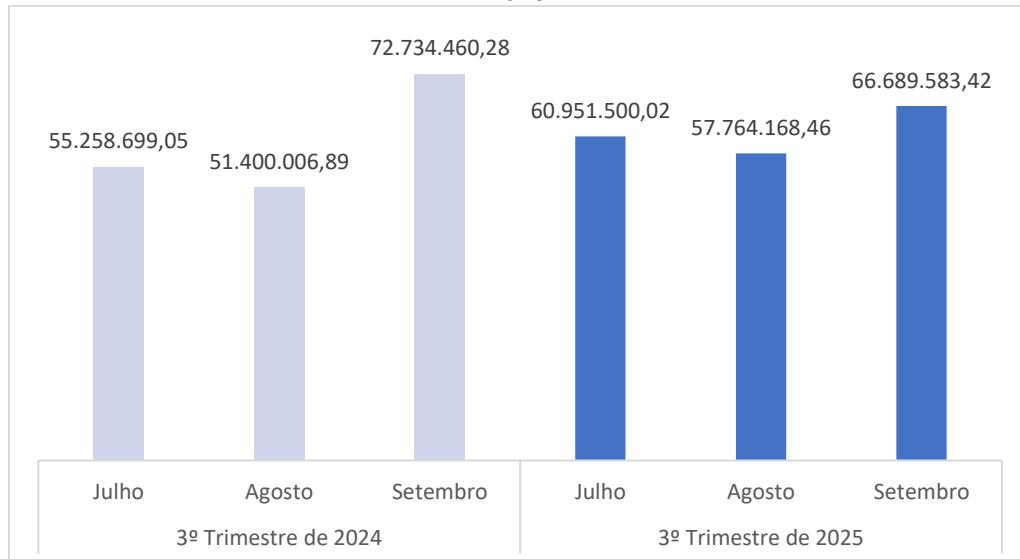
UG	Descrição	3º Trimestre 2025			2025
		Julho	Agosto	Setembro	
840220	Defensoria Fundo Financeiro	5.525.052,52	5.352.414,14	8.028.123,75	18.905.590,41
840230	Defensoria Fundo Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
840221	ALEPA Fundo Financeiro	7.694.140,61	7.123.077,14	7.827.745,29	22.644.963,04
840222	TCE Fundo Financeiro	6.904.209,05	6.356.508,01	6.320.739,14	19.581.456,20
840232	TCE Fundo Previdenciário	4.876,84	4.966,24	4.966,24	14.809,32
840223	TCM Fundo Financeiro	2.732.458,95	2.732.458,95	2.762.328,36	8.227.246,26
840224	TJE Fundo Financeiro	26.534.456,96	24.934.255,04	29.107.501,41	80.576.213,41
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.609,52	7.609,52	50.248,75	65.467,79
840226	M.P Fundo Financeiro	10.667.142,99	10.391.640,47	11.670.743,13	32.729.526,59
840227	MPC Fundo Financeiro	662.685,57	662.335,94	718.284,34	2.043.305,85
840237	MPC Fundo Previdenciário	3.799,40	3.799,40	3.799,40	11.398,20
840228	MPTCM Fundo Financeiro	215.067,61	195.103,61	195.103,61	605.274,83
Total		60.951.500,02	57.764.168,46	66.689.583,42	185.405.251,90

Fonte: SIAFE/Igepps

No período que compreende os meses de julho à setembro de 2025, o valor das despesas executadas pelos outros poderes, foi de R\$ 185.405.251,90 (cento e oitenta e cinco milhões quatrocentos e cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos).

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 3,35% em valores.

Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao 3º trimestre de 2025; bem como o percentual de variação do período discriminado.

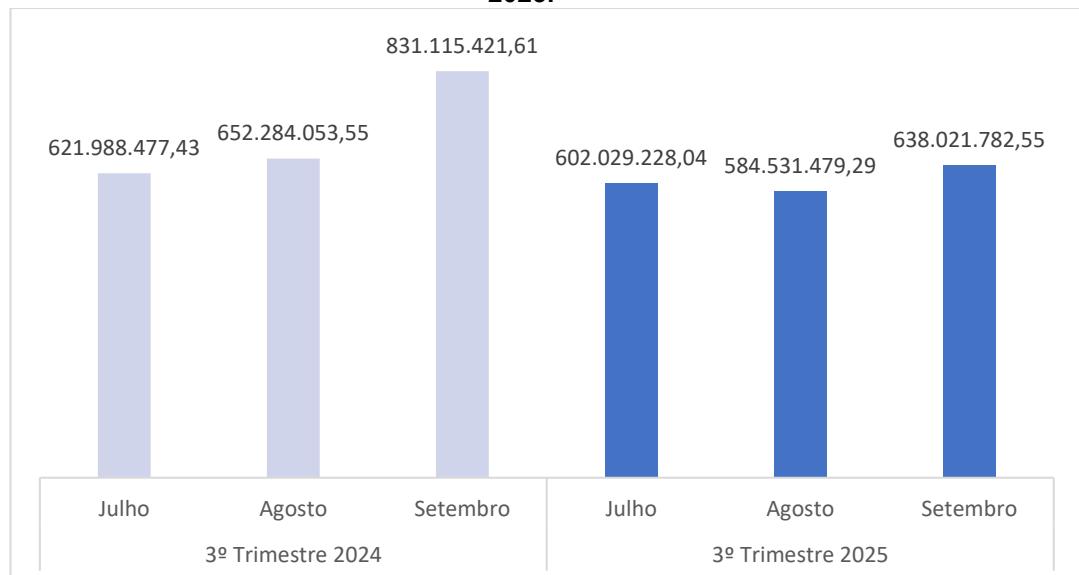
Tabela 82 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 3º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
Executivo	IGEPPS / FINANPREV / FUNPREV / SPSM / ENC. IGEPPS	541.077.728,02	526.767.310,83	571.332.199,13	1.639.177.237,98
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP MPC/MP/TCM	60.951.500,02	57.764.168,46	66.689.583,42	185.405.251,90
Total		602.029.228,04	584.531.479,29	638.021.782,55	1.824.582.489,98
Variações (%)		-2,99%	-2,91%	9,15%	-0,36%

Fonte: SIAFE - Despesa Realizada/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 13,34% em valores.

Gráfico 23 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário

Os valores executados descritos abaixo abrangem as Fontes das Despesas, das UG's 840202 (Finanprev - Poder Executivo), 840240 (SPSM), 840250 (Encargos Igepps) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 3º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo:

Tabela 83 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.

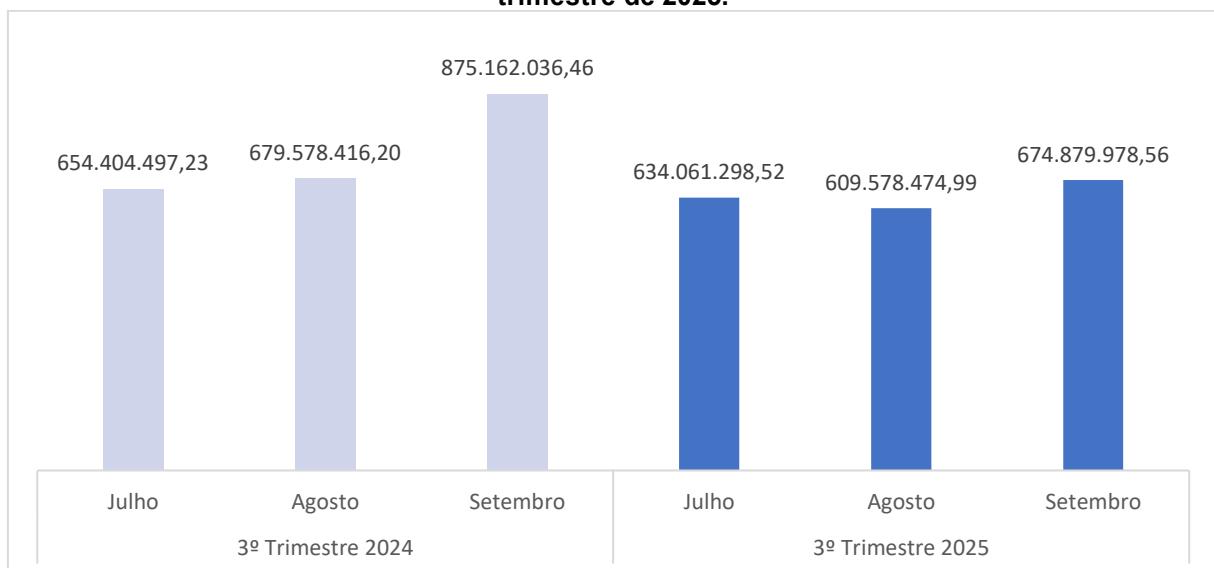
Fonte	Descrição	3º trimestre - Total de R\$ 1.918.519.752,07			Total
		Julho	Agosto	Setembro	
1500	RECURSOS ORDINARIOS	230.780.349,95	267.853.046,60	223.075.581,38	721.708.977,93
1800	REC VINC RPPS-FUNDO CAPITAL. (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	106.056,68	115.915,40	202.694,77	421.666,85
1801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	282.953.142,92	242.948.514,71	306.116.049,19	832.014.706,82
1803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	72.547.463,38	72.743.916,10	81.750.769,07	227.042.148,55
2500	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2800	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	47.725.370,34	25.917.082,180	63.738.693,74	137.381.146,26
2801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	-48.084,75	0,00	-809,59	-48.894,34
2803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		634.061.298,52	609.578.474,99	674.879.978,56	1.918.519.752,07
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		-4,50%	-3,86%	10,71%	-0,89%

Fonte: SIAFE/Igepps

Em decorrência da última reforma previdenciária ocorrida por meio da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 e Lei Complementar nº 128/2020, a partir de abril/2020 houve majoração dos percentuais de contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará – Igepps/PA, de 11% para 14% para segurados e pensionistas civis, e de 18% para 23% a contribuição patronal.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, o qual demonstra que houve um decréscimo de 13,16% em valores.

Gráfico 24 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.5 Igepps

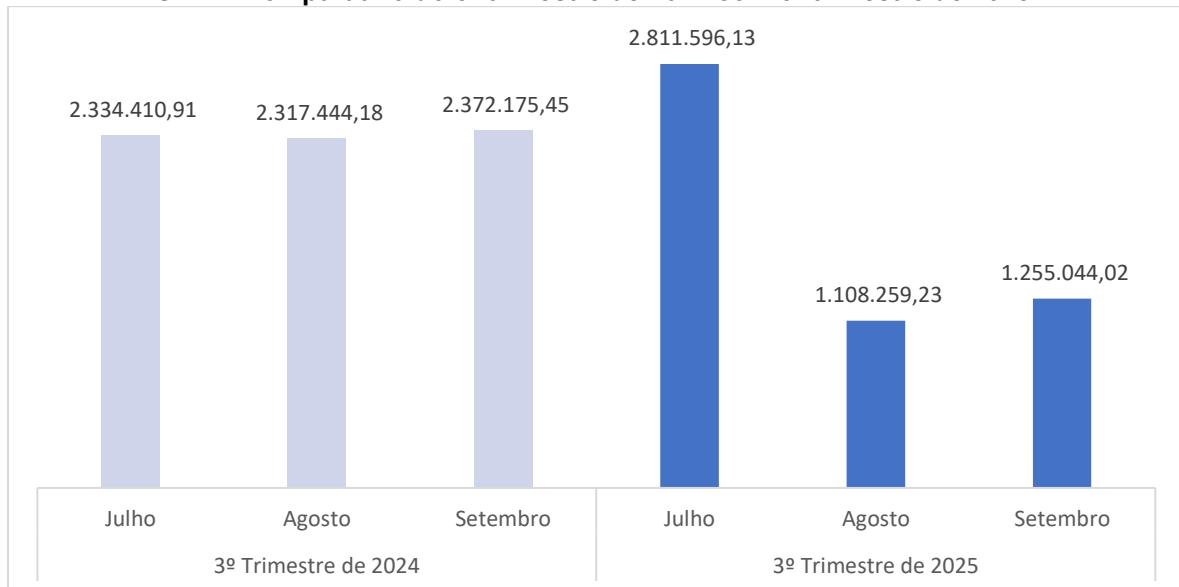
As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Despesas com Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 3º trimestre de 2025.

Tabela 84 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 3º trimestre de 2025.

Despesa Pessoal	3º Trimestre de 2025			Total	Acumulado
	Julho	Agosto	Setembro		
319004 Contratação por tempo determinado	1.316.579,51	74.431,11	83.552,60	1.474.563,22	1.474.563,22
319007 Contribui a entidades fechadas de previdência	11.746,50	-	5.956,57	17.703,07	17.703,07
319011 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.043.687,41	976.538,72	993.026,74	3.013.252,87	3.013.252,87
319012 Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	13.220,62	13.220,62	13.220,62	39.661,86	39.661,86
319013 Obrigações patronais	179.344,63	42.506,84	41.319,77	263.171,24	263.171,24
319016 Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.878,70	1.561,94	1.561,94	6.002,58	6.002,58
319091 Sentenças judiciais	-	-	-	-	-
319092 Despesas de exercícios anteriores	5.629,27	-	-	5.629,27	5.629,27
319094 Indenizações e restituições trabalhistas	-	-	-	-	-
319113 Obrigações patronais - op.intra - orçamentárias	238.509,49	-	116.405,78	354.915,27	354.915,27
Total	2.811.596,13	1.108.259,23	1.255.044,02	5.174.899,38	5.174.899,38
Variações (%)		-60,58%	13,24%		-26,33%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 25 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC – Comparativo do 3º trimestre de 2024 com 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

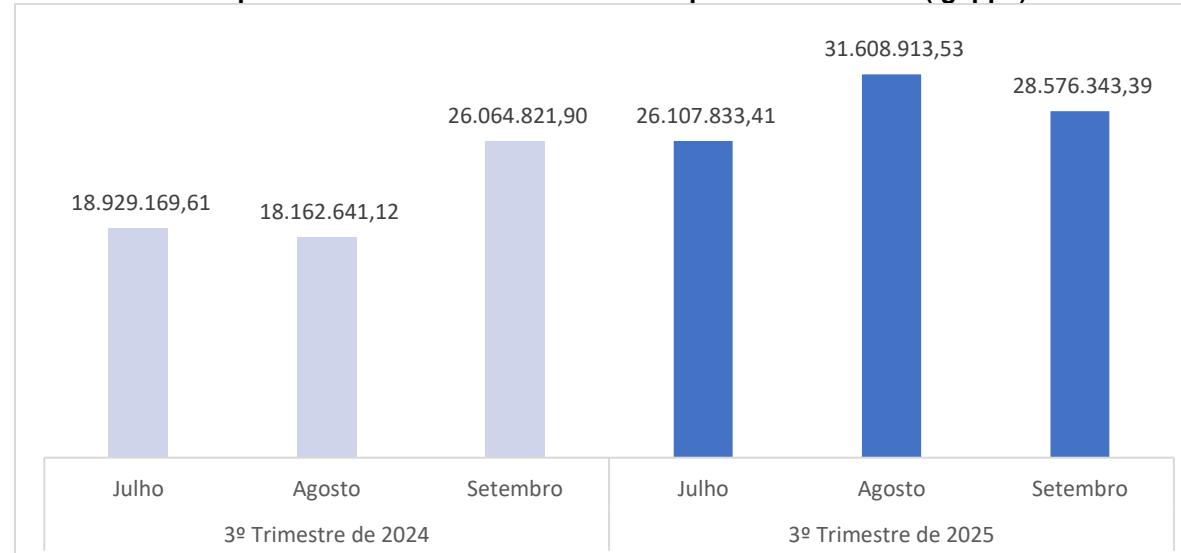
As Tabelas abaixo discriminadas, apresentam o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Outras Despesas Correntes (ODC); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 3º trimestre-2025, como segue

Tabela 85 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 3º trimestre de 2025.

Outras Despesas Correntes		3º Trimestre de 2025				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	1.648,00	130,00	130,00	1.908,00	1.908,00
339014	Diárias - civil	81.126,42	130.017,63	94.331,84	305.475,89	305.475,89
339015	Diárias - militar	59.980,74	62.311,44	60.374,00	182.666,18	182.666,18
339030	Material de consumo	62.822,46	64.366,17	71.259,30	198.447,93	198.447,93
339031	Prem. cultural artist. Cientif. Desport. outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	Passagens e despesas com locomoção	891.385,71	486.145,51	773.641,61	2.151.172,83	2.151.172,83
339035	Serviços de consultoria	3.768.467,80	-1.077.759,80	1.222.936,00	3.913.644,00	3.913.644,00
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	34.005,79	27.270,34	29.228,04	90.504,17	90.504,17
339037	Locação de mão-de-obra	5.294.511,95	3.629.937,09	3.831.023,33	12.755.472,37	12.755.472,37
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.372.530,15	6.872.885,34	4.216.915,57	13.462.331,06	13.462.331,06
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	13.291.442,46	21.181.160,49	16.971.727,24	51.444.330,19	51.444.330,19
339046	Auxílio - alimentação	211.913,05	208.066,26	209.938,63	629.917,94	629.917,94
339047	Obrigações tributarias e contributivas	0,00	0,00	20,32	20,32	20,32
339049	Auxílio-transporte	7.220,89	8.897,30	8.532,14	24.650,33	24.650,33
339092	Despesas de exercícios anteriores				0,00	0,00
339093	Indenizações e restituições	4.013,33	0,00	0,00	4.013,33	4.013,33
339139	Outros serv. terc. PJ - op. intra orçamentaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-pessoa jurídica	0,00	0,00	168.315,00	168.315,00	168.315,00
339147	Obrigações tributarias e contributivas	0,00	3.490,00	905.982,93	909.472,93	909.472,93
339192	Despesas de exercícios anteriores	26.764,66	11.995,76	11.987,44	50.747,86	50.747,86
Total		26.107.833,41	31.608.913,53	28.576.343,39	86.293.090,33	86.293.090,33
Variação (%)		92048,2%	21,1%	-9,6%		36,63%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 26 — Total de Despesas Realizadas: Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Já a Tabela abaixo discriminada, apresenta o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminando os Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 3º trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 86 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas na UG 840201 (Igepps) – 3º Trimestre de 2025

Despesa	Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Total
449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00	0,00	0,00
	Variações (%)	-100,00%	100,00%	-100,00%	

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um decréscimo de 100% em valores, em virtude de não ter havido nenhuma despesa de investimento no referido período.

7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família

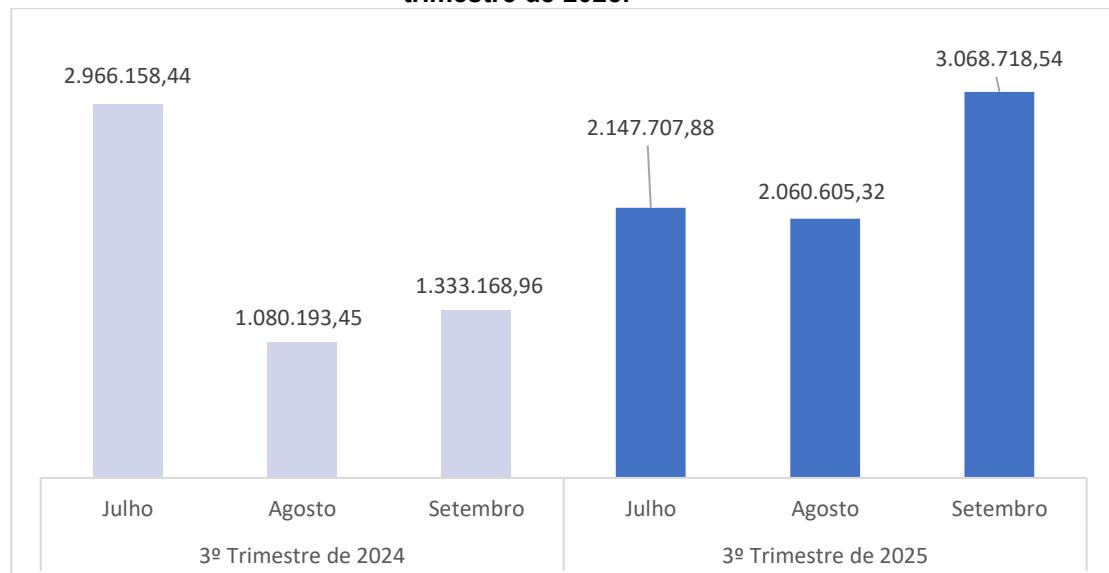
Em 2025, foram registradas variações entre as competências do período em análise, no caso das Despesas com RPV's (requisição de pequeno valor), auxílio funeral e salário família deste Igepps (UG 840250 – encargo), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 87 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos Igepps - 3º trimestre de 2025.

Projeto Atividade	Subelemento da Despesa	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total
9010	31909109	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pensionistas civis	522.068,86	1.343.831,34	1.284.007,09	3.149.907,29
9010	31909110	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pens. militar	286.139,09	199.441,45	1.220.807,88	1.706.388,42
9010	31909291	Sentenças Judiciais (DEA)	1.339.499,93	517.332,53	563.903,57	2.420.736,03
8338	33900854	Auxílio Funeral	18.909,82	357.564,38	61.426,31	437.900,51
8338	33909208	Outros Benefícios Assistenciais - DEA	336.226,52	196.204,45	4.546,01	536.976,98
9026	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas – diversas áreas	5.215,28	5.215,28	5.215,28	15.645,84
9027	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
9040	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12
TOTAL			2.508.604,38	2.620.134,31	3.140.451,02	8.269.189,71

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 27 — Despesas Realizadas com RPV's – comparativo do 3º trimestre de 2024 com o 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Os valores realizados referem-se à Unidade Gestora 840250 – Encargo Igepps, abrangendo, inclusive, a variação percentual entre os montantes das despesas efetivamente executadas no 3º trimestre de 2025.

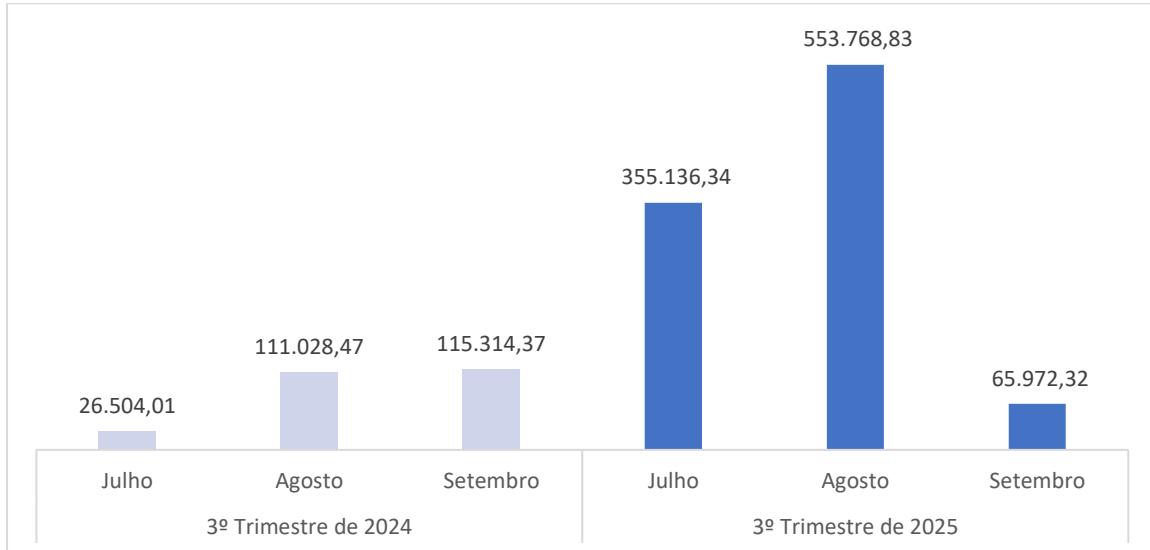
No exercício de 2025, observou-se variação percentual entre as diferentes competências do período, com destaque para as Despesas com Auxílio Funeral, que registraram um acréscimo de 35,27% no 3º trimestre. Esse aumento reflete a consolidação dos dados fechados no período, bem como as demandas setoriais apresentadas.

Tabela 88 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Auxílio Funeral – 3º trimestre de 2025.

8338 - Projeto Atividade - Operações das Ações Administrativas						
Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total - 3º trimestre 2025	Acumulado
33900854	Auxílio Funeral	18.909,82	357.564,38	61.426,31	437.900,51	690.747,36
33909208	Outros Benef. Assistenciais	336.226,52	196.204,45	4.546,01	536.976,98	536.976,98
		355.136,34	553.768,83	65.972,32	974.877,49	1.227.724,34
		208%	56%	-88%	286%	

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 28 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As oscilações relativas aos valores executados a título de auxílio funeral acompanham, principalmente, as variações no quantitativo de óbitos de segurado do Igepps/PA.

A partir de 05/2021, houve decréscimo no pagamento de auxílio funeral em função da excessiva quantidade de processos recebidos na Cofin com carência de dados bancários dos beneficiários. Por conseguinte, a Cofin sugeriu, via e-mail, o aperfeiçoamento ao Regulamento do Igepps/PA. Ademais, sugeriu à Caten alguns a adoção de alguns procedimentos destinados aprimorar a instrução processual, evitando demora na adequação da instrução já na fase final de pagamento.

Vale registrar que a origem dos recursos para o pagamento de auxílio funerais é oriunda do tesouro estadual - via SEFA; haja vista não se tratar de benefício de Caráter Previdenciário.

Relativamente ao aumento do volume de execuções de Auxílio Funeral como Despesas de Exercício Anterior (DEA) decorre de dois fatores principais, conforme abaixo descrito:

1. Normas estaduais

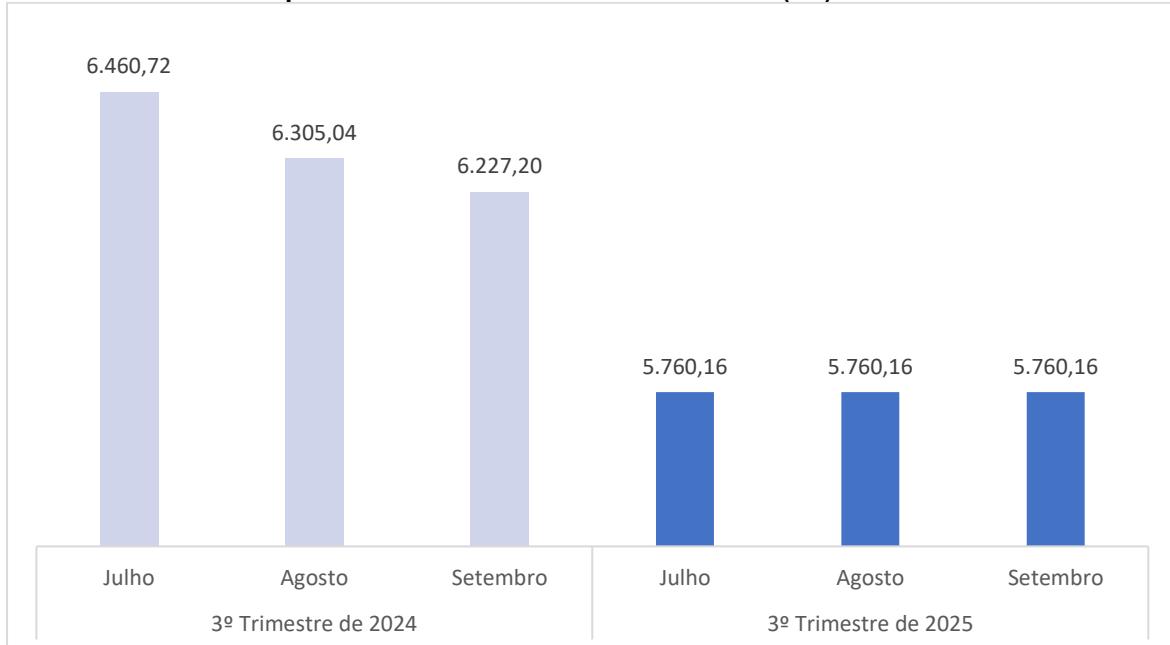
O Decreto Estadual nº 4.025, de 1º de julho de 2024, em seu art. 4º, inciso XI, estabeleceu a suspensão dos processos envolvendo o pagamento de DEA. Por conseguinte, houve acúmulo de serviço e prolongamento na conclusão de pagamentos. Ademais, de acordo com o cronograma de ações e prazos estabelecido pela Portaria Conjunta SEFA/SEPLAD/CGE nº 001, de 24 de outubro de 2024, o encerramento anual da execução financeira ocorreu mais cedo em comparação a exercícios anteriores, de modo que a execução de diversas despesas de ano corrente não pôde ser concluída em tempo hábil, tornando-se DEA.

2. Mudança de entendimento acerca do marco para definição de DEA

Esta Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN) realizava a execução do pagamento dos benefícios de auxílio funeral consoante norteamento conferido pela Manifestação nº 025/2023-PROJUR/IGEPREV e Parecer nº 527/2023-PGE/PA, quanto ao marco de reconhecimento da obrigação de pagamento pela autoridade competente para empenhar a despesa, ou seja, pela Diretoria de Administração e Finanças (DAFIN). Contudo, considerando a orientação emanada do Núcleo de Controle Interno (NCI) no Parecer nº 001/2025-NCI/IGEPPS quanto à classificação de despesas de auxílio funeral como DEA quando o pagamento não ocorrer no mesmo exercício financeiro da ratificação da Diretoria de Previdência (DIPRE), diversos pagamentos que seriam executadas como despesas de ano corrente passaram a ser considerados Despesas de Exercício Anterior (DEA), elevando de forma significativa o volume de pagamentos dessa natureza.

Na oportunidade, vale ressaltar que o gráfico a seguir apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, o qual demonstra que houve um decréscimo de 9,02% em valores.

Gráfico 29 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.7 Folhas de Pagamentos

7.2.2.1 Folhas de Pagamento – Igepps

No que tange à execução de valores referentes às folhas de pagamento do Igepps; bem como o percentual de variação entre o percentual de variação e o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses que compreendem o 3º trimestre

de 2025, está descrito abaixo.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, onde demonstra que houve um acréscimo de 4,06% em valores.

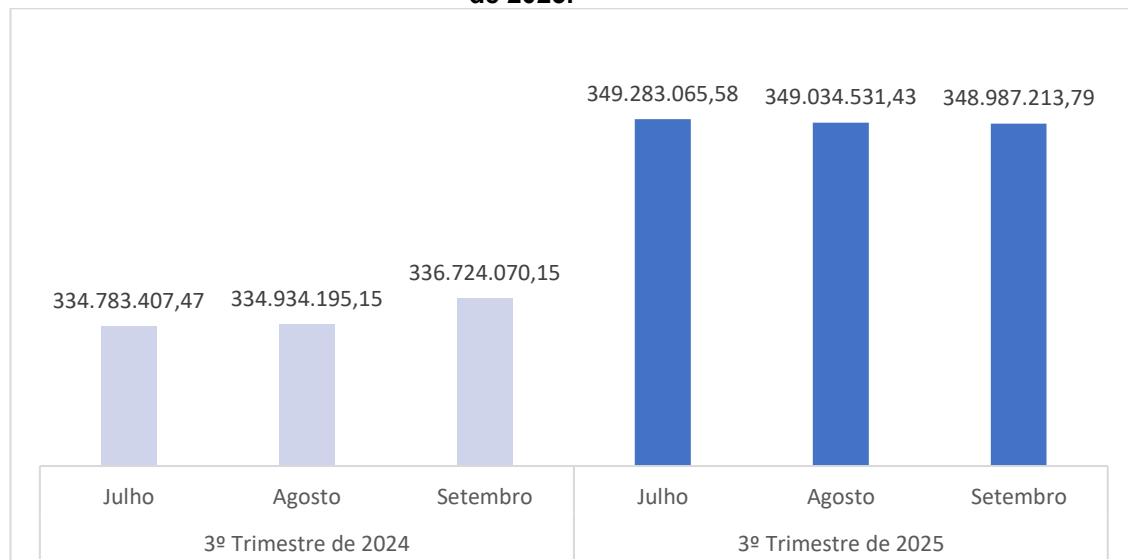
**Tabela 89 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)
– 3º trimestre de 2025.**

UG	Descrição	3º Trimestre de 2025				Acumulado
		Julho	Agosto	Setembro	Total	
840240	INATIVO-MILITAR	86.159.029,93	86.536.893,37	86.749.743,00	259.445.666,30	506.413.387,08
840220	INATIVO-DEFENSORIA	3.052.287,35	2.957.646,27	2.975.590,98	8.985.524,60	17.429.639,01
840202	INAT. CIV. EDUC.	129.056.230,45	128.555.570,32	128.281.601,62	385.893.402,39	762.799.442,72
840202	INAT. CIV. SAÚDE	5.351.267,84	5.335.592,82	5.314.463,67	16.001.324,33	30.165.926,28
840202	INAT. CIV. OUTROS	62.040.982,28	62.015.848,29	62.013.964,67	186.070.795,24	358.409.247,20
840234	PENS. TJ-PA. FUNPREV	7.438,58	7.438,58	36.809,63	51.686,79	73.004,55
840220	PENS. DEFENSORIA	562.591,62	541.452,45	543.765,36	1.647.809,43	3.166.597,50
840203	PENSION. CIVIL. FUNPREV	81.560,92	88.340,34	87.857,79	257.759,05	486.638,28
840221	PENSION. ALEPA	1.194.363,31	1.183.230,91	1.121.071,97	3.498.666,19	6.465.477,28
840224	PENS. TJ-PA. FINANPREV	3.196.438,49	3.161.674,51	3.138.614,91	9.496.727,91	18.966.264,09
840202	PENS. CIVIL. FINANPREV	37.396.987,25	37.210.686,56	37.157.159,27	111.764.833,08	222.484.855,18
840240	PENS. MILITAR	19.276.077,34	19.587.995,93	19.633.245,71	58.497.318,98	113.955.543,45
840240	PENS. ESP. MILITAR	1.907.810,22	1.847.880,57	1.929.044,70	5.684.735,49	12.921.899,93
840203	INAT. CIV. OUTROS - FUNPREV	0,00	4.280,51	4.280,51	8.561,02	1.006.450.233,79
Total		349.283.065,58	349.034.531,43	348.987.213,79	1.047.304.810,80	2.053.737.922,55
Variações (%)		0,91%	-0,07%	-0,01%	4,06%	

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências no 3º trimestre de 2024 comparado com o 3º Trimestre de 2025, como demonstrado acima para Despesas com as Folhas deste Igepps e entre o montante realizado. Assim, tivemos um acréscimo de 4,06%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 30 — Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 90 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 3º trimestre de 2025.

(continua)

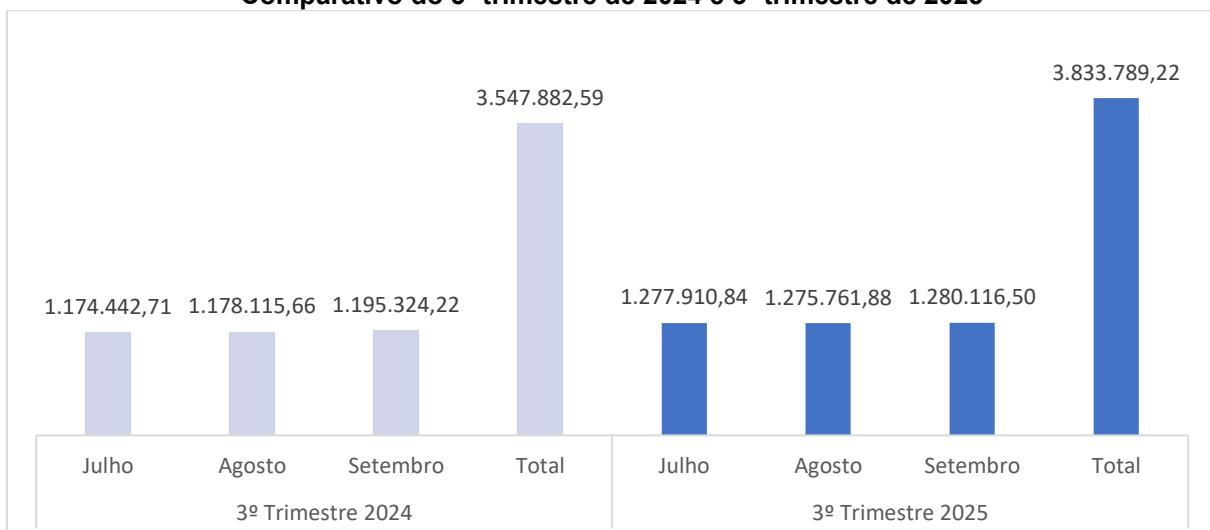
Consignatária	3º Trimestre			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
SINTEP	130.492,54	130.216,30	130.197,27	390.906,11
ASFEPÁ	173.646,12	173.404,22	173.250,16	520.300,50
ADPEP	18.544,39	18.287,58	18.245,09	55.077,06
SINDSAUDE	7.663,20	7.700,76	7.697,17	23.061,13
SINDPOL	260.527,65	259.971,93	261.150,75	781.650,33
SEPUB	12.347,41	12.265,93	12.238,02	36.851,36
SINDTRAN	1.348,80	1.348,80	1.296,80	3.994,40
FASUEPA	28.700,63	29.002,50	29.002,50	86.705,63

(conclusão)				
SINDELP/PA	26.243,04	26.243,04	26.243,04	78.729,12
ADEPOL	305.551,71	304.486,41	306.930,41	916.968,53
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SICOOB	0,00	0,00	1.841,30	1.841,30
SINDIFISCO	120.222,05	119.612,92	119.561,58	359.396,55
ASPA	12.893,94	15.004,30	15.156,39	43.054,63
UNIBRAS	6.631,23	6.582,23	6.502,85	19.716,31
CAPEMI	30.753,32	30.604,72	30.461,36	91.819,40
ASPBRAS	1.158,85	1.081,92	1.081,92	3.322,69
UPASP	82.688,21	81.556,31	81.112,37	245.356,89
PROASP	3.666,18	3.666,18	3.648,54	10.980,90
BANCLUB	15.743,67	15.829,40	15.742,17	47.315,24
ASCM/PA	56,84	56,84	56,84	170,52
ALIANÇA/FAP	4.580,91	4.580,91	4.540,34	13.702,16
INDESPCMEPA	9.525,60	9.408,00	9.408,00	28.341,60
ADECIMPA	294,00	294,00	294,00	882,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24
SINDSFEPAP	1.350,52	1.361,01	1.361,01	4.072,54
FEMPA	16.658,32	16.559,25	16.460,21	49.677,78
ASSOC. SERV. PUB..ADM DIR.	2.131,54	2.131,55	2.131,55	6.394,64
ASEMIPPA	801,64	816,34	816,34	2.434,32
ASSUBSAR	495,27	495,27	495,27	1.485,81
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24
APPOMIBOMNP	92,71	92,70	92,70	278,11
FUNSAU	354,33	354,33	354,33	1.062,99
ASDAP	712,66	712,66	712,66	2.137,98
Total	1.277.910,84	1.275.761,88	1.280.116,50	3.833.789,22
Variações (%)	7%	-0,2%	0,3%	8,06%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre o montante realizado no 3º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 8,06%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 31 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.3 Consignações – em Folhas de Pagamento - Inativos / SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 3º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo:

Tabela 91 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	3º Trimestre			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
APPOMIBOMNP	46.909,01	46.816,32	47.465,17	141.190,50
FUNSAU	425.931,00	424.684,80	424.706,24	1.275.322,04
ASPOMIRE	32.507,66	32.408,60	32.408,60	97.324,86
FASPM	384.764,77	380.309,13	378.382,10	1.143.456,00
ASSUBSAR	79.335,02	78.839,69	78.674,58	236.849,29
ACSPMBMPA	181.411,88	180.556,16	179.890,60	541.858,64
COPM	26.636,40	26.636,40	26.460,00	79.732,80
SICOOB	0,00	0,00	0,00	0,00
ASPA	458.103,95	459.872,70	464.599,62	1.382.576,27
UNIBRAS	5.029,79	5.029,79	5.029,79	15.089,37
CAPEMI	2.110,45	2.110,45	2.110,45	6.331,35
ASPBRAS	10.789,04	10.758,24	10.720,65	32.267,93
UPASP	290,57	290,57	290,57	871,71
PROASP	14.593,93	14.593,93	14.300,91	43.488,77
BANCLUB	877,10	877,10	877,10	2.631,30

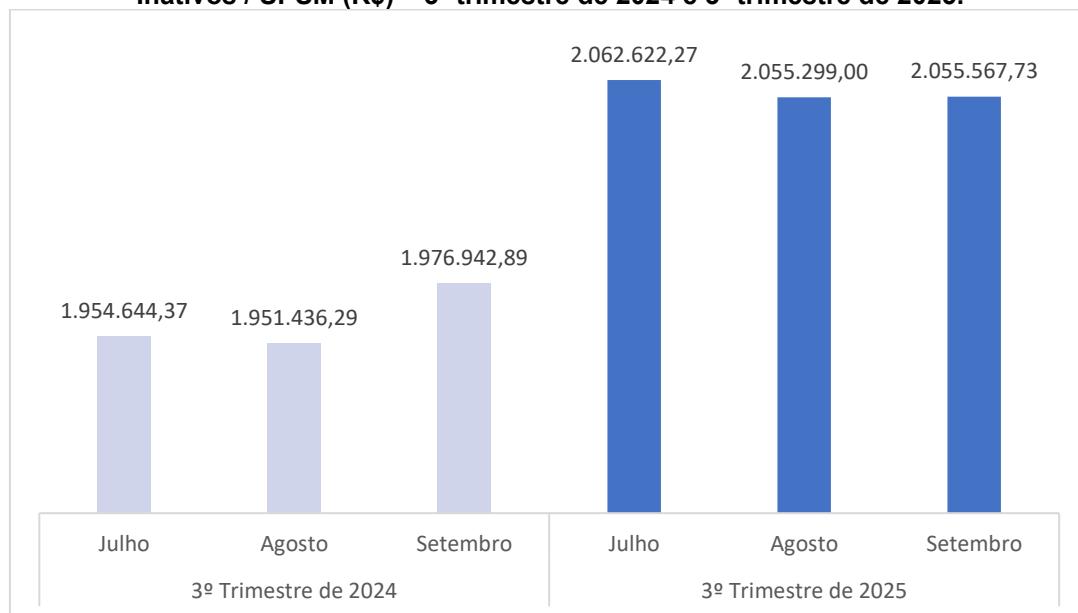
(conclusão)

SCM/PA	1.840,29	1.796,19	1.796,19	5.432,67
ALIANÇA/FAP	3.462,34	3.462,34	3.462,34	10.387,02
INDESPCMEPA	810,56	810,56	776,75	2.397,87
ADECIMPA	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMSPEP	229.993,46	229.297,66	228.366,66	687.657,78
ASMEOP	10.287,06	10.051,86	9.586,36	29.925,28
ASMIL	388,08	388,08	388,08	1.164,24
IDC	9.888,28	9.888,28	9.888,28	29.664,84
FEMPA	0,00	0,00	0,00	0,00
ASEMIPPA	119,01	119,01	119,01	357,03
FEMPA	130.261,80	129.469,32	129.073,10	388.804,22
ASEMIPPA	6.280,82	6.231,82	6.194,58	18.707,22
Total	2.062.622,27	2.055.299,00	2.055.567,73	6.173.489,00
Variações (%)	0,66%	-0,17%	0,34%	2,21%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

A Consignatária ASMIL tinha Valores Retidos por Decisões Adm./Judiciais. Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre os montantes realizados no 3º trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 2,21%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 32 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.4 Consignações / Convênios em Folhas de Pagamento em Geral - BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas vinculadas ao BANPARA e ao Plano de Saúde IASEP - Governo do Estado do Pará em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2025, descrito abaixo.

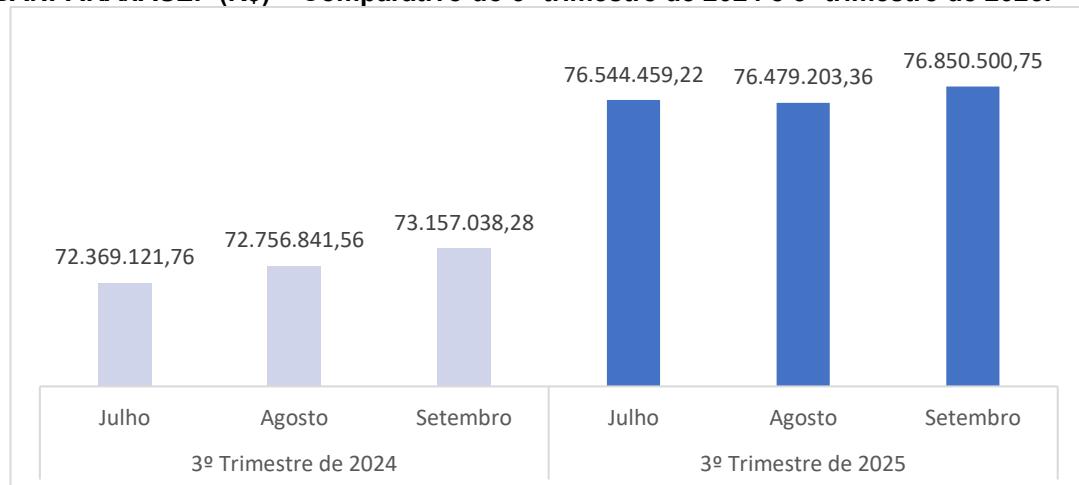
Tabela 92 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 3º trimestre de 2025.

Consignatárias	3º Trimestre			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
BANPARA	52.978.254,52	53.041.279,04	53.389.176,01	159.408.709,57
IASEP/PAS	23.566.204,70	23.437.924,32	23.461.324,74	70.465.453,76
Total	76.544.459,22	76.479.203,36	76.850.500,75	229.874.163,33
Variações (%)		-0,1%	0,5%	5,31%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações/Convênios deste Igepps e entre os montantes realizados no 3º Trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 5,31%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 33 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.5 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatorias em Folhas de Pagamentos no Igepps, bem como, o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos dos meses do 3º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo.

Tabela 93 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	INATIVO-MILITAR	41.815.513,74	59.457.351,62	11.542.198,30
840220	INATIVO-DEFENSORIA	1.480.299,93	1.869.749,24	134.125,04
840202	INAT. CIV.EDUC.	26.542.797,58	75.315.931,31	684.500,58
840202	INAT. CIV.SAÚDE	136.736,03	960.907,73	22.257,45
840202	INAT. CIV. OUTROS	16.875.086,07	28.647.702,34	2.050.988,29
840234	PENS. TJ-PA. FUNPREV	0,00	7.202,34	0,00
840220	PENS. DEFENSORIA	252.868,41	411.726,17	0,00
840203	PENSION. CIVIL. FUNPREV	0,00	2.902,18	0,00
840221	PENSION. ALEPA	259.654,66	613.410,84	0,00
840224	PENS. TJ-PA. FINANPREV	869.589,24	1.775.694,93	25.645,11
840202	PENS. CIVIL. FINANPREV	6.697.577,49	15.405.415,21	107.276,22
840240	PENS. MILITAR	8.585.254,46	9.975.088,41	19.462,20
840240	PENS. ESP. MILITAR	1.607,22	740.541,62	0,00
840203	INAT. CIVIL OUTROS - FUNPREV	0,00	389,68	0,00
Total		103.516.984,83	195.184.013,62	14.586.453,19

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As Pensões Alimentícias têm os Valores Retidos por Decisões Administrativas/Judiciais, mensalmente. Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Retenções em Folhas de Pagamentos deste Igepps e entre o montante realizado no 3º Trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 2,43%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 3º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 94 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 3º trimestre de 2025.
Auxílio Morte/Accidente - UG - 840240

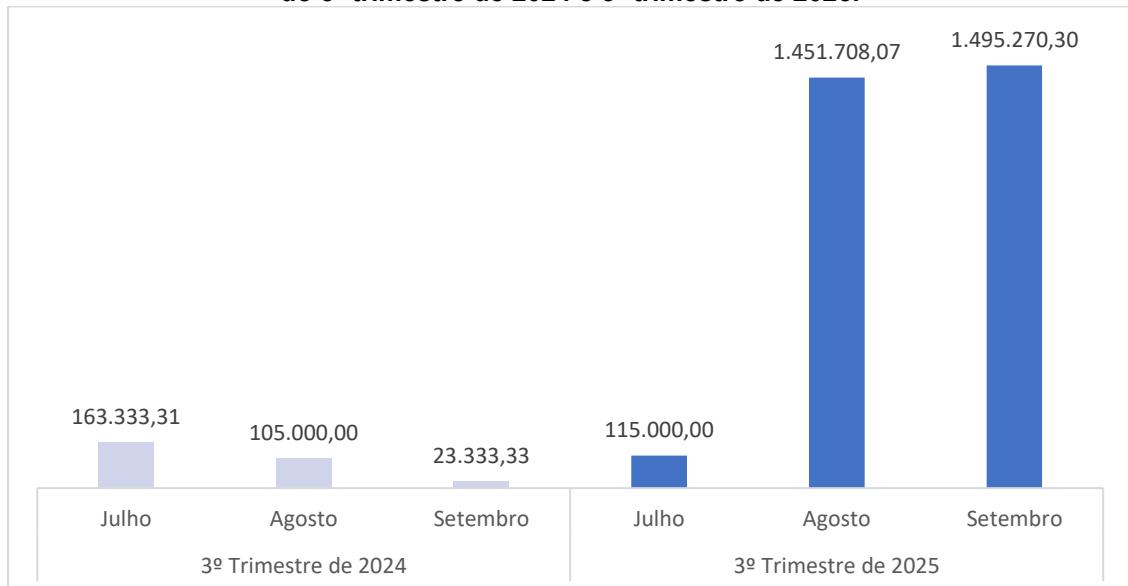
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM			
Código	Nome	Julho	Agosto	Setembro	Total
33909301	Indenizações	115.000,00	70.000,00	380.000,00	565.000,00
33909302	Restituições	0,00	1.381.708,07	1.115.270,30	2.496.978,37
Total		115.000,00	1.451.708,07	1.495.270,30	3.061.978,37
Variações (%)		100,00%	1162%	3,00%	263,80%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, conforme demonstrado acima, bem como entre os montantes executados no referido

trimestre. Ao comparar o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, observamos um acréscimo de 949,82% em valores, conforme demonstrado abaixo

Gráfico 34 — Total de Despesas Realizadas com Auxílio Morte/Auxílio Acidente – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O Igepps, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar, controlar, fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos que são vinculados ao instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021 foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no 3º trimestre de 2025 em relação aos contratos realizados pelo Igepps.

Tabela 95 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 3º trimestre de 2025.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Julho	1	2	111
Agosto	1	5	107
Setembro	5	5	106
Total	7	12	106

Fonte: Coas/Igepps

Na tabela a seguir tem-se os contratos realizados por modalidade no período julho à setembro de 2025.

Tabela 96 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 3º trimestre de 2025.

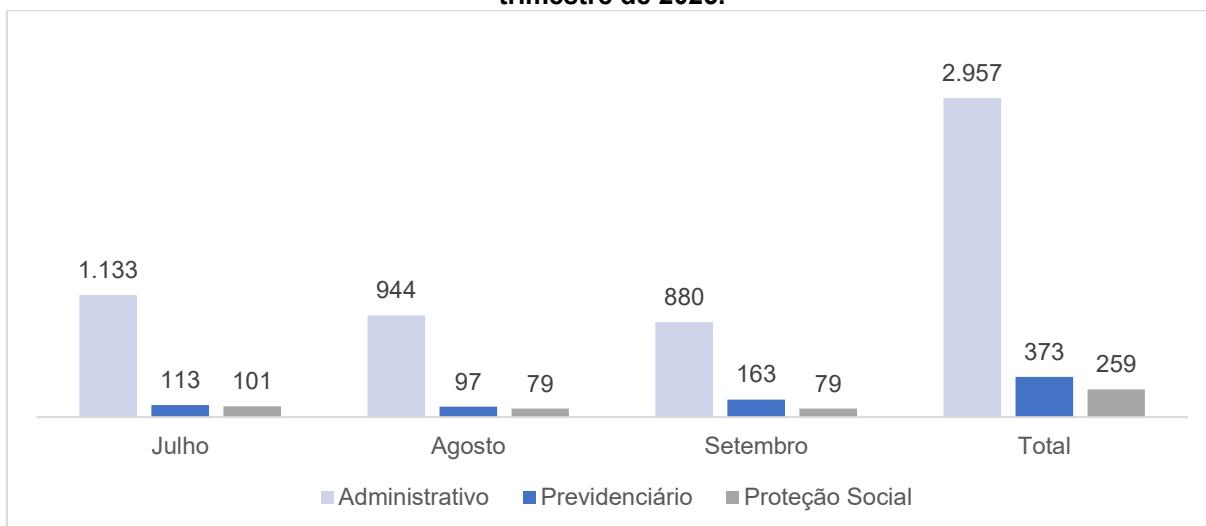
Modalidade	Julho	Agosto	Setembro	Total
Dispensa de Licitação			1	1
Inexigibilidade			2	2
Apostilamento		1	1	2
Ata de Registro de Preços				
Termos Aditivos	2	8	5	15
Cooperação Técnica				
Rescisão	2	5	5	12
Repactuação				
Pregão Eletrônico		3		3
Cotação Eletrônica		1		1
Termo de Convênio				

Fonte: Coas/Igepps

7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em três áreas de atuação: previdenciária, proteção social e administrativa. A área previdenciária é responsável pela análise dos processos de concessão de aposentadorias e pensões dos segurados civis - atividade finalística do IGEPPS. Já a área de proteção social realiza a análise das concessões de pensão por morte, reserva e reforma dos segurados militares. Por fim, à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folha de pagamento, diária, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte, acidente e funeral.

No 3º trimestre de 2025, em comparação ao trimestre do ano anterior, observou-se um aumento de 21% no total de processos encaminhados ao Núcleo de Controle Interno (NCI). Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela ampliação do número de análises de conformidade das demandas administrativas do IGEPPS. A seguir, apresenta-se o gráfico que ilustra a distribuição dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social no período de julho a setembro de 2025, evidenciando a composição e a dinâmica das atividades desenvolvidas pelo NCI no período.

Gráfico 35 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 3º trimestre de 2025.

Fonte: Coas/Igepps

O gráfico acima apresenta a distribuição dos processos analisados pelo NCI em quatro categorias: total, administrativo, previdenciário e proteção social, referentes ao período de julho a setembro de 2025. Em julho, foram analisados 1.347 processos, dos quais 84% correspondiam a processos administrativos, 8% a previdenciários e 8% a de proteção social. Em agosto, o total de processos analisados reduziu para 1.120, mantendo proporção semelhante: 84% administrativos, 9% previdenciários e 7% de proteção social. Por fim, em setembro, registrou-se um total de 1.122 processos, com 78% classificados como administrativos, 15% como previdenciários e 7% como de proteção social, evidenciando um leve aumento na participação das análises previdenciárias no período.

A análise dos dados referentes ao período de julho a setembro de 2025 evidencia estabilidade no volume de processos encaminhados ao NCI. Observa-se uma variação de aproximadamente 100 processos entre julho e agosto, e de apenas 2 processos entre agosto e setembro, indicando constância na demanda mensal. No 3º trimestre de 2025, foram enviados 3.589 processos, dos quais 82% (n = 2.957) eram de natureza administrativa, 10% (n= 373) eram previdenciários e 7% (n = 259) eram da proteção social

Tabela 97 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 3º trimestre de 2025.

	Total		Administrativo		Previdenciário		Proteção Social	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Julho	1.347	37%	1.133	47%	113	-13%	101	-17%
Agosto	1.120	-17%	944	-17%	97	-14%	79	-22%
Setembro	1.122	0%	880	-7%	163	68%	79	0%
Total	3.589	21%	2.957	40%	373	-35%	259	-12%

Fonte: NCI/Igepps

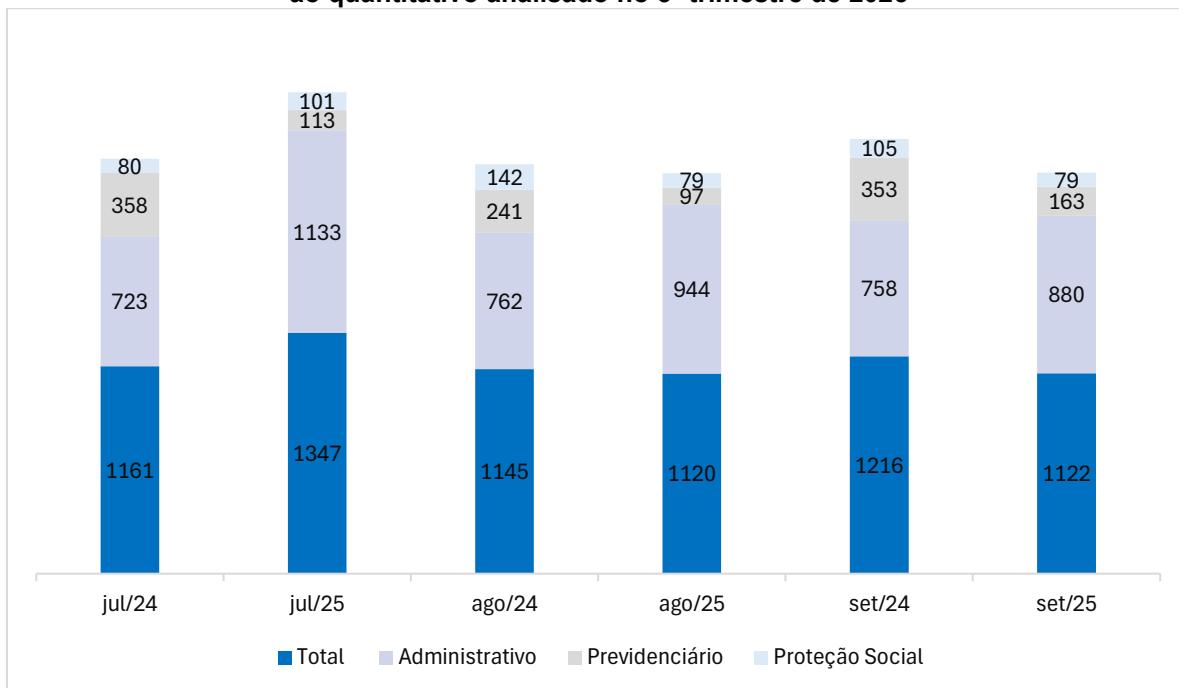
Em julho de 2025, o NCI analisou 1.347 processos, o que representa um crescimento de 37% em relação ao mês anterior. Esse aumento foi impulsionado, principalmente, pelas análises administrativas, que totalizaram 1.133 processos, registrando uma alta de 47%. Em sentido oposto, verificou-se redução de 13% nas análises previdenciárias e de 17% nas de proteção social.

Em agosto de 2025, registrou-se uma redução de 17% no total de análises realizadas pelo NCI, totalizando 1.120 processos. A queda foi observada em todas as áreas de atuação: administrativa (-17%), previdenciária (-14%) e proteção social (-22%). Essa diminuição reflete a redução no volume de processos encaminhados ao NCI para análise no período, evidenciando a correlação direta entre a demanda recebida e o quantitativo de análises efetivamente realizadas.

Em setembro de 2025, o NCI manteve praticamente o volume de análises do mês anterior, com 1.122 processos. Apesar da estabilidade geral, as áreas de atuação apresentaram dinâmicas distintas: a área administrativa registrou nova redução de 7%, enquanto a área previdenciária apresentou expressivo crescimento de 68% nas análises realizadas. Já a área de proteção social manteve-se estável (0%), sinalizando equilíbrio na demanda processada nesse segmento.

No consolidado do terceiro trimestre de 2025, o NCI analisou 3.589 processos, o que representa um crescimento total de 21% em relação ao trimestre anterior. A área administrativa manteve sua posição de destaque, com elevação de 40% no número de análises realizadas. Em contrapartida, as áreas previdenciária e de proteção social apresentaram reduções de 35% e 12%, respectivamente.

O gráfico abaixo apresenta um comparativo dos processos analisados pelo NCI no 3º trimestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior e mostra variações significativas entre as áreas atendidas pelo NCI, sendo visível a expansão das análises administrativas e redução expressiva nas áreas previdenciária e de proteção social. Tal decréscimo decorre, predominantemente, da redução no quantitativo de processos de natureza previdenciária submetidos à apreciação do NCI no período considerado.

Gráfico 36 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 3º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 3º trimestre de 2025

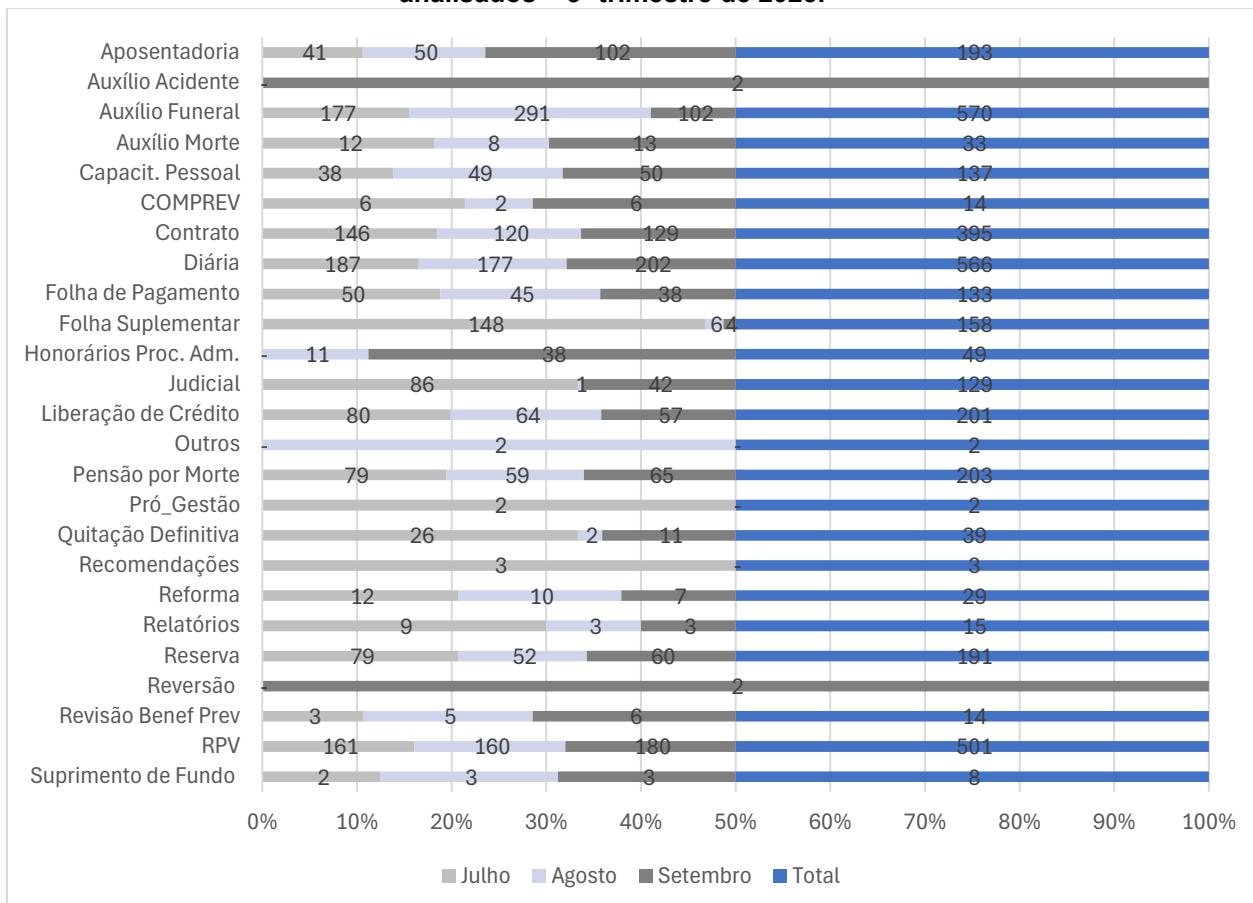
Fonte: NCI/Igepps

Em julho de 2025, o total de processos analisados aumentou 16% em comparação a julho de 2024. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela área administrativa e pela proteção social, que apresentou alta expressiva de 57% e 26%, respectivamente, refletindo maior volume de trabalho nesse segmento. Por outro lado, a área previdenciária teve redução de 68%.

Comparando o mês de agosto de 2025 com o mesmo mês de agosto de 2024, observou uma leve queda de 2% no total de análises. Ainda assim, a área administrativa manteve tendência positiva, com aumento de 24%, enquanto as áreas previdenciária e de proteção social registraram quedas acentuadas de 60% e 44%, respectivamente.

Em setembro de 2025, houve nova redução de 8% no total de análises em comparação a setembro do ano anterior. Apesar da queda geral, a área administrativa seguiu apresentando crescimento (+16%), enquanto as áreas previdenciária e de proteção social recuaram 54% e 25%, respectivamente, o que mostra a queda significativa de processos de benefícios previdenciários e de proteção social encaminhados ao NCI para análise.

No gráfico 25, observa-se que ao longo do 3º trimestre de 2025, os três principais procedimentos enviados a este NCI foram: auxílio funeral (n = 570), diárias (n = 566) e RPV (n = 501). Esses três procedimentos corresponderam a 46% do total de trâmites enviados ao NCI. Destaca-se o crescimento expressivos de processos de auxílio funeral (73%), RPV (61%), diárias (35%), e pensão por morte (33%), comparados ao trimestre anterior.

Gráfico 37 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 3º trimestre de 2025.

Fonte: NCI/Igepps

No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

Os processos de pensão por morte dos civis passaram a vim para este NCI a partir da Ordem de Serviço Nº 001/2024¹ (PAE nº 2024/664654), que estabeleceu que a partir de junho de 2024 todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários ou similares deviam ser enviados ao NCI para análise de conformidade.

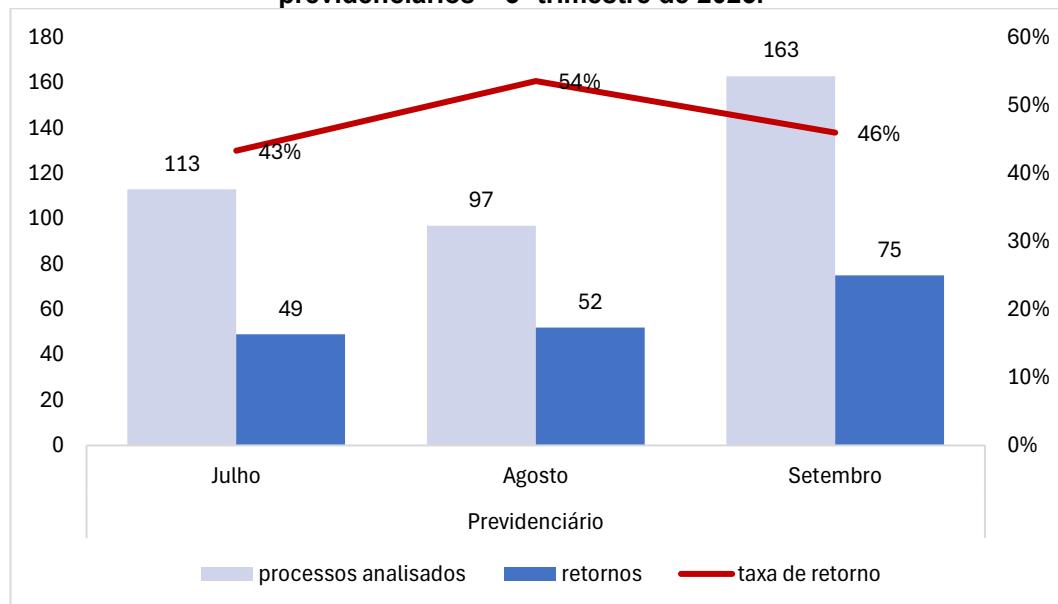
Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o

¹ A Ordem de Serviço nº 01/2024 - Memorando Circular nº 14/2024 (PAE nº 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidas como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*).

No 3º trimestre de 2025, foram examinados um total de 373 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários no período de julho a setembro de 2025.

Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 3º trimestre de 2025.



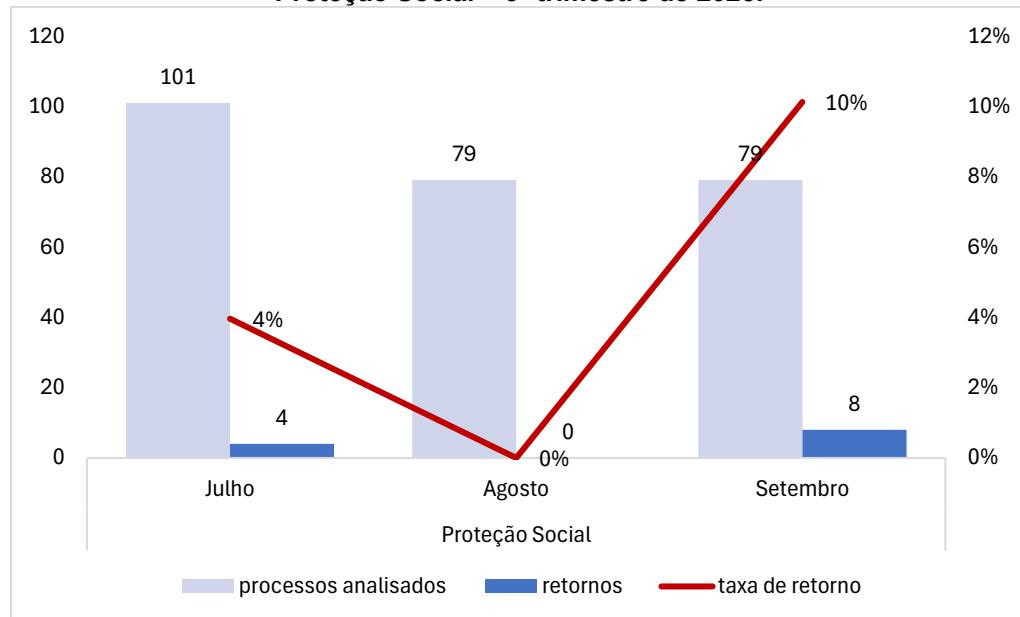
Fonte: NCI/Igepps.

Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH) é de 48%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

No 3º trimestre de 2025, foram examinados um total de 259 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de proteção

social no período de julho a setembro de 2025.

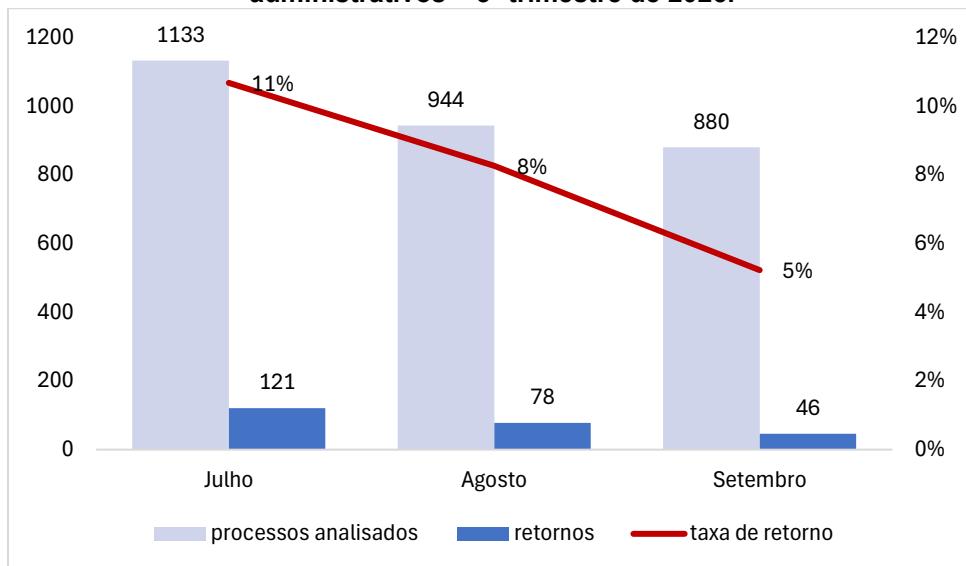
Gráfico 39 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 3º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

Quanto à proteção social, a variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com uma queda julho a agosto, seguida de um aumento de 10% de agosto a setembro.

A atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre benefícios concedidos a civis e a militares, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle. Esse comprometimento visa garantir uma gestão mais confiável e dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e transparente, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 40 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 3º trimestre de 2025.

Fonte: NCI/Igepps

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

Por fim, o 3º trimestre de 2025 marcou uma fase de consolidação das atividades do NCI que mantém o nível de eficiência operacional, frente ao aumento no volume de análises dos processos encaminhados ao setor. As demandas administrativas continuaram predominando, reforçando o papel central dessa área na estrutura de controle interno. Já a redução no número de processos previdenciários e de proteção social deve-se à menor quantidade de processos encaminhados ao NCI nesse período, o que refletiu diretamente no volume de análises realizadas. Ao final do trimestre, observou um cenário de estabilidade, com equilíbrio entre crescimento e regularidade dos fluxos de trabalho.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação – ASCOM é o setor responsável por promover, coordenar e controlar a comunicação interna e externa do Instituto, bem como, por propor e apoiar projetos que aperfeiçoem a gestão do relacionamento com servidores e segurados. Dentre suas funções está a interrelação com os diversos meios de comunicação e mídia, ante ao objetivo de se tornar fonte de informações de interesse público.

7.5.1 Premiação e certificações

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do

Pará, na figura do senhor Washington Costa de Albuquerque, foi aprovado na Certificação Profissional dos Dirigentes do Órgão ou Entidade Gestora do RPPS, promovida pela Secretaria da Previdência – SPREV, através do Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda.

Essa certificação demonstra o empenho, a responsabilidade e a busca contínua por aprimoramento. Tem o objetivo de fazer com que a gestão seja mais técnica, com profissionais mais capacitados ao garantir a segurança e sustentabilidade dos recursos previdenciários a longo prazo, demonstrando a credibilidade e a eficiência da gestão previdenciária do Estado do Pará.

Figura 5 — Certificação Profissional de Dirigentes



Fonte: Site Igepps

7.5.2 Produção de Notícias

A ASCOM realiza cobertura jornalística de todas as ações e campanhas produzidas e desenvolvidas pelo Instituto e as publica no site oficial do órgão e/ou site de notícias do governo “Agência Pará”, como em meios de comunicação locais.

Uma das publicações bem evidências são aquelas relacionadas o programa Educação Previdenciária, que por meio de cursos e palestras repassa aos segurados esclarecimentos sobre benefícios previdenciários.

A seguir, é possível ver o quadro referente às matérias publicadas no site oficial do Governo do Estado (Agência Pará) e no site do Igepps.

Quadro 4 — Quadro com Matérias Publicadas no site oficial ou “Agência Pará”.

Mês	Título da Matéria
Julho	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) inovou sua plataforma de gerenciamento de ativos de TI com o CHATBOT.
	Igepps investe em tecnologias inteligentes para otimizar e proteger o sistema de dados pessoais de segurados e servidores.
	Igepps realiza Campanha Julho Verde - importância da prevenção e diagnóstico do câncer de cabeça e pescoço.
	Igepps divulga roteiro das Unidades Móveis pelo Estado.
Agosto	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) amplia Programa de Inovação Tecnológica.
	Igepps realiza treinamento Microsoft 365 para servidores.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) prepara Carta de Serviços.
	Igepps realiza Campanha Agosto Lilás - mobiliza e conscientiza a sociedade da violência contra mulher.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza Oficina de mobilização do Pró-Gestão.
	Igepps realiza comemoração alusiva ao Dia dos Pais.
Setembro	Igepps divulga roteiro das Unidades Móveis pelo Estado.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza a Feira do Produtor.
	Igepps realiza Curso SPED, REINF E E-SOCIAL.
	Igepps realiza Audiência Pública - Temas estratégicos para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.
	Call center do Igepps reolve quase 100 % das pendências dos beneficiários.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza solenidade do projeto “Valor em Cada História”.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps)
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) recebe visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza Curso de preparação para aposentadoria.
	O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) realiza treinamento “Produtividade com Microsoft Copilot na Prática”.
	O Igepps realiza palestra Setembro Amarelo - Evento alusivo importância de cuidar da à Saúde Mental.
	Igepps realiza oficina "Prática de Design Thinking".
	Igepps divulga roteiro das Unidades Móveis pelo Estado.

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.3 Gerenciamento, monitoramento e produção de conteúdo e alimentação das redes

sociais

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados consolidados das ações de comunicação digital do perfil institucional do Igepps, nas plataformas Instagram e Facebook, no período compreendido entre 1º de julho e 30 de setembro de 2025.

A análise contempla os principais indicadores de desempenho (KPI's) relacionados a alcance, engajamento, crescimento de audiência e desempenho de conteúdos, com vistas as estratégias de comunicação e fortalecimento da presença digital da instituição.

Tabela 98 — Quantitativo de resultado - 3º trimestre de 2025

Indicador	Resultado
Alcance total das contas	32.510
Engajamento total	2.067
Número de postagens	63

Nota: Indicadores gerais das redes sociais Facebook e Instagram

Fonte: Ascom/Igepps

Durante o período avaliado, observou-se bom desempenho em alcance e visualizações, com destaque para publicações orgânicas voltadas a campanhas institucionais e de conscientização social. Contudo, o crescimento de seguidores manteve-se estável.

7.5.3.1 Desempenho no Instagram Business

No terceiro trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação demonstrou evolução contínua no desempenho de suas ações. Destaque para o crescimento expressivo nas visualizações de conteúdos digitais, aumento do alcance junto a novos públicos e a intensificação da produção de conteúdos estratégicos.

Tabela 99 — Desempenho no Instagram - 3º trimestre de 2025

Métrica	Resultado
Alcance orgânico	10.984
Alcance pago	0
Visualizações totais orgânicas	133.611
Visitas ao perfil	2.893
Interações totais	2.271

Fonte: Ascom/Igepps

O perfil manteve 100% de desempenho orgânico, com destaque para o bom volume de visualizações e interações nas publicações, especialmente nos formatos reels e carrossel.

Tabela 100 — Perfil da audiência - 3º trimestre de 2025

Cidade	Seguidores
Belém	5.721
Ananindeua	1.787
Castanhal	261
Santarém	230
Marabá	193

Fonte: Ascom/Igepps

Tabela 101 — Desempenho das Postagens (FEED) - 3º trimestre de 2025

Indicador	Resultado
Postagens Publicadas	32
Alcance total	7.556
Interações	1.489
Curtidas	894
Comentários	36
Compartilhamentos	263
Salvamentos	16

Fonte: Ascom/Igepps

Nota: Indicadores gerais por desempenho e postagem do Instagram.

As postagens de melhor desempenho abordaram temas institucionais e de mobilização social, apresentando taxas de engajamento acima da média.

Publicações de destaque:

- “3ª Semana Estadual de Conscientização sobre Educação” – 16.994 visualizações e 5.169 de alcance.
- “Mobilização pelo fim da violência contra a mulher” – 8.340 visualizações e 4.505 de alcance.
- “Campanha Setembro Amarelo” – 6.403 visualizações.

Tabela 102 — Desempenho dos Reels - 3º trimestre de 2025

Indicador	Resultado
Total de reels publicados	11
Alcance total	3.739
Interações totais	774
Curtidas	529
Compartilhamentos	92

Nota: Indicadores gerais por Reels do Instagram.

Fonte: Ascom/Igepps

Reels de maior destaque:

- “*Celebração da coragem de um povo*” – 2.793 visualizações.
- “*Círio: guiados pela fé e pela natureza*” – 2.750 visualizações.
- “*Projeto Valor em Cada História*” – 1.966 visualizações e 93 interações.

7.5.3.2 Desempenho no Facebook

Durante o terceiro trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação também manteve foco na comunicação orgânica e estratégica na plataforma Facebook, com conteúdo voltado à ampliação da visibilidade, engajamento com públicos diversos e fortalecimento da imagem do Instituto junto aos seguidores e novos visitantes.

Tabela 103 — Indicadores gerais do desempenho no Facebook - 3º trimestre de 2025

Métrica	Resultado
Seguidores da Página	6.399
Curtidas totais	6.350
Novas curtidas	41
Alcance total das publicações	3.608
Engajamento total	341

Nota: Indicadores gerais das métricas do Facebook

Fonte: Ascom/Igepps

Tabela 104— Indicadores gerais do Facebook - 3º trimestre de 2025

Tipo de Publicação	Quantidade	Alcance	Reações
Foto	18	2.624	33
REELS	11	757	10
Album	2	227	5

Nota: Indicadores gerais por conteúdo do Facebook

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.3.3 Benefícios e Impactos Institucionais

Relevância Institucional: O aumento contínuo nas visualizações e no engajamento confirma a efetividade da estratégia de comunicação adotada, fortalecendo a imagem institucional e promovendo maior transparência e aproximação com os públicos de interesse.

Alcance Social: O expressivo percentual de visualizações por não seguidores, revela o sucesso das ações em expandir o conhecimento da marca institucional para novos públicos.

Apoio à Governança: Os dados demonstram aderência às diretrizes de governança e contribuem para o cumprimento dos requisitos de transparência exigidos no Nível IV do Pró-Gestão.

7.5.4 Desenvolvimento de Campanhas de Comunicação

A Assessoria de Comunicação – Ascom, recebe dos demais setores do Instituto, ou propõe, projetos que demandam campanhas de comunicação para divulgação e promoção. As campanhas de comunicação têm por objetivo dar notoriedade e publicidade às específicas ações desenvolvidas.

A Ascom produziu toda identidade visual das ações internas e externas desenvolvidas pelo Instituto e atuou na divulgação de projetos e campanhas.

No terceiro trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação fez a cobertura de vários eventos do Instituto de Gestão Previdenciária e proteção Social do Estado (Igepps), como a seguir.

7.5.4.1 Feira do Produtor

A Assessoria de Comunicação produziu banner e carrossel, para divulgação institucional, por meio da intranet, além de cartaz para comunicar aos servidores sobre a realização da Feira do Produtor.

Na oportunidade informamos que a referida feira acontece mensalmente.

Figura 6 — Feira do Produtor



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.2 CHATBOT

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) inovou sua plataforma de suporte técnico institucional agregando agilidade na solicitação de serviços a serem prestados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (Ctin). Integrado ao sistema GLPI, de código aberto para gerenciamento de ativos de TI, o chatbot inteligente possibilita a abertura instantânea de chamados. A assessoria de comunicação produziu banner, cartaz A4 e matéria publicada institucionalmente na intranet.

Figura 7— Chatbot

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.3 LGPD

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) saiu à frente na busca por soluções inovadoras para proteção de dados. É o primeiro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da região Norte a investir em tecnologias inteligentes para otimizar e proteger o sistema que recebe, armazena e trata as informações pessoais de centenas de servidores e mais de 55 mil segurados. A assessoria de comunicação produziu matéria jornalística para o site Agência Pará republicada no site Institucional e Intranet.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/69030/instituto-de-gestao-previdenciaria-investe-em-inteligencia-artificial-para-protectao-de-dados>

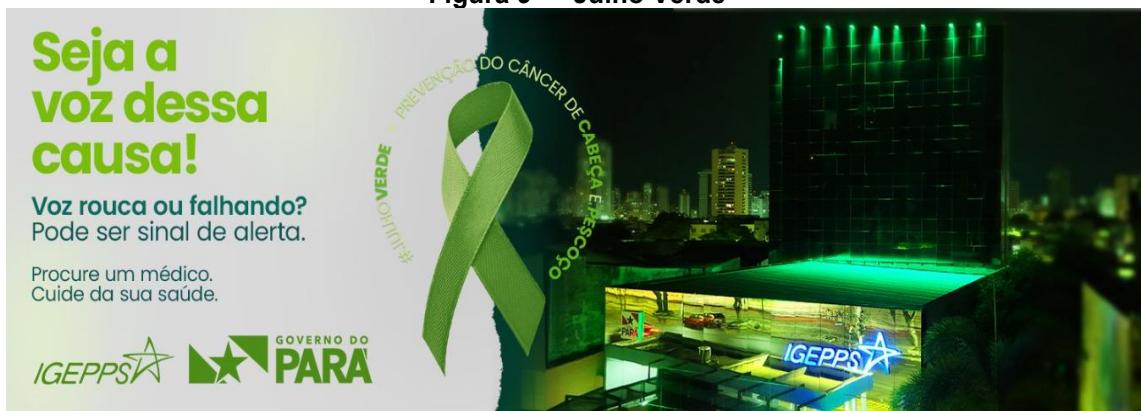
Figura 8 — LGPD

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.3 Julho verde

O Igepps aderiu à Campanha Julho Verde para alertar servidores e segurados sobre a importância da prevenção e diagnóstico do câncer de cabeça e pescoço. A sede do Instituto, em Belém, ganhou a cor da campanha, como incentivo à conscientização, essencial na redução do número de casos diagnosticados em estágio avançado, quando as chances de cura são menores e o tratamento mais agressivo. A assessoria de comunicação produziu banner para intranet.

Figura 9 — Julho Verde



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.5 Igepps Itinerante

Para divulgação do programa itinerante do Igepps, a assessoria de comunicação produziu cartaz, banner e card, informando sobre o roteiro das unidades móveis.

Figura 10 — Caminhão Itinerante



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.6 Treinamento Microsoft 365

Para aprimoramento das rotinas de trabalho, servidores e colaboradores de todas as unidades do Igepps participaram de um treinamento para aperfeiçoar as habilidades relacionadas ao uso de ferramentas digitais. O instrutor dos cursos oficiais Microsoft, Emilio

Mansur, ministrou a capacitação, abordando formas para melhor aproveitamento das plataformas na execução de tarefas. A assessoria de comunicação produziu banner para intranet, arte telão, convite e-mail e cartaz A4.

Figura 11 — Treinamento Microsoft 3645



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.6 Carta de Serviços

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) prepara Carta de Serviços para facilitar acesso à garantia de direitos e controle social para diminuir o prazo entre a análise e a concessão de benefícios. O manual visa garantir que a clientela - ativos, aposentados, pensionistas e demais cidadãos tenham pleno conhecimento dos serviços oferecidos pelo Instituto, como solicitá-los, quais documentos são exigidos, e os prazos para resposta, reduzindo dúvidas e aumentando a eficiência no atendimento. A assessoria de comunicação fez a cobertura fotográfica e produziu matéria jornalística publicada no site Agência Pará e na intranet.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70317/igepps-prepara-carta-de-servicos-para-facilitar-acesso-a-garantia-de-direitos-e-controle-social>

Figura 12 — Carta de Serviços



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.6 Oficina Pró-Gestão

Uma oficina de integração sensibilizou servidores e colaboradores para a importância

da participação na jornada do Igepps rumo à certificação Pró-Gestão nível IV. A atividade conduzida pelos consultores técnicos, Pedro Alburquerque e Vinicius Santos, apresentou reflexões, orientações e ferramentas práticas fundamentais para o processo de certificação.

Também foi um espaço de troca de experiências e construção coletiva, que evidenciou a importância do engajamento de gestores, técnicos e servidores para um avanço decisivo rumo à excelência da gestão previdenciária no Pará. A assessoria de comunicação produziu banner publicado na intranet, card e-mail e cartaz A4 para a divulgação da oficina.

Figura 13 — Oficina Pró-Gestão



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.7 Dia dos Pais

O Dia dos Pais foi comemorado com uma programação especial na sede do Igepps, em Belém. Servidores e colaboradores participaram de brincadeiras, sorteios e se emocionaram com a exibição de um vídeo de homenagem feito com a participação de familiares. A assessoria de comunicação produziu vídeo de homenagem e arte para telão, cartaz, convite e-mail e brindes.

Figura 14 — Evento alusivo ao Dia dos Pais



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.8 Curso SPED, REINF e E-Social

Para maior segurança jurídica e eficiência nos processos contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários, servidores das diretorias de previdência e administração e finanças receberam orientações para o aprimoramento da qualidade das informações

prestadas aos órgãos de controle. O analista contábil da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), Fernando Sampaio, ministrou palestra para esclarecer dúvidas sobre E-Social, SPED e REINF. Além de atender a uma necessidade técnica urgente, a formação contribui para a redução de riscos fiscais. A ação representa um passo importante na modernização da gestão previdenciária, ao alinhar os procedimentos internos às exigências legais e tecnológicas atuais. A assessoria de comunicação fez a cobertura fotográfica do evento e produziu card e-mail, cartaz A4 e thumb para matéria na intranet.

<http://10.4.1.143/intranet/noticias/capacitacao/>

Figura 15 — Curso SPED, REINF e E-Social



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.9 Audiência Pública

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social realizou no dia 5 de setembro uma audiência pública para apresentação e discussão de temas estratégicos para a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Estado. O evento teve como foco principal a Política de Investimentos, as práticas de Governança Corporativa e os resultados da Avaliação Atuarial do Instituto. O encontro teve como objetivo garantir transparência na gestão dos recursos previdenciários, ampliar o diálogo com os segurados e promover o aprimoramento da governança institucional do Igepps. A assessoria de comunicação produziu telão, prismas de identificação, pesquisa de satisfação, lista de presença, cartaz A3 e A4, banner site e banner intranet, card e-mail e card instagram, além de matéria jornalística no Agência Pará.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70416/instituto-de-gestao-previdenciaria-apresenta-resultados-da-politica-de-investimentos>

Figura 16 — Audiência Pública



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.9 Call Center do Igepps resolve quase 100% das pendências de beneficiários

Com mais de 30 mil atendimentos realizados apenas no primeiro semestre deste ano e 98% deles finalizados com sucesso, o call center do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) se consolida como setor fundamental para assegurar acesso rápido e eficiente a informações e serviços previdenciários. Seja para tirar dúvidas sobre aposentadoria, pensão, contribuições ou outros serviços oferecidos pelo Instituto, a central de atendimento telefônico se tornou um pilar de acessibilidade. Com o acesso digital e presencial nem sempre viável em um estado tão grande como o Pará, o call center se posiciona como solução prática para alcançar os segurados em diferentes municípios. A assessoria de comunicação produziu matéria para o portal Agência Pará, intranet e site institucional.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70470/call-center-do-igepps-resolve-quase-100-das-pendencias-de-beneficiarios>

<http://10.4.1.143/intranet/noticias/call-center-do-igepps-resolve-quase-100-das-pendencias-de-beneficiarios/>

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70470/call-center-do-igepps-resolve-quase-100-das-pendencias-de-beneficiarios>

Figura 17 — Call Center



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.10 Projeto Valor em cada história

Solenidade do projeto “Valor em Cada História” marcou a entrega das portarias de aposentadoria e certificados de homenagem pelos anos de dedicação ao serviço público do Estado. A assessoria de comunicação produziu telão, convite, certificados, adesivos de identificação, banner intranet, banner site institucional, card e-mail, cartaz A4, cobertura fotográfica e vídeo para as redes sociais do instituto.

Figura 18 — Projeto Valor em cada histórias



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.11 Visita da Imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré

Na tarde do dia 12 de setembro o Igepps recebeu a visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré, símbolo maior da fé do povo paraense e ícone do Círio de Nazaré, uma das maiores manifestações religiosas do mundo. A presença da Imagem Peregrina no Instituto faz parte do tradicional roteiro de peregrinações que antecedem o Círio, levando a imagem da Virgem de Nazaré a instituições públicas, privadas e comunidades, espalhando mensagens de fé, esperança, solidariedade e amor. Durante a visita, servidores, colaboradores se reuniram em um momento de oração, reflexão e agradecimento, renovando seus sentimentos de devoção e espiritualidade. A programação contou com a entoação de cânticos marianos, leitura de textos bíblicos e bênçãos, proporcionando um ambiente de paz e acolhimento. A assessoria de comunicação produziu Banner intranet, faixa, cartaz A4, card e-mail, ventarola, camisa, fitinha, adesivo para a fachada do prédio e folhetos cânticos e vídeos para as redes sociais.

Figura 19 — Visita da Imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.12 Curso de preparação para aposentadoria

Partindo do princípio de que a aposentadoria não é o fim da vida produtiva, mas etapa fundamental à passagem para uma nova fase, que pode ser desfrutada de maneira saudável, significativa e com maior autonomia, o Igepps investe em ações de educação previdenciária voltadas à preparação dos servidores estaduais para transição pós-carreira. A ideia de realizar um curso preparatório nasceu da necessidade identificada pela equipe do Núcleo de Atenção Psicossocial, a partir de atendimentos prestados a servidores aposentados, que relataram a ausência de preparo para esse momento tão significativo da vida. Servidores do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em Belém, participaram da capacitação que abordou temas como educação financeira e planejamento de rotina. A assessoria de comunicação produziu Banner site e intranet, cartaz A4 e A3, card e-mail, carrossel para as redes, card whatsapp, programação e matérias jornalísticas nos sites Agência Pará e Intranet.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70521/instituto-de-gestao-previdenciaria-e-protecao-social-promove-educacao-previdenciaria>

<http://10.4.1.143/intranet/noticias/instituto-de-gestao-previdenciaria-e-protecao-social-promove-educacao-previdenciaria/>

Figura 20 — Curso de preparação para aposentadoria

Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.13 Treinamento de produtividade na prática e Microsoft Copilot

Servidores e colaboradores participaram de oficina de capacitação para uso das ferramentas de Inteligência Artificial na otimização de suas rotinas de trabalho. O treinamento “Produtividade com Microsoft Copilot na Prática” proporcionou aos participantes conhecimento sobre IA, para que possam melhorar a estruturação de comandos, com o objetivo de extrair mais potencial e assertividade da ferramenta. Também serviu para incentivar os que ainda não fazem uso desse recurso tecnológico, importante para ampliar a produtividade. A assessoria de comunicação produziu card e-mail, cartaz A4 e matérias jornalísticas nos sites Agência Pará, Intranet e site Institucional.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/70785/oficina-aborda-inteligencia-artificial-em-processos-previdenciarios-no-igepps>

<http://10.4.1.143/intranet/noticias/oficina-aborda-inteligencia-artificial-em-processos-previdenciarios-no-igepps/>

<https://www.igepps.pa.gov.br/oficina-aborda-inteligencia-artificial-em-processos-previdenciarios-no-igepps-0>

Figura 21 — Treinamento de produtividade na prática e Microsoft Copilot



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.13 Palestra Setembro Amarelo

Durante o mês de setembro, o Igepps reforça seu compromisso com a saúde mental e o bem-estar dos servidores por meio da adesão à campanha Setembro Amarelo, iniciativa nacional que alerta sobre a importância da atenção com a saúde emocional. Com o tema “Acolher para não Adoecer”, o Instituto promoveu uma ação voltada à escuta ativa, acolhimento emocional e conscientização sobre a importância de cuidar da saúde mental. A

programação contou com palestra da psicóloga Klaudia Sadalla, rodas de conversa, distribuição de materiais informativos e a iluminação da sede do Instituto em amarelo, símbolo da campanha. A assessoria de comunicação produziu banner, cartaz, reels, card e-mail, mídia indoor, telão, mídia desktop e carrossel para a divulgação do evento.

Figura 22 — Palestra Setembro Amarelo



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.13 Palestra Setembro Amarelo

Com foco na melhoria contínua dos serviços prestados aos segurados e no fortalecimento da gestão pública, o Igepps promove ações que incentivam a criatividade, o trabalho em equipe participação ativa dos servidores e colaboradores na construção de soluções inovadoras. Entre as iniciativas, a oficina "Prática de Design Thinking" aborda temas como inovação no setor público, mentalidade inovadora, inovação aberta, inteligência artificial e redes de inovação. A assessoria de comunicação produziu banner, cartaz, card e-mail e matérias jornalísticas nos sites Agência Pará e Intranet.

Figura 23 — Oficina “Prática de Design Thinking”



Fonte: Ascom/Igepps

De modo geral, o desempenho digital do Igepps no período analisado demonstra eficiência na comunicação orgânica, com alto alcance e engajamento em campanhas institucionais e forte presença regional.

O Igepps demonstra consistência na produção de conteúdo relevante e de valor social, consolidando sua imagem institucional nas redes digitais.

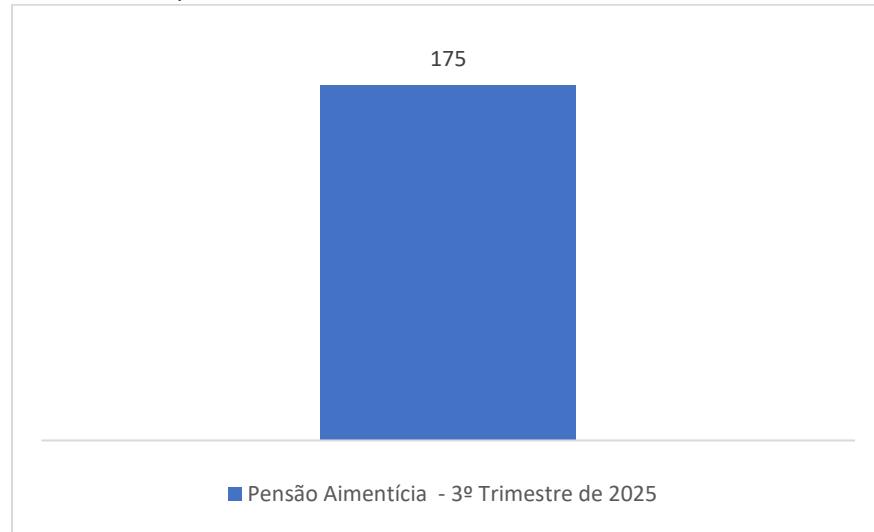
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O gabinete da Projur atualmente obedece ao manual da consultoria jurídica do Estado do Pará, em atenção ao Decreto Estadual nº 3.186, de 03/07/2023, obedecendo às instâncias de análise jurídica e mantendo processos referentes à alimentos, penhoras e alvarás como segue:

- Pensão Alimentícia: Os processos que envolvem pedido de inclusão da parcela de pensão alimentícia são encaminhados para o Gerente da Projur, que faz a análise do pleito e a operacionalização da ordem judicial. No 3º Trimestre de 2025, foram analisados 175 (Cento e setenta e cinco) processos de pensão alimentícia, conforme abaixo:

Gráfico 41 — Quantitativo de Pensão Alimentícia no 3º trimestre de 2025

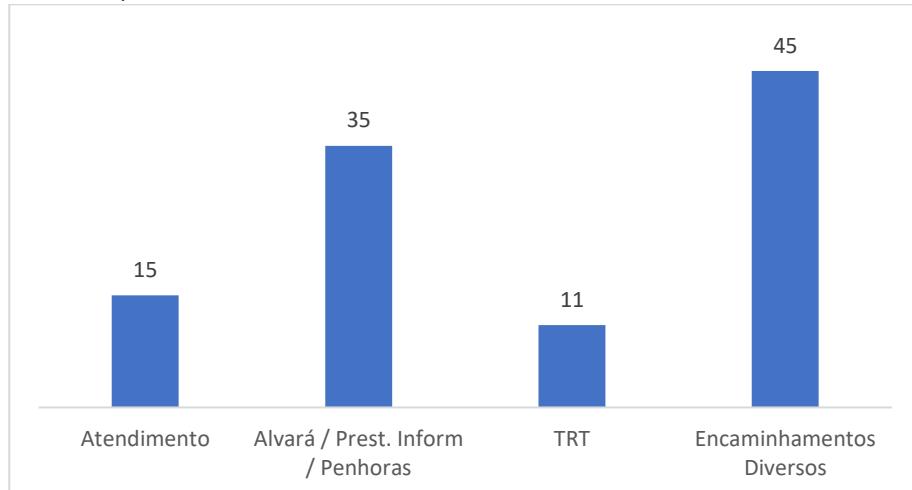


Fonte: Projur/Igepps

- Atividade: Atendimento, alvará judicial e pedido de informação ao Juízo: Os processos que envolvem pedido de atendimento, alvará judicial e pedido de informação ao

juízo são conduzidos ao Gerente da PROJUR, sendo analisados, despachados, respondidos e, ato contínuo, encaminhados à parte interessada (juiz, vara, TJPA). No 3º Trimestre de 2025, foram analisados 106 (Cento e seis) processos, conforme a seguir:

Gráfico 42 — Quantitativo de Atendimentos Diversos no 3º trimestre de 2025



Fonte: Projur/Igepps

A Procuradoria Jurídica do Igepps, encontra-se dividida em três Coordenadorias, quais sejam: Coordenação do Consultivo (CCON), Coordenadoria do Contencioso (CCOS) e Coordenadoria da Execução (CEXEC).

7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-Igepps), organizada como atuação descentralizada, subordinada ao procuradora-chefe desta unidade (Igepps), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do Igepps sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da Lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

ATIVIDADES: Elaboração de Pareceres, Manifestações, Despachos, Nota Técnica e Memorando.

Os processos administrativos que contém dúvidas jurídicas são encaminhados para a Coordenadoria do Consultivo para elaboração de Parecer ou Manifestação, com o assessoramento dos Técnicos Previdenciários. Ao final, o processo é encaminhado à Procuradora-Chefe para aprovação e posterior devolução ao Consulente.

Neste terceiro trimestre de 2025, algumas demandas se destacaram com a devida relevância tanto para o regime de proteção social dos militares quanto para o regime de previdência dos servidores civis.

A primeira que merece destaque está constituída no Parecer nº 054/2025 – PROJUR/Igepps, o qual analisou viabilidade jurídica de portaria que institui a prova de vida domiciliar para as pessoas que encontram dificuldades na locomoção até o posto de atendimento. A análise jurídica concluiu que a realização da prova de vida domiciliar encontra respaldo normativo em dispositivos legais, portarias e decretos vigentes, sendo, contudo, necessária a adoção de adequações formais e materiais na portaria expedida pela Presidência do Igepps.

A importância da orientação jurídica fornecida no parecer em epígrafe reside em humanizar o atendimento aos segurados da autarquia, especialmente as pessoas que por motivo de saúde, idade avançada ou dificuldades de locomoção, não possam se deslocar ao atendimento. Portanto, essa decisão possibilita que sejam implementados meios acessíveis para a realização da prova de vida de forma adequada e assim, continuem de modo regularizado a receber os seus benefícios e reforça a obrigatoriedade da observância dos princípios constitucionais, como o da eficiência, da acessibilidade e da dignidade humana.

Ademais, outra análise de destaque está contida no Parecer nº 058/2025- PROJUR/Igepps. A análise jurídica gira em torno da interpretação normativa aplicável à emissão de certidão de tempo de contribuição (CTC) a ex-servidores temporários contratados com base na Lei Complementar Estadual nº 007/1991, em especial diante da adesão do Estado do Pará à Medida Provisória nº 2.129-6/2001 e da formalização do Termo de Amortização de Dívida Fiscal (TADF) junto à União, representada pelo INSS e, diante disso, se poderia ser substituída tal certidão por uma declaração de tempo de contribuição.

O entendimento firmado por esta Procuradoria é no sentido de que a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), nos casos em questão, não se revela juridicamente recomendável, haja vista o risco de compensação indevida, sobretudo no que se refere às contribuições já consolidadas no TADF. Ressalta-se, ainda, que, em caráter excepcional, poderá ser admitida a utilização da Declaração de Termo de Compromisso (DTC) como documento comprobatório de vínculo funcional, sem efeitos compensatórios. Além

disso, recomenda-se que uma possível parceria ou convênio com o INSS seria viável e traria maior segurança jurídica.

Ato contínuo, acrescentamos a análise jurídica constante no Parecer nº 081/2025-PROJUR/Igepps, a qual se debruça sobre consulta formulada em razão de caso concreto relativo à concessão de repouso remunerado, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora temporária em decorrência de interrupção da gestação.

No tocante à matéria, o entendimento exarado por este Consultivo se pauta na vedação de diferenciação entre regimes jurídicos de servidoras públicas gestantes, já consolidada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 542 de repercussão geral, que firmou orientação no sentido de que não é admissível tratamento discriminatório entre servidoras estatutárias e servidoras contratadas sob vínculo temporário quando se trata da proteção à maternidade e dos direitos dela decorrentes.

Por fim, o Parecer nº 049/2025, que trata da necessidade ou não do termo definitivo para genitora do menor sob guarda, solicitar pensão previdenciária para o interessado.

Foi orientado que a transferência da guarda do menor a terceiros não implica, por si só, na ruptura ou destituição do poder familiar em relação aos pais biológicos, permanecendo ativo o vínculo jurídico entre estes e o menor. Por outro lado, nos casos de concessão de tutela, especialmente a tutela definitiva, a legislação prevê a suspensão ou extinção do poder familiar, considerando que essa medida visa suprir, de forma mais ampla e duradoura, a ausência dos pais. Diante disso, nos casos de tutela, impõe-se a análise quanto à eventual destituição do poder familiar, o que exige decisão judicial específica, devendo-se, portanto, exigir a alteração formal da tutela sempre que houver mudança nas circunstâncias do responsável legal pelo menor.

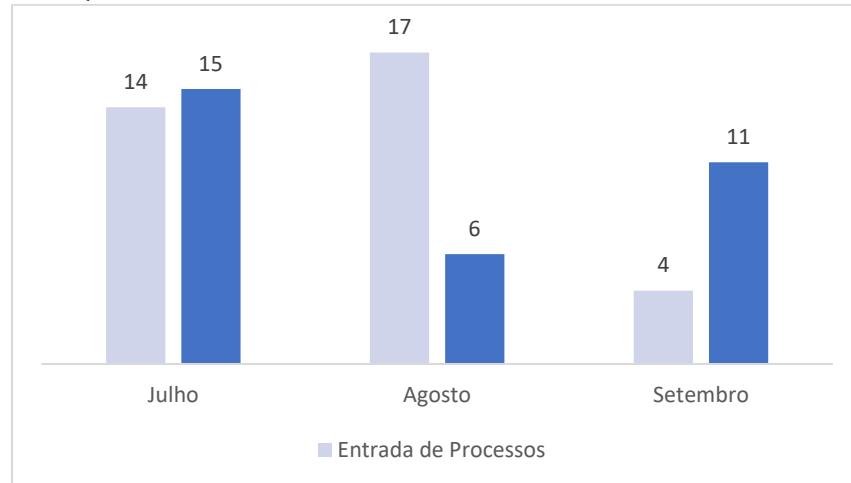
Diante do exposto, essas análises e manifestações demonstram o compromisso deste Instituto com a efetiva proteção social de seus segurados, fornecendo fundamentos sólidos para a resolução de demandas presentes e futuras, e contribuindo para a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito previdenciário estadual.

Reiteramos que há necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como a economia gerada ao Fundo e os benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto relevantemente qualitativo e não só quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o Igepps, principalmente para o efeito concreto da meta atingida está na análise de questões jurídicas complexas, o que demanda tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os

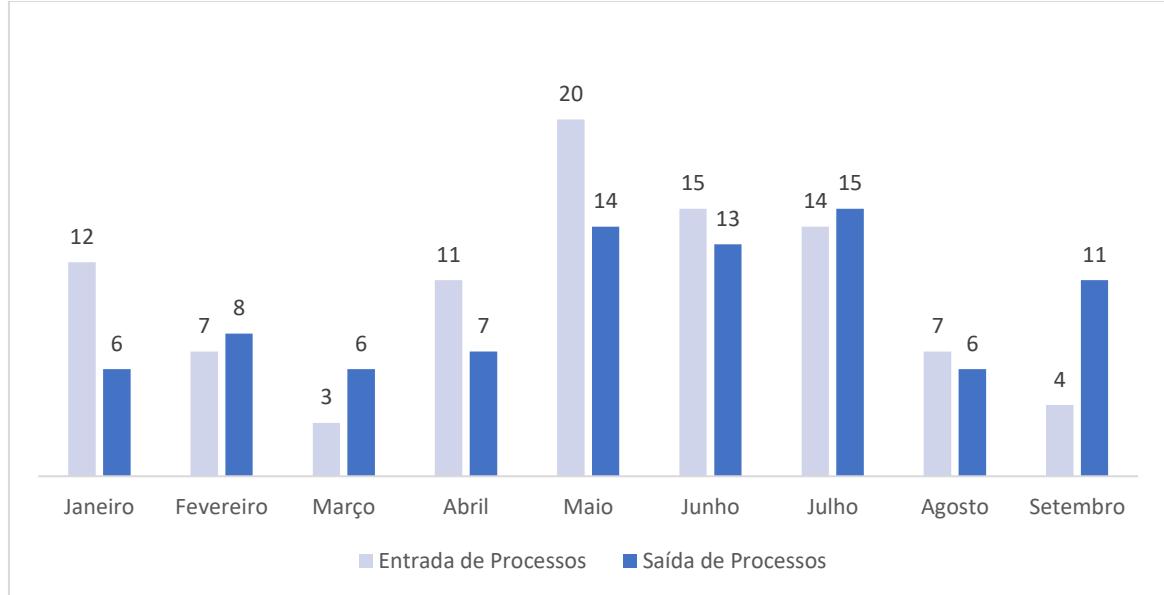
setores correspondentes, no período compreendido entre julho de 2025 a setembro de 2025, em gráficos, os quantitativos de 2025.

Gráfico 43 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 3º trimestre de 2025.



Fonte: CCON/Igepps

Gráfico 44 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – Janeiro a Setembro de 2025.



Fonte: CCON/Igepps

A maior parte das demandas submetidas ao consultivo são as previdenciárias, com expressiva quantidade relativa a contribuições previdenciárias, aposentadorias e pensões previdenciária e militar, incorporação de parcelas nos proventos de aposentadoria e pensão, acumulação de cargos públicos, e averbação de tempo de serviço.

7.6.2 – Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Contencioso

Este relatório tem como objetivo apresentar a produtividade do setor no terceiro trimestre de 2025, detalhando os processos recebidos, analisados e o total de processos

pendentes. A análise visa demonstrar a eficiência no gerenciamento dos processos e identificar oportunidades de melhoria.

7.6.2.1 – Apoio Jurídico à PGE através do SISJUD

A partir de 03/09/2024, as solicitações de informações e documentos que visam instruir a elaboração da peça processual cabível pelo Estado, na fase de conhecimento, tal como os cumprimentos de decisões judiciais passaram a ocorrer por encaminhamento, via PAE, pela PGE.

A fim de garantir o controle, a distribuição igualitária entre a equipe, evitar a litispendência administrativa e ter transparência no fluxo do processo, a CCOS utiliza a ferramenta SISJUD para auxiliar na máxima efetividade do serviço público.

7.6.2.2 – Análise Jurídica dos processos administrativos

Os processos administrativos de competência da Coordenação do Contencioso (CCOS), especialmente os relacionados aos processos judiciais em curso, envolvem uma série de atividades e providências necessárias para assegurar o cumprimento das decisões judiciais, bem como informações para subsidiar a defesa do Estado e o correto andamento dos processos.

Normalmente, esses processos podem ser formalizados e monitorados por meio do PAE (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema utilizado para a tramitação oficial do Estado do Pará, acompanhamento e gestão dos processos dentro da organização. É uma plataforma utilizada para formalizar e acompanhar a tramitação de processos administrativos, proporcionando mais eficiência e transparência nas atividades de gestão de processos dentro da administração pública.

Através dessa plataforma, a Coordenação do Contencioso (CCOS) autuou algumas etapas como, verificação de sentenças e decisões; emissão de orientações internas; solicitações de ações administrativas; contato com órgãos externos; identificação de riscos; verificação de conformidade; emissão de relatórios e pareceres e controle de prazos.

No terceiro trimestre de 2025, foram recebidos 893 processos e analisados 552 processos, ficando atualmente a caixa com um total de 341 processos.

7.6.2.3 – Controle das decisões judiciais

A CCOS tem exercido o controle dos prazos judiciais pelo sistema SISJUD, que apresenta como principais vantagens dessa abordagem, a centralização das informações; agilidade no cumprimento e melhoria na gestão de fluxos.

No terceiro trimestre de 2025, o SISJUD registrou um total de 645 prazos. Desses, 594

prazos foram concluídos dentro do prazo estabelecido, resultando em um índice de cumprimento de prazo de 92,09%.

7.6.2.4 – Recuperação de Crédito

a) Recuperação de crédito e a implementação no sistema SISREC.

Durante o terceiro trimestre, a equipe atuou na inserção dos processos previamente analisados no segundo trimestre, correspondendo à terceira etapa do plano de consolidação do setor. A automatização e o registro adequado no sistema permitiram maior controle e celeridade na condução das etapas seguintes, em especial no encaminhamento à cobrança. Essa medida representa um avanço importante na padronização dos fluxos e na otimização do tempo de resposta do setor.

b) Análise de novos processos e a prevenção de perda do prazo

Como estratégia de aprimoramento da recuperação de crédito, a equipe realizou a análise prévia de 316 processos oriundos do ano de 2023 e 2024, portanto, administrando o passivo processual. Considerando que a previsão de prescrição desses processos é para 2027, essa antecipação permite que as ações de cobrança ocorram com margem de tempo segura, fortalecendo as chances de êxito e evitando prejuízos decorrentes do encerramento dos prazos legais.

c) Cadastro de processos no sistema SISREC

Dando continuidade à terceira etapa do plano de consolidação do setor, foi realizada a inserção de 428 processos no sistema SISREC. Deste total, 348 processos foram confirmados e considerados aptos para prosseguimento; 100 processos permanecem pendentes de confirmação, aguardando validações complementares; 36 processos foram excluídos, em razão de inconsistências identificadas durante a triagem ou por não atenderem aos critérios estabelecidos para cobrança. A consolidação dessas informações no sistema contribui para maior controle, rastreabilidade e eficiência na gestão do fluxo de cobrança.

d) Atualização de valores

No período, foi realizada a atualização dos valores relacionados aos processos inseridos no sistema. Os resultados alcançados foram os seguintes: 40 novos processos tiveram seus valores devidamente atualizados; 84 processos encontram-se aguardando confirmação de atualização, com previsão de finalização nas próximas etapas de trabalho. Essa atualização é fundamental para garantir a precisão das cobranças e a consistência das

informações registradas no sistema SISREC, fortalecendo a efetividade da recuperação de crédito.

e) Investigação Social

Durante o período, foram realizados procedimentos de investigação social vinculados aos processos em andamento. Os dados consolidados foram os seguintes: 64 processos novos foram investigados e tiveram suas informações sociais levantadas; 02 processos estão pendentes de visita técnica, etapa necessária para complementação das informações; 6 processos permanecem pendentes de conclusão, aguardando encerramento da análise ou complementação de dados. A investigação social é uma etapa essencial para a correta avaliação da viabilidade de cobrança e para a definição das estratégias a serem adotadas em cada caso.

f) Emissão de cobrança

No período, foram emitidas cartas de cobrança para 71 novos processos, totalizando uma média de 360 cartas enviadas. Esse volume considera múltiplos destinatários por processo ou reemissões quando necessário. A ação visa reforçar a notificação formal das partes devedoras, dando início ou continuidade ao processo de recuperação de crédito, conforme os prazos e etapas definidas no fluxo operacional do setor.

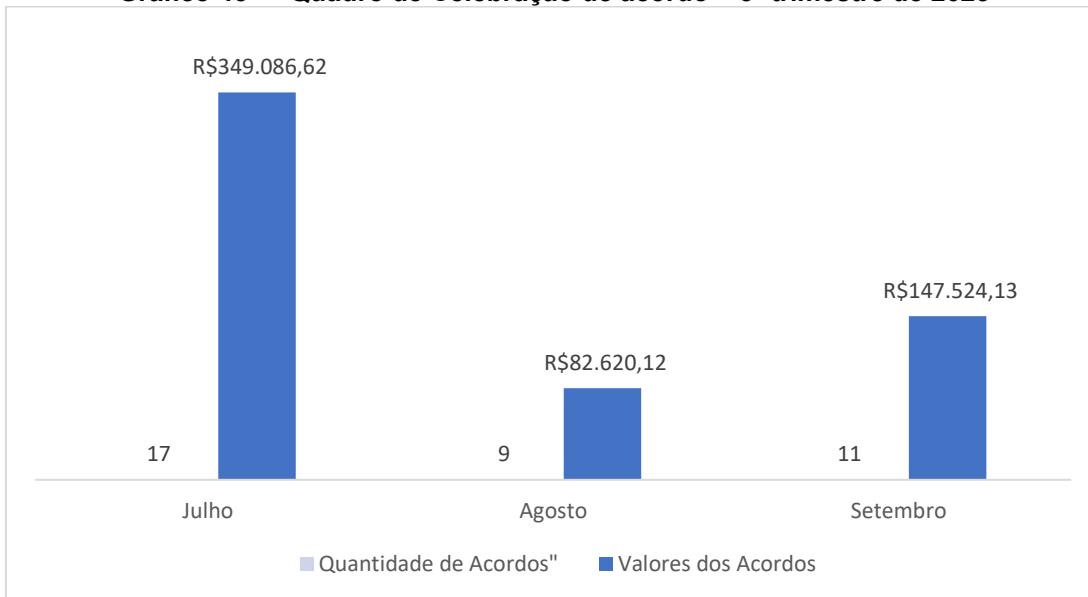
g) Agendamento/Atendimento

No período avaliado, foram realizados agendamentos e atendimentos por meio do sistema SISREC, totalizando 89 registros, dos quais: 61 foram efetivamente atendidos; 28 foram cancelados. A ampliação do uso do sistema SISREC para os agendamentos reforça a modernização dos fluxos e contribui para um atendimento mais eficiente e rastreável, otimizando os recursos do setor. Ademais, foram 28 atendimentos remotos.

h) Celebração de acordo

No terceiro trimestre de 2025, foram celebrados 37 acordos no âmbito da recuperação de crédito, com a seguinte distribuição mensal: 17 acordos firmados no mês de julho; 09 acordos firmados no mês de agosto; 11 acordos firmados no mês de setembro.

Esses acordos representam uma estimativa total de recebimento de R\$ 579.230,87 (quinhentos e setenta e nove mil duzentos e trinta reais oitenta e sete centavos), valor que reforça a importância da atuação proativa do setor e da negociação direta com os devedores como estratégia eficaz de regularização.

Gráfico 45 — Quadro de Celebração de acordo – 3º trimestre de 2025

Fonte: Projur/CCOS/Igepps

i) Processos com Pensão Ativa

Durante o período analisado, foram avaliados 90 processos referentes a pensionistas com identificação ativa em folha de pagamento. Destaca-se que 83,3% dos processos (75 no total) foram concluídos e devidamente despachados, evidenciando um bom desempenho da equipe na análise e finalização dessas demandas. Entretanto, ainda existem 15 processos pendentes, que correspondem a 16,7% do volume total. Essa parcela remanescente pode indicar a necessidade de atenção especial para a conclusão dessas análises, seja por complexidade dos casos ou por eventuais obstáculos encontrados durante o processo.

A análise demonstra uma atuação robusta da equipe frente ao volume recebido em ambas as atividades, de apoio à PGE e recuperação de crédito.

No tocante a atividade de apoio à PGE, a produtividade foi boa, com mais de 90% dos processos recebidos sendo analisados. Não houve crescimento no acúmulo de processos pendentes, o que mostra um bom equilíbrio entre entrada e saída. Percebemos o grande avanço com os sistemas existentes hoje e percebemos que a diligência será mais célere e eficiente com a integração dos sistemas PJM e SISJUD com o SISPREV.

Com isso, demonstramos o panorama da produtividade do setor, evidenciando tanto os pontos positivos quanto as áreas que podem ser aprimoradas para aumentar a eficiência e reduzir o tempo de pendência nos processos. A implementação das melhorias sugeridas contribuirá para o avanço contínuo do setor e melhor gestão dos processos no próximo período.

No que diz respeito à atividade de recuperação de crédito, observou-se uma redução na alimentação do sistema. Essa diminuição, no entanto, decorre de fatores como a

interrupção no desenvolvimento operacional, a transição entre empresas prestadoras de serviço e diversos erros registrados no sistema durante o período, o que resultou em vários dias de indisponibilidade da ferramenta de cobrança.

Em contrapartida, houve uma intensificação no atendimento direto, o que permitiu à equipe atingir a meta anual de cem acordos administrativos. Além disso, foi possível dar andamento a outros processos que estavam pendentes de análise, contribuindo para a regularização e continuidade das atividades do setor.

Além disso, sugere-se uma análise aprofundada das causas que levaram à pendência desses processos, com vistas a otimizar fluxos e recursos, garantindo maior agilidade e assertividade na recuperação e manutenção dos direitos dos pensionistas.

Diante desse cenário, destacamos como pontos de melhoria a retomada e continuidade do desenvolvimento dos sistemas, bem como a recomposição e ampliação da equipe técnica, de forma a garantir a estabilidade e eficiência das atividades desempenhadas pelo setor.

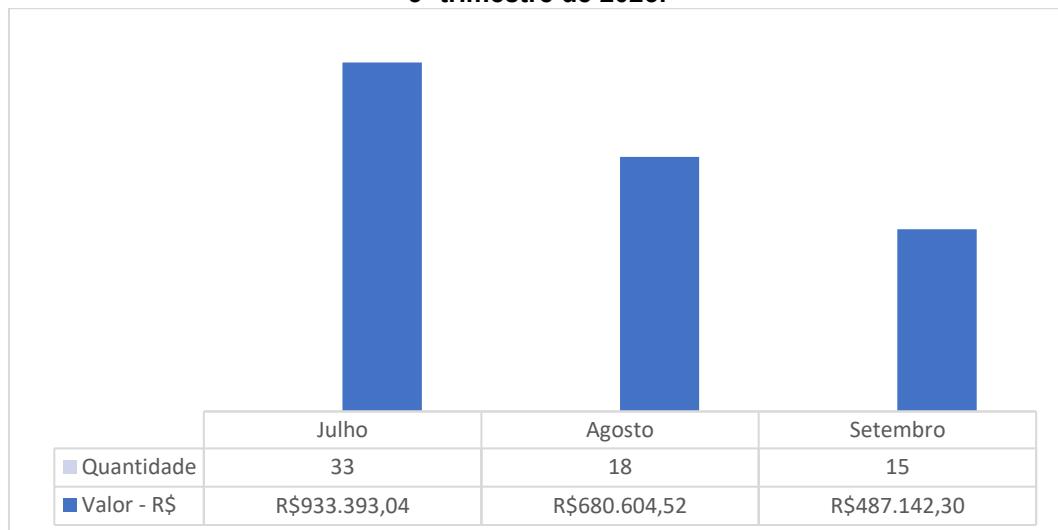
7.6.2 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução

7.6.2.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

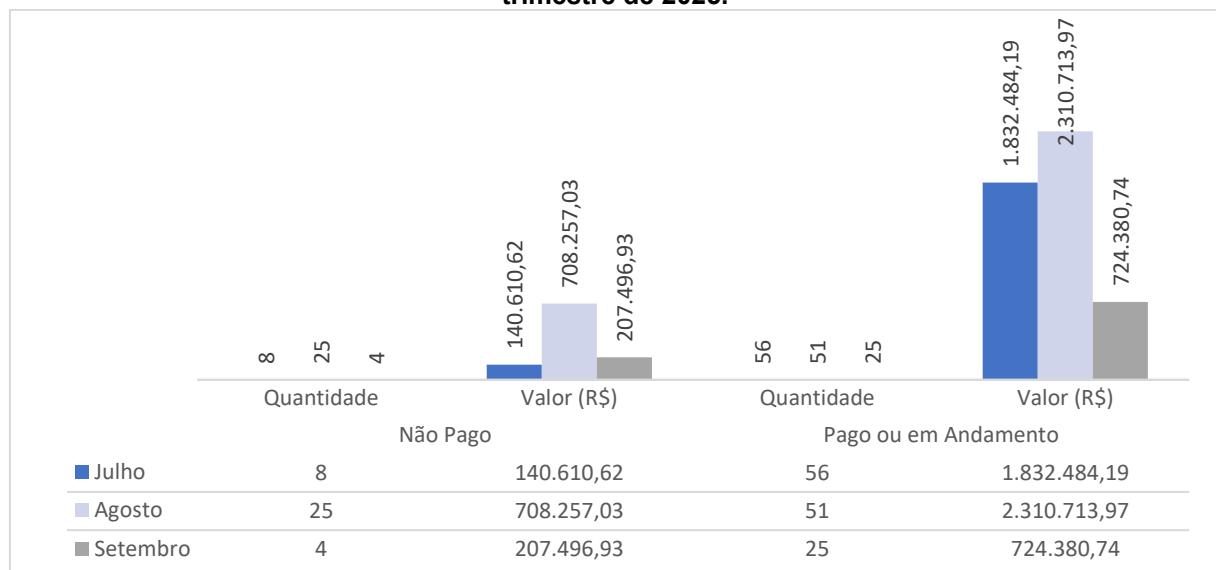
No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídico do Igepps, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 3º trimestre de 2025, foram analisados 169 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 5.923.943,48 (cinco milhões novecentos e vinte e três mil novecentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme apresentado no Gráfico abaixo.

Gráfico 46 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 3º trimestre de 2025.

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

No 3º trimestre de 2025, o RPV quantificado no montante de R\$ 5.923.943,48 (cinco milhões novecentos e vinte e três mil novecentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos) já foram calculados e enviados para pagamento. Por outro lado, o RPV no montante de R\$ 1.056.364,58 (Um milhão cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) ainda não foram pagos, representando 22% em termos de valores do RPV. O valor pago ou em andamento atingiu R\$ 4.864.578,90. (quatro milhões oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos) representando 78% em termos de valores do RPV.

Gráfico 47 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 3º trimestre de 2025.

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

7.6.2.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador, Progressão Salarial, Aposentadoria, Execução Honorários e “Outros”.

No total, para o 3º trimestre de 2025 foram realizados os cálculos de 164 processos, sendo a maior parte referente ao tema “outros” que representou 28% da demanda do setor. A despeito do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 105 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 3º trimestre de 2025

Modalidade	3º trimestre de 2025			
	Julho	Agosto	Setembro	Total
Lei nº 7.807	2		1	3
Cálculo contador	13	8	2	23
Danos Morais	1			1
Exec. Honorarios	3	2	2	7
Outros	51	17	14	82
Pensão por morte	6	13	11	30
Piso Salarial	6	1	7	14
Progressão Funcional		3	1	4
Total	82	44	38	164

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o Igepps reconheceu a quantia devida de R\$ 18.055.074,79 (dezoito milhões cinquenta e cinco mil e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do Igepps compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 3º trimestre de 2025, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$ 19.513.869,69 (dezenove milhões quinhentos e treze mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos) de valor executado; R\$ 18.055.074,79 (dezoito milhões cinquenta e cinco mil e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos) de valor calculado e R\$ 3.809.034,62 (três milhões oitocentos e nove mil e trinta e quatro reais e

sessenta e dois centavos) de Excesso. Na Tabela a seguir estão apresentados em suma, esses valores que foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do Igepps se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

Tabela 106 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 3º trimestre de 2025

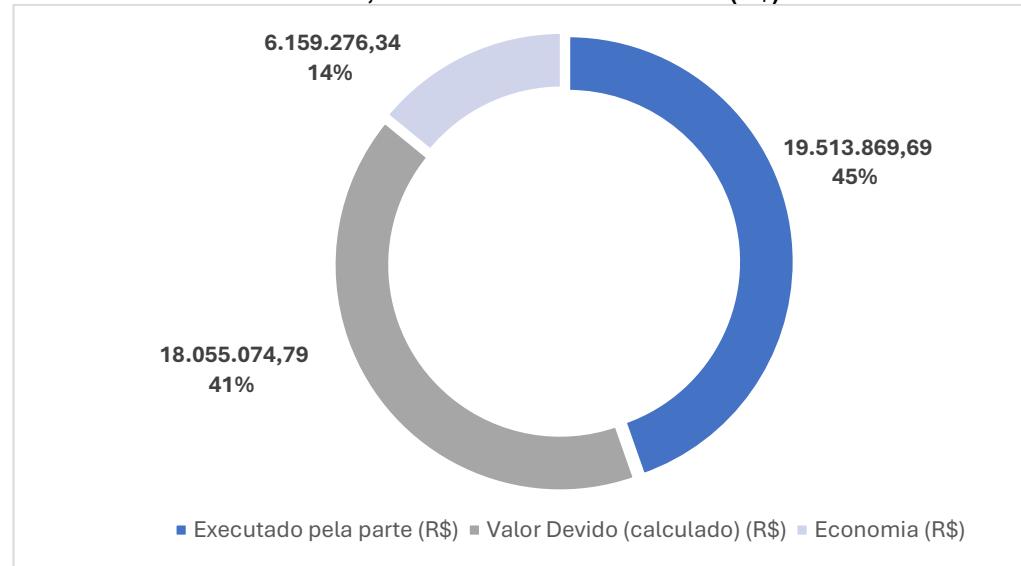
Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Julho	Lei nº 7.807	329.573,84	551.377,51	
	Aposentadoria	13.617.674,60	1.281,49	13.616.393,11
	Cálculo contador	6.593.961,41	4.707.102,98	1.897.589,79
	Outros	1.047.533,37	1.223.798,79	99.777,07
	Pensão por morte	23.547.897,69	2.936.193,57	20.848.745,31
	Piso salarial	121.440,00	184.886,57	
	Exe. Honorários	30.929,76	29.829,17	1.100,59
	PC	30.957,48	-6.475,64	37.433,12
	Progre. Funcional	112.329,97	1.510,25	110.819,72
	RPV	6.193,01	6.193,01	
Total		45.438.491,13	9.635.697,70	36.611.858,71
Agosto	Lei nº 7.807	187.888,93	171.558,26	16.330,67
	Lei nº 8.229	125.256,43	53.641,31	71.615,12
	Cálculo contador	824.422,42	753.148,97	71.304,66
	Danos Morais	26.803,82	25.949,10	1.516,62
	Outros	2.186.523,89	1.812.288,73	661.809,84
	Pensão por morte	6.823.771,59	4.605.182,91	2.745.795,22
	Piso salarial	77.926,36	30.680,41	47.245,95
Total		10.252.593,44	7.452.449,69	3.615.618,08
Setembro		464.066,50	386.152,83	77.913,67
	Aposentadoria	219.873,69	360.827,82	
	Cálculo contador	495.167,20	486.237,26	37.995,62
	Outros	1.719.453,41	1.187.726,40	556.154,28
	Danos Morais	12.460,37	11.900,43	788,14
	Pensão por morte	11.173.441,29	-30.505,13	11.236.632,24
	Piso salarial			
	Exe. Honorários	2.004,41	2.336,60	
	PC	102.091,15	68.134,22	33.956,93
	Progre. Funcional	83.132,90	-726,49	83.859,39
Total		14.271.690,92	2.472.083,94	12.027.300,27
Total Geral		69.962.775,49	19.560.231,33	52.254.777,06

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença R\$ 3.809.954,15 (três milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos), 37% a menor do valor executado, encontrado por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e Valores calculados pelo Igepps. Esse montante será

convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 48 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 3º trimestre de 2025



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Entretanto, a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se refere apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado; é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte, quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução. Portanto, temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 107 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 3º trimestre de 2025.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Julho	7.549.660,83	7.621.889,41	3.020.766,74
Agosto	5.448.901,71	5.198.296,16	1.289.019,23
Setembro	6.515.307,15	5.234.889,22	1.849.490,37
Total	19.513.869,69	18.055.074,79	6.159.276,34

Fonte: CEXEC/ Projur/Igepps

Portanto, no 3º trimestre de 2025 houve economia ao instituto no valor de R\$ 6.159.276,34 (seis milhões cento e cinquenta e nove mil duzentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.2.3 Precatórios

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento, no entanto a partir de janeiro de 2024 o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do IGEPPS por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 02 de abril no ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte, já os precatórios inscritos após 02 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final de 2 exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto o novo subsetor está trabalhando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido a mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentaria. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer no final do exercício de 2025 em diante.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como, cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentaria para os respectivos pagamentos.

Até o 1º trimestre de 2025, foram cadastrados para fins de orçamento mais 141 processos até 02 de abril de 2024 para pagamento até o final do exercício de 2025, os já cadastrados totalizaram a estimativa de valor para pagamento em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 30.141.594,90 (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) como descrito na tabela abaixo.

Tabela 108 — Detalhamento precatórios cadastrados - 3º trimestre de 2025.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	135	20.945.851,51	28.483.240,86
Comum	2	181.131,95	290.394,25
Super preferência	4	1.326.840,13	1.367.959,79
Total	141	22.453.823,59	30.141.594,90

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

7.7 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referente à inatividade e pensão militar é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (Igepps).

Ressalta-se que compete ao Igepps a gestão dos seguintes benefícios militares: Reserva remunerada; Reforma “*ex officio*”; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (CPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, reversão ao serviço ativo, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (CPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

O Igepps é responsável pela gestão de benefícios como reserva remunerada, reforma, auxílio-acidente (Lei Complementar n.º 149/2022), pensões militares por morte, extravio e especial, além do auxílio morte (Lei Complementar n.º 149/2022).

No que tange à gestão de benefícios, continuamente são empreendidos esforços para a melhoria da rotina de análise e concessão dos benefícios protetivos sociais dos militares. Observa-se, relativa estabilidade no número de concessões de benefícios no ano 2025, reduzindo o estoque passivo e aumentando o número de concessões e análise de diversas demandas administrativas do setor.

7.7.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma

No terceiro trimestre de 2025 foram analisados o total de 338 (trezentos e trinta e oito) processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma, da seguinte forma:

- 194 (cento e noventa e quatro) concessões de processos de Reserva e Reforma, sendo 190 (cento e noventa) referente a Polícia Militar e 04 (quatro) referente ao Corpo de Bombeiros Militar;

- 122 (cento e vinte e dois) concessões de revisão de processos de Reserva e

Reforma, sendo 119 (cento e dezenove) referentes a Polícia Militar e 03 (três) referente ao Bombeiro Militar;

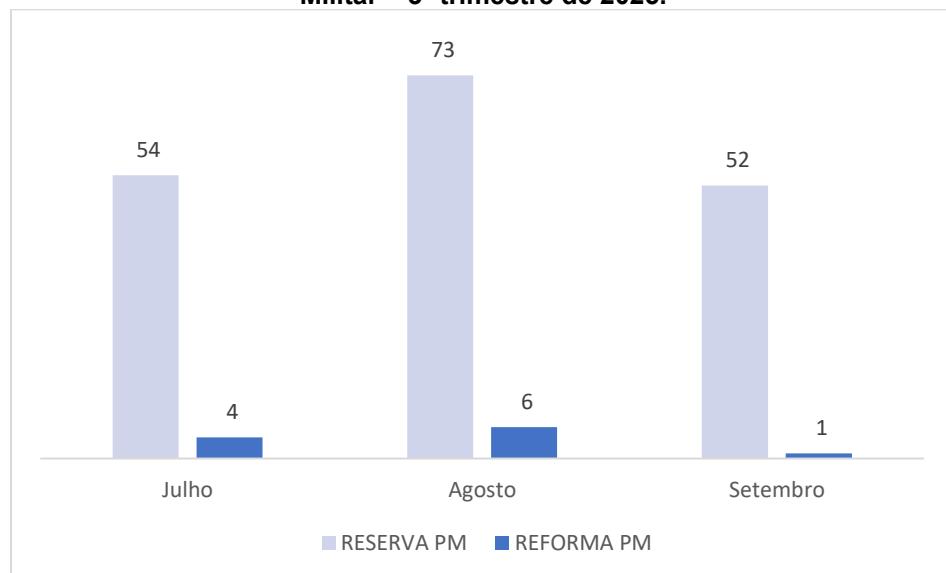
- 3 (três) concessões de reversão ao serviço ativo, sendo 1 (uma) referente a Polícia Militar e 2 (duas) referente ao Bombeiro Militar;

- 18 (dezoito) processos foram devolvidos aos órgãos de origem (PM/CBM), sendo 17 (dezessete) despachos e 1 (um) indeferimento.

Convém esclarecer que no terceiro trimestre 2025, ainda foi analisado 1 (um) processo de auxílio acidente, referente a Polícia Militar, tendo em vista a necessidade de alocação de recursos financeiros necessários ao pagamento.

Segue gráficos a seguir:

Gráfico 49 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma da Policial Militar – 3º trimestre de 2025.

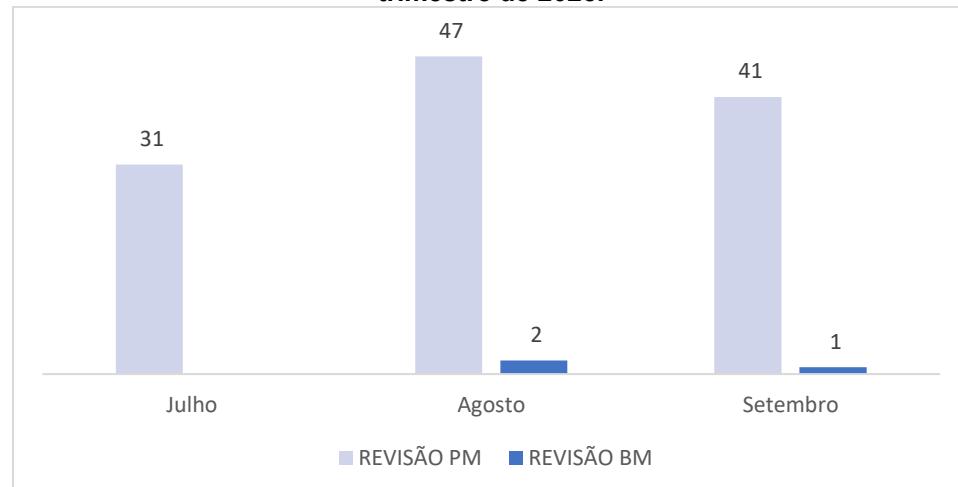


Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 50 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma dos Bombeiros Militares – 3º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 51 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 3º trimestre de 2025.

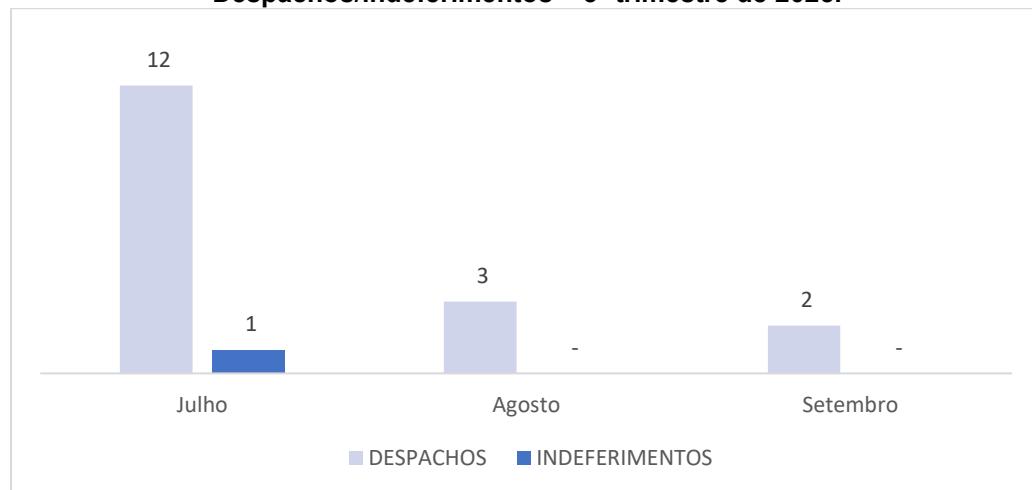
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 52 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 3º trimestre de 2025.

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 53 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Auxílio Acidente – 3º trimestre de 2025.

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

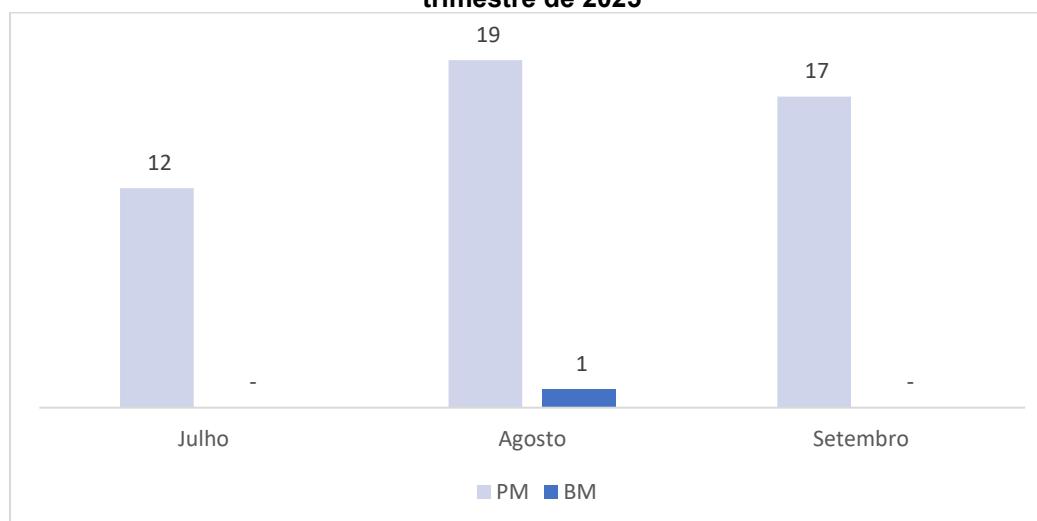
**Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Devolvidos aos órgaos de origem:
Despachos/indeferimentos – 3º trimestre de 2025.**

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.7.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte

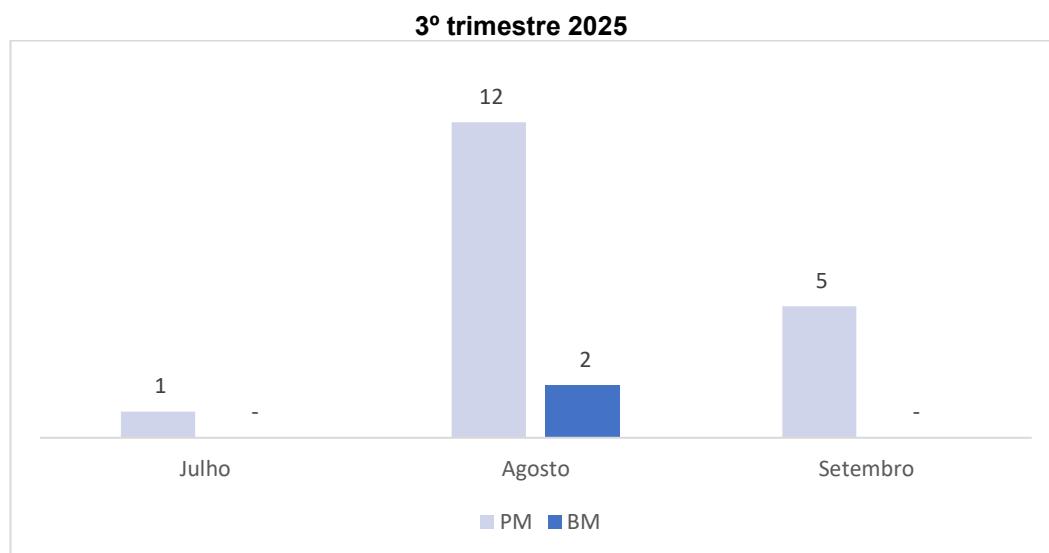
No terceiro trimestre de 2025 foram analisados o total de 94 (noventa e quatro) processos de pensão por morte militar pela CPSM-Pensão, da seguinte forma:

- 49 (quarenta e nove) concessões de pensões por morte militar, sendo 48 (quarenta e oito) processos de instituidores pertencentes à Polícia Militar e 1 (um) processo de instituidor do Corpo de Bombeiro Militar;
- 20 (vinte) revisões de pensões por morte militar, sendo 18 (dezoito) processos de instituidores da Polícia Militar e 02 (dois) processos de instituidores do Corpo de Bombeiro Militar; conforme gráfico a seguir:

Gráfico 55 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Pensão por Morte Militar – 3º trimestre de 2025

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 56 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Revisão Pensão por Morte Militar –



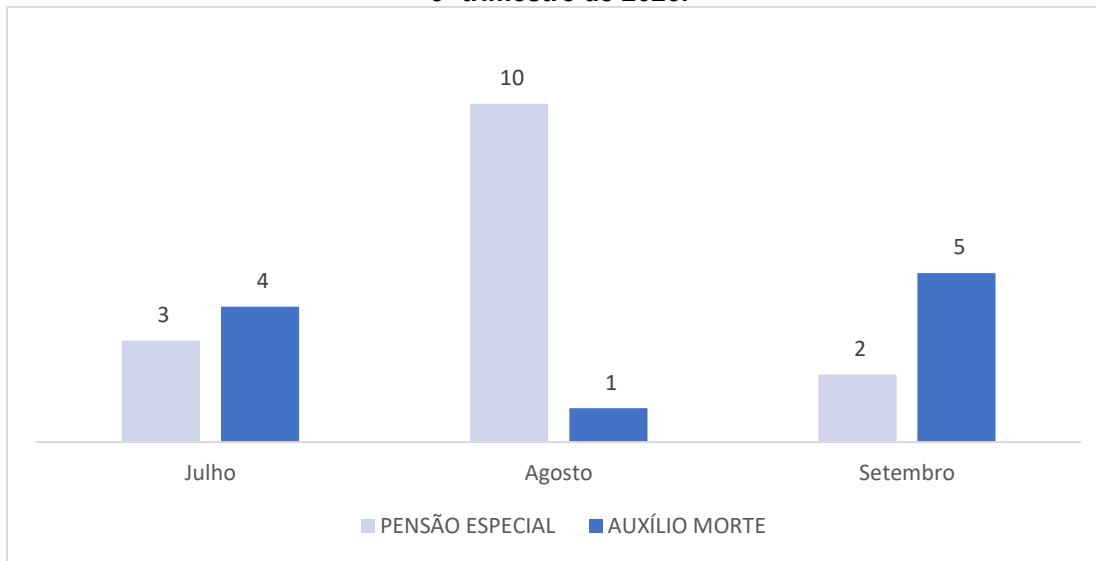
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.7.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Especial e Auxílio Morte

Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº 149/2022. Além disso, os beneficiários de pensão militar especial têm direito ao pagamento de auxílio-morte, após o registro da mencionada aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme previsto no artigo. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor CPSM/PENSÃO.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Geral do Estado para análise e emissão de parecer jurídico. Após a aprovação, os autos são enviados à Casa Civil para elaborar o Decreto concessório e, em seguida, para o registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos à Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 3º trimestre de 2025 foram concedidos em sistema 15 (quinze) processos de pensão militar especial e 10 (dez) processos de auxílio-morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 57 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 3º trimestre de 2025.

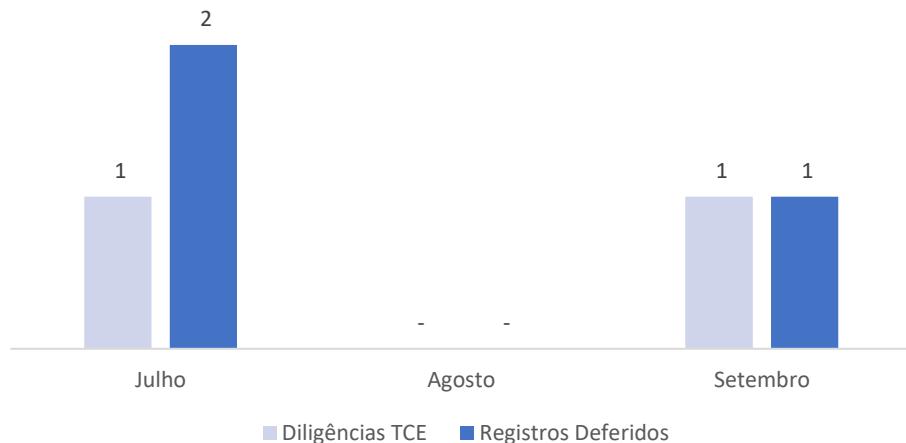
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.7.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA

No ano de 2023, as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “ex officio” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares.

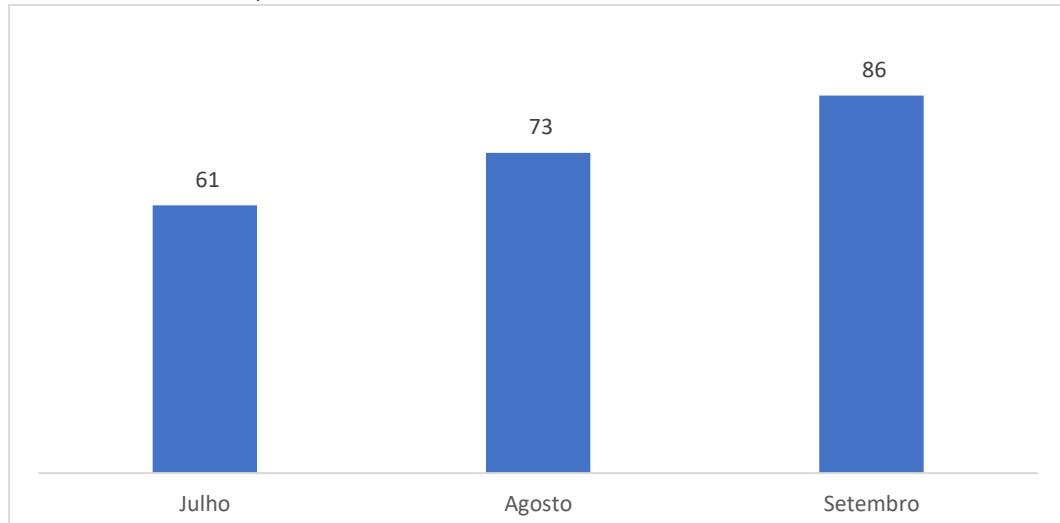
Dentre as principais funções do setor, destacam-se as análises realizadas das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, as quais os técnicos previdenciários avaliam cada demanda com atenção e verificam a medida a ser tomada com base em seus conhecimentos jurídicos sobre o assunto, fundamentando com base em pareceres, memorandos, entendimentos do Instituto, concluindo pelo acatamento ou não da determinação da Corte de Contas.

As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, o qual aquele se utiliza do Sistema e-Jurisdicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE). No gráfico a seguir, tem-se a quantidade de processos analisados no 3º trimestre de 2025, sendo 03 (três) processos devidamente registrados pela Corte de Contas e 02 (dois) processos respondidos em cumprimento de diligência, conforme a seguir:

Gráfico 58 — Quantitativo de Processos analisados – 3º trimestre de 2025.**Fonte:** EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Por fim, a Diretoria de Proteção Social dos Militares também realiza cumprimento de decisões judiciais, que podem ser a conclusão de um processo administrativo ou a implantação e/ou revisão de um benefício.

Segue abaixo a quantidade de análise referente ao ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS no 3º trimestre de 2025, dos quais constam informações de 220 (duzentos e vinte) análises/prestação de informação e cumprimento de decisão judicial, a seguir:

Gráfico 59 — Quantitativo de Processos analisados – 3º trimestre de 2025.**Fonte:** EPREV/SISPREVWEB/PJM/Igepps

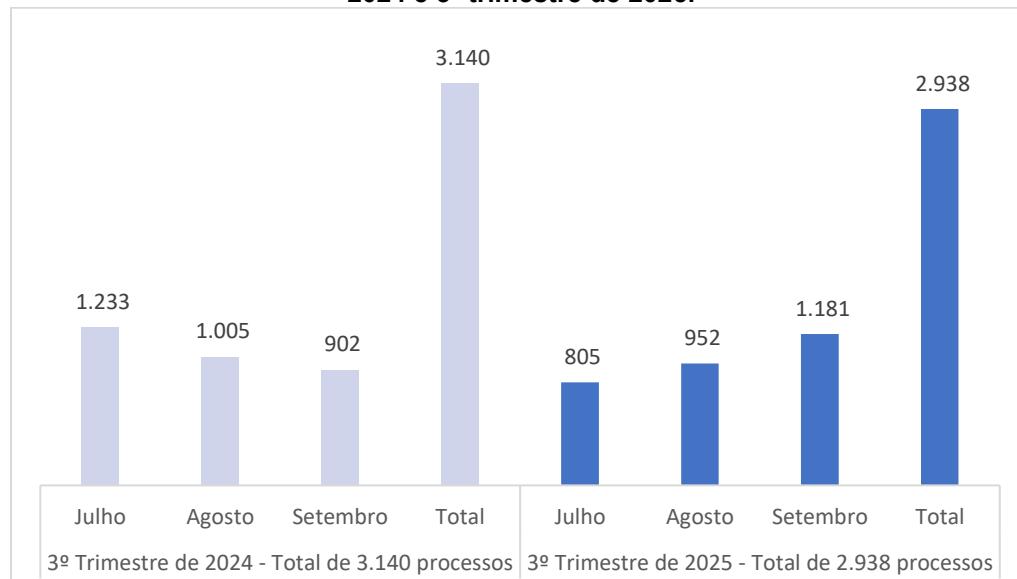
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

7.8.1 Análise de Benefícios Previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

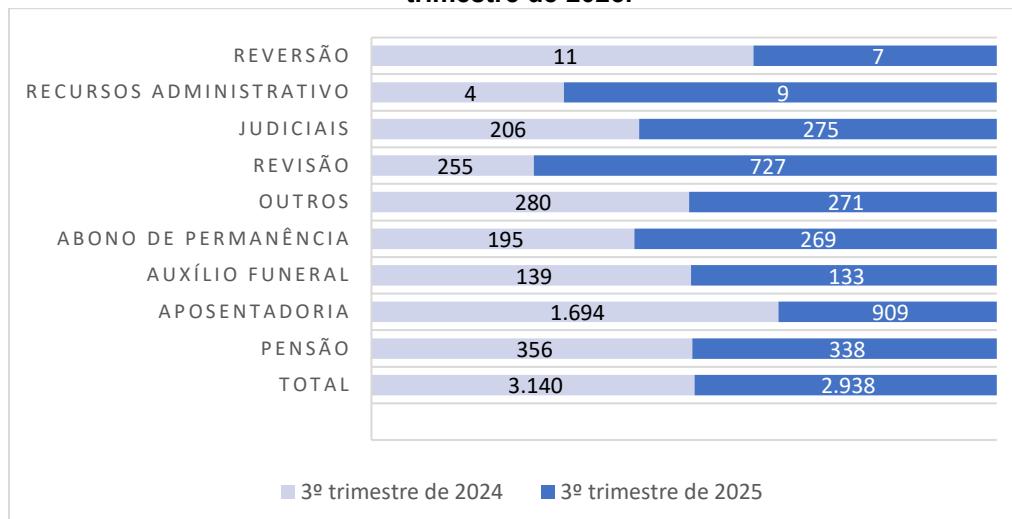
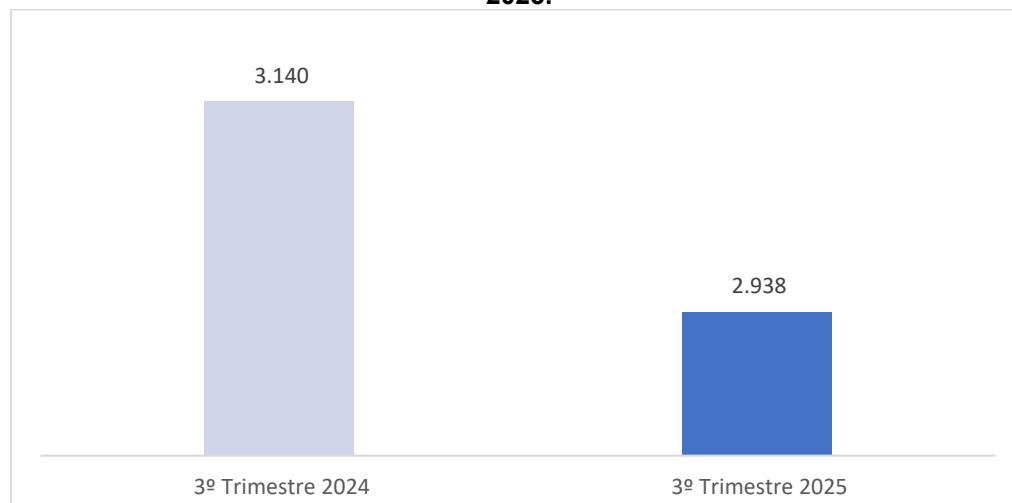
No terceiro trimestre de 2025, foram analisados 2.938 (dois mil, novecentos e trinta e oito) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, conforme o gráfico.

Gráfico 60 — Quantitativo dos processos analisados – comparativo entre o 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

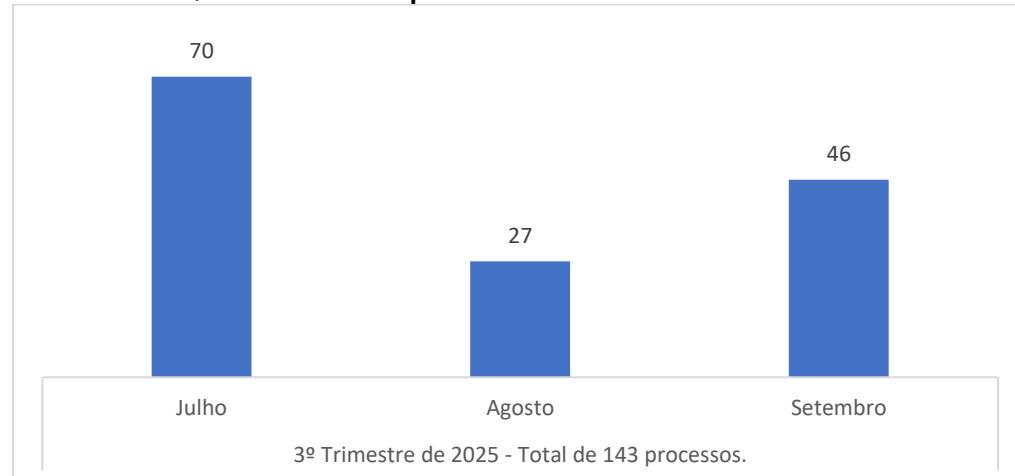
Verifica-se que o número de análises do segundo trimestre de 2025 representa uma redução de apenas 6,4% (seis vírgula quatro por cento) em relação ao número total de análises do ano anterior no mesmo período, no qual foram verificadas 3.140 (três mil, cento e quarenta) análises.

Gráfico 61 — Quantitativo por tipo de processos analisados – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.**Fonte:** SISPREV/CCHA/Igepps**Gráfico 62 — Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 3º trimestre de 2024 e 2025.****Fonte:** SISPREV/CCHA/Igepps

Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.8.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte

No 3º trimestre de 2025, a Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH) concedeu o quantitativo 143 (cento e quarenta e três) aposentadorias, conforme gráfico a seguir, o qual demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento.

Gráfico 63 — Quantitativo das aposentadorias concedidas – 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV/CCAH/Igepps

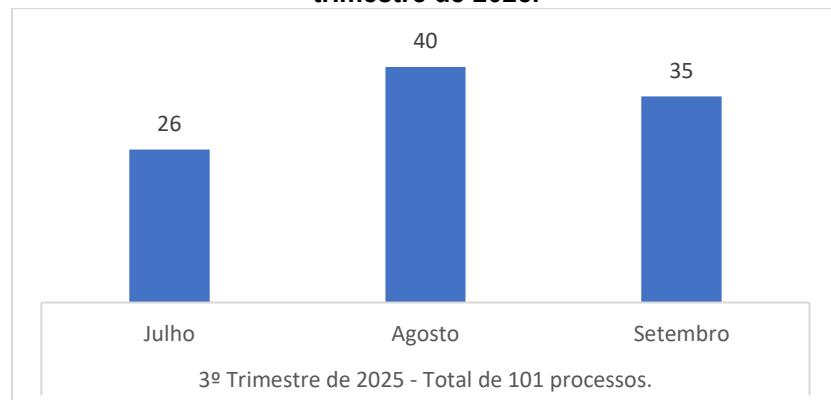
No 3º trimestre, observou-se uma redução aproximada de 80% no quantitativo de concessões realizadas. Tal variação decorre de fatores estruturais e operacionais que impactaram diretamente a capacidade de processamento dos setores envolvidos.

Em primeiro lugar, destaca-se a diminuição significativa do quadro de servidores, em razão do encerramento do contrato dos profissionais temporários em junho de 2025. Essa redução comprometeu a força de trabalho disponível para atendimento da demanda, refletindo-se diretamente no volume de análises concluídas.

Além disso, a atual gestão tem priorizado a resolução de um passivo histórico relacionado aos processos da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), que, por sua natureza mais complexa, exigem maior aprofundamento técnico e detêm um índice elevado de devoluções ao órgão de origem. Tais retornos decorrem, em grande parte, da necessidade de complementação da instrução processual, o que naturalmente amplia o tempo médio de tramitação.

Diante desse cenário, verifica-se que, sob a perspectiva quantitativa, há uma redução expressiva nos números. Contudo, qualitativamente, o Instituto tem direcionado esforços para o aprimoramento estrutural da análise previdenciária, com vistas à correção de gargalos históricos e à redução efetiva do passivo ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de uma estratégia de gestão orientada à melhoria contínua, priorizando a robustez e a segurança jurídica dos atos praticados, ainda que isso implique, temporariamente, números mais modestos de concessões.

Essa abordagem evidencia um compromisso institucional com a sustentabilidade previdenciária, a eficiência administrativa e a conformidade dos procedimentos, reforçando a governança e a responsabilidade na gestão pública.

Gráfico 64 — Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Registra-se a redução em aproximadamente 17% (dezessete por cento) no número de concessões em comparação ao primeiro trimestre de 2024, no qual foram deferidas 122 (cento e vinte e dois) pensões de competência da CCAH, que se relaciona com as mudanças de gestão do setor, que passou por adaptações de novas rotinas.

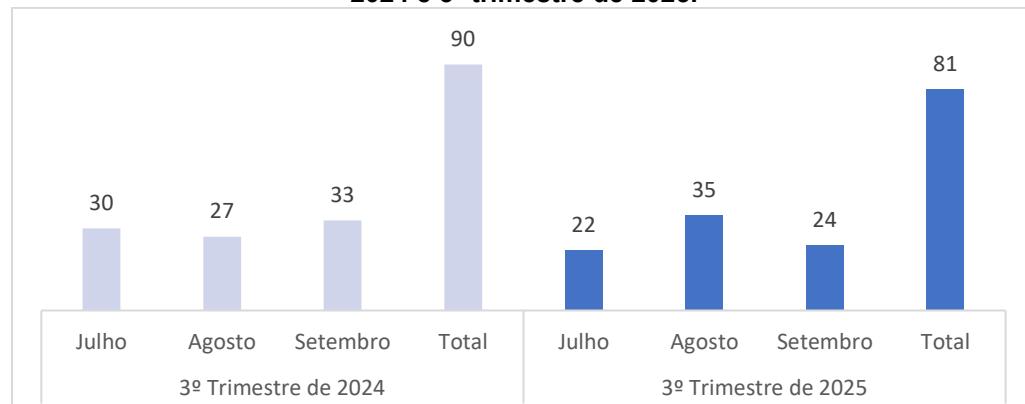
O tempo médio de análise se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

7.8.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 3º trimestre de 2025, foram 133 (cento e trinta e três) processos de auxílios funerais analisados e 81 (oitenta e um) foram deferidos, como demonstrado no gráfico a seguir.

Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com 26 (vinte e seis) processos nesse setor, sendo todos com entrada no mês de novembro/2026.

Ao comparar o dado apresentado com o terceiro trimestre de 2024, houve uma redução de 10% (dez por cento) nos deferimentos.

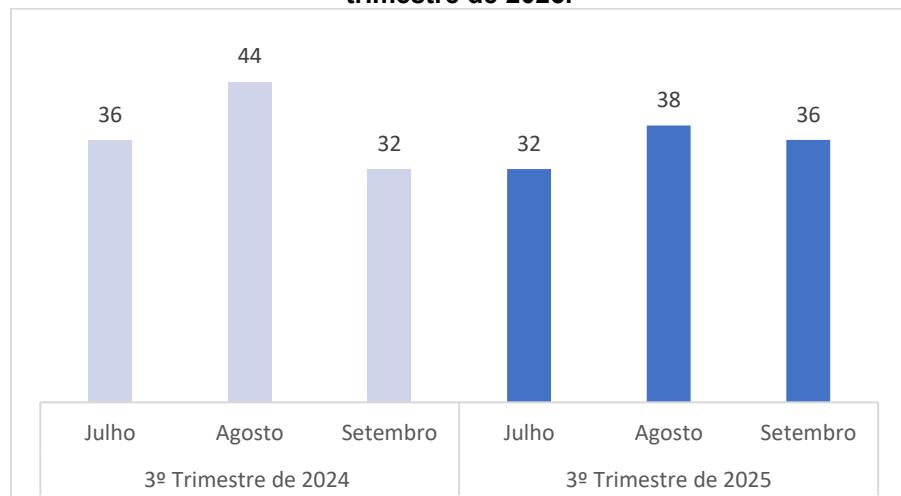
Gráfico 65 — Comparativo do quantitativo dos auxílios funerais concedidas 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

7.8.4 Abono Permanência

No 3º trimestre de 2025, foram analisados 269 (duzentos e sessenta e nove) pedidos de abonos de permanência, sendo 106 (cento e seis) deles deferidos, distribuídos por mês/calendário, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 66 — Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

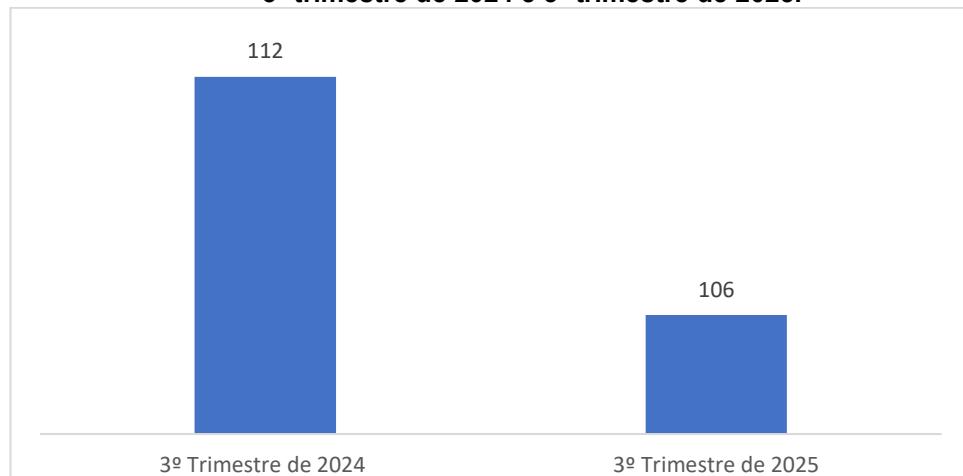


Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Salientamos ainda que o passivo do abono de permanência permanece sob controle, contando com 98 (noventa e oito) processos para análise (parte desses processos encontram-se aguardando ajustes pelo SISPREV, cujos chamados já se encontram em andamento).

Gráfico 67 — Comparativo do quantitativo de abonos de permanência concedidos no – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

7.8.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará

A folha de pagamento do Igepps atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos via folha de pagamento.

No presente relatório serão apresentados os cinco itens anteriormente expostos no período de julho a setembro de 2025, com a exposição de comparações de períodos em 2024.

7.8.6 Vacâncias

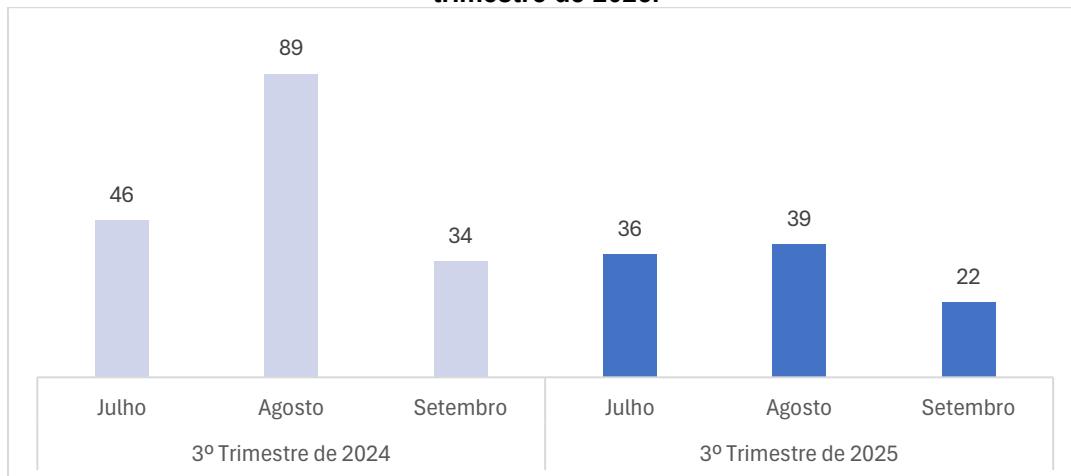
7.8.6.1 Vacâncias de Beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância ocorre quando algum benefício é finalizado na folha de pagamento, sendo os motivos diversos, os quais serão analisados em seguida.

Em relação ao quantitativo na folha de inativos para o terceiro trimestre de 2024, no mês de julho do mesmo ano houve a indicação de 46 (quarenta e seis), em agosto 89 (oitenta e nove) e em setembro 34 (trinta e quatro).

Em relação ao quantitativo na folha de inativos para o terceiro trimestre de 2025, no mês de julho de 2025, o sistema indicou 36 (trinta e seis), em agosto indicou 39 (trinta e nove) e em setembro 22 (vinte e dois).

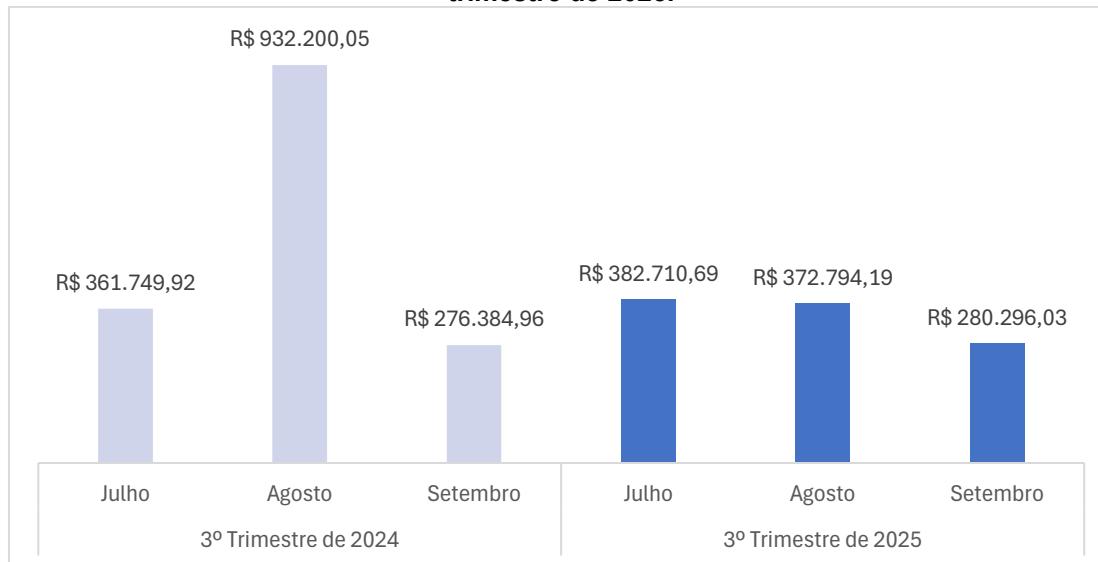
Gráfico 68 — Comparativo da Quantidade de Vacância – Inativos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Em relação a valores economizados em folha, no terceiro trimestre de 2024, as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante de R\$ 1.570.334,93 (um milhão quinhentos e setenta mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), com 169 (cento e sessenta e nove) casos, enquanto que no terceiro trimestre de 2025 foi registrado o montante de R\$ 1.035.800,91 (um milhão trinta e cinco mil e oitocentos reais e noventa e um centavos), com quantitativo de 97 (noventa e sete) casos.

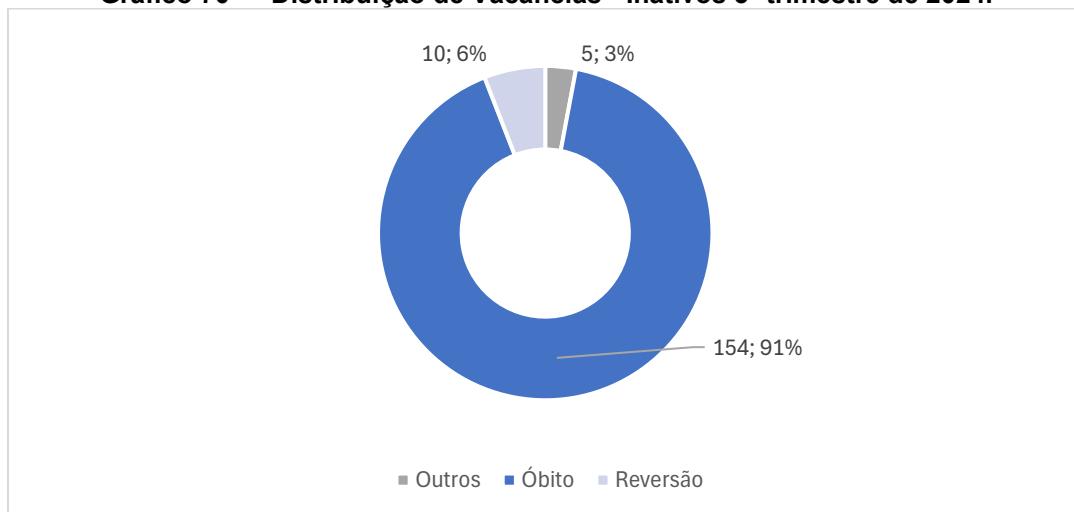
Gráfico 69 — Distribuição de Valores de Vacâncias - Inativos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



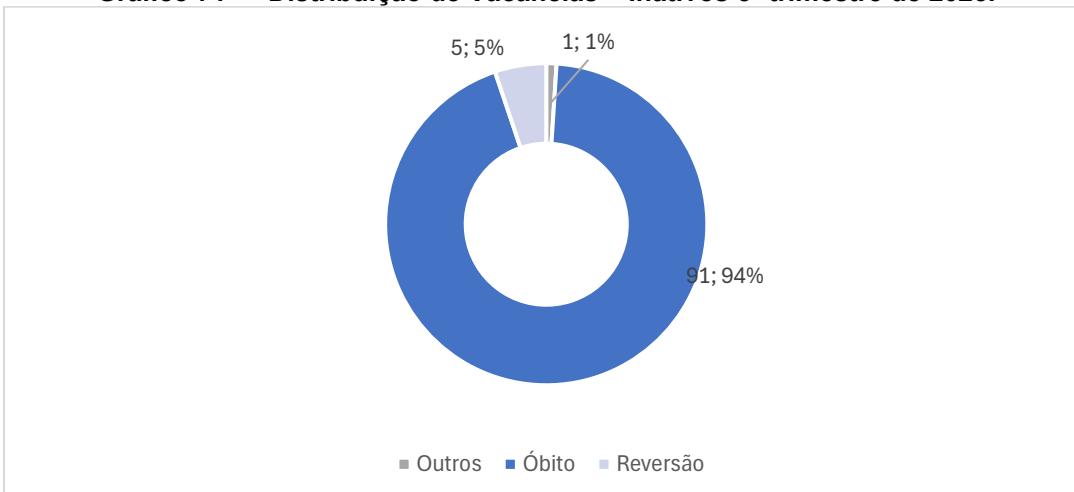
Fonte: SISPREV – CCOB/DIPRE/Igepps

No que diz respeito aos motivos de vacância, dos números apresentados no 3º trimestre de 2024 para os inativos, 91% (noventa e um por cento) versam sobre casos de óbito, 6% (seis por cento) acerca de reversão ao serviço ativo e 3% (três por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros).

No que diz respeito aos motivos de vacância, dos números apresentados no 3º trimestre de 2025 para os inativos, 94% (noventa e quatro por cento) versam sobre casos de óbito, 5% (cinco por cento) acerca de reversão ao serviço ativo e 1% (um por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), vejamos:

Gráfico 70 — Distribuição de Vacâncias - Inativos 3º trimestre de 2024.

Fonte: SISPREV – CCOB/DIPRE/Igepps

Gráfico 71 — Distribuição de Vacâncias – Inativos 3º trimestre de 2025.

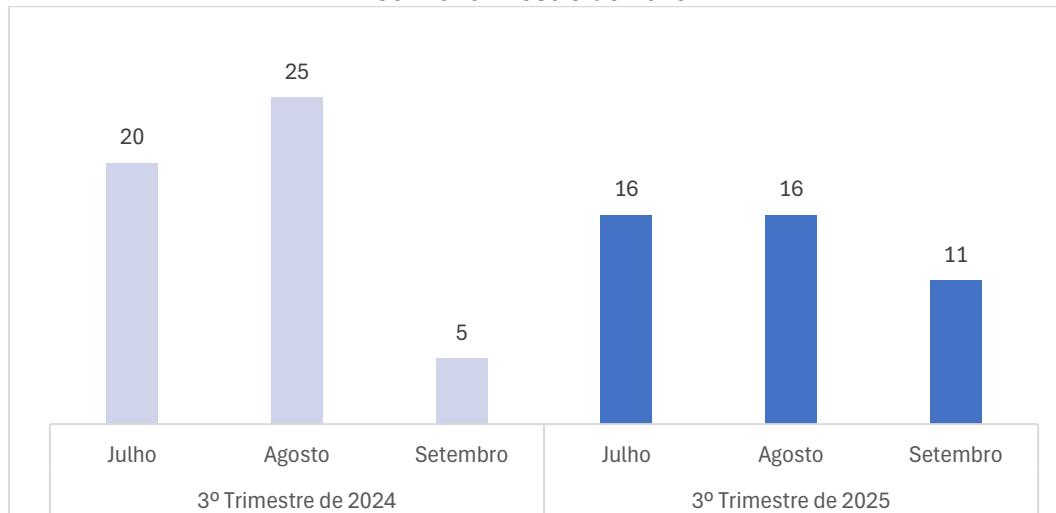
Fonte: SISPREV – CCOB/DIPRE/Igepps

Esses números referem-se, também, ao cruzamento mensal das informações da base de dados do sistema SISPREV com os dados fornecidos pelo Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI) que foi substituído pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC).

7.8.6.2 Vacâncias de Beneficiários – Pensão por Morte

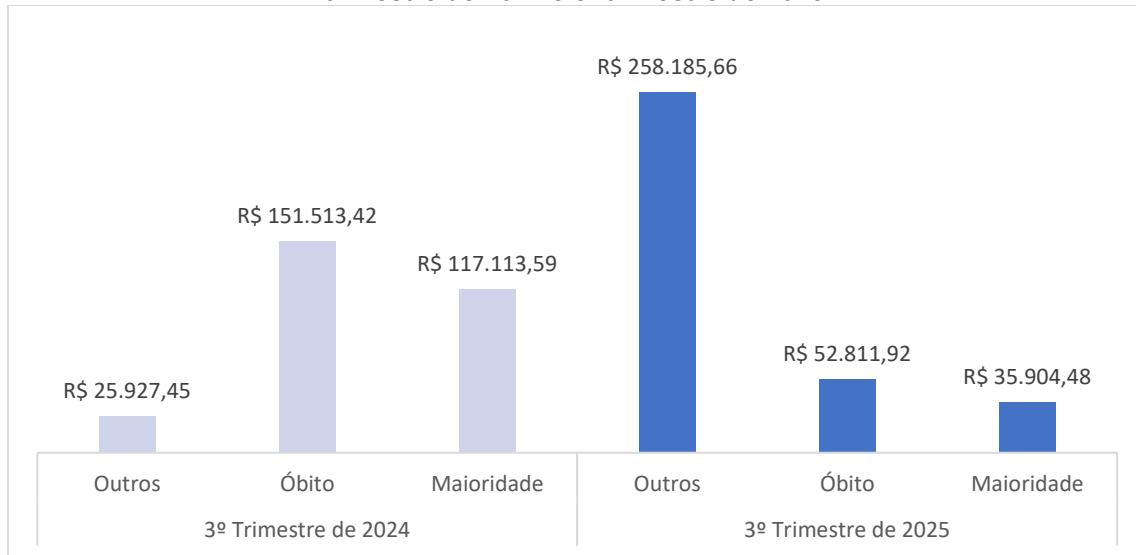
No tocante aos benefícios de pensão por morte do terceiro trimestre de 2024, o mês de julho de 2024 totalizaram 20 (vinte) casos, em agosto foram 25 (vinte e cinco), e 05 (cinco) para o mês de setembro de 2024.

No tocante aos benefícios de pensão por morte do terceiro trimestre de 2025, o mês de julho de 2025 totalizaram 16 (dezesseis) casos, em agosto foram 16 (dezesseis), e 11 (onze) para o mês de setembro de 2025.

Gráfico 72 — Comparativo da Quantidade de Vacâncias - Pensão por Morte - 3º trimestre de 2024 com 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No que tange a valores economizados, quanto à vacâncias de pensão por morte, temos o total de R\$ 346.902,06 (trezentos e quarenta e seis mil novecentos e dois reais e seis centavos) para o terceiro trimestre de 2024 e R\$ 294.554,46 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) para o terceiro trimestre de 2025, assim distribuídos: R\$ 151.513,42 para óbitos, R\$ 117.113,59 por motivo de maioridade e R\$ 25.927,45 para outros motivos.

Gráfico 73 — Distribuição de Valores de Vacâncias - Pensão por Morte – Comparaçao do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

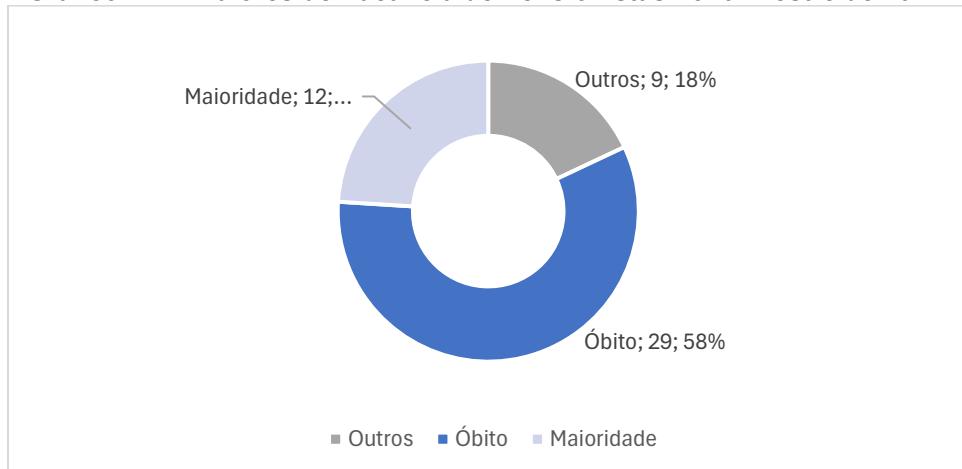
Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Em relação aos motivos de vacâncias, considerando os números do terceiro trimestre de 2024, 65% (sessenta e cinco porcento) versam sobre casos de óbito, 15% (quinze porcento) de maioridade e 20% (vinte porcento) não puderam ser classificados pelo sistema

SISPREV (outros).

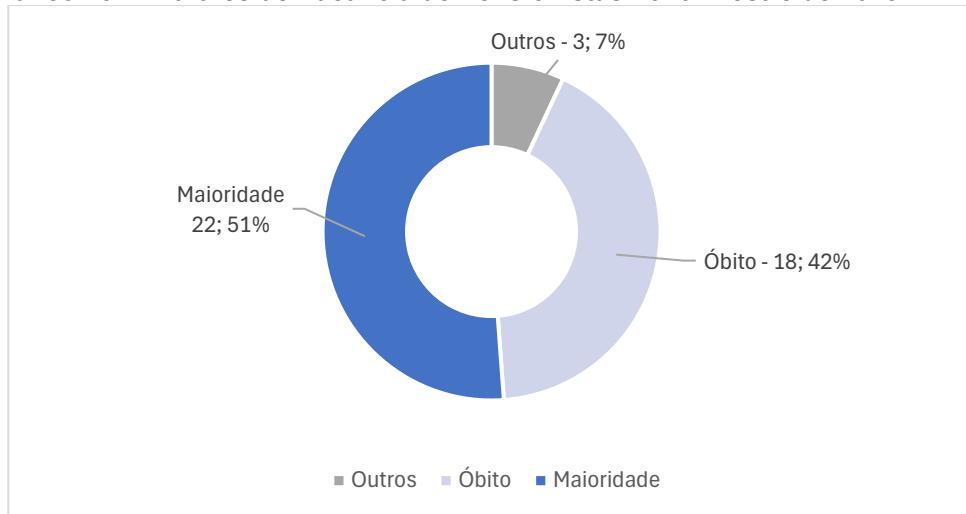
Em relação aos motivos de vacância, considerando os números do terceiro trimestre de 2025, 42% (quarenta e dois porcento) versam sobre casos de óbito, 51% (cinquenta e um porcento) de maioridade e 7% (sete porcento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), vejamos:

Gráfico 74 — Valores de Vacância de Pensionistas - 3º trimestre de 2024.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Gráfico 75 — Valores de Vacância de Pensionistas - 3º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Cita-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.8.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

No que tange a análise geral da evolução da folha de pagamento, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, indicamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho

das funções de implantação e de pagamentos de valores retroativos, com melhorias significativas e eficientes, como atualização de tabelas salariais, a criação de grupos de trabalho temporários para agilizar a análise e manutenções de processos administrativos e judiciais, propiciando pagamentos devidos e legais aos segurados em tempo hábil.

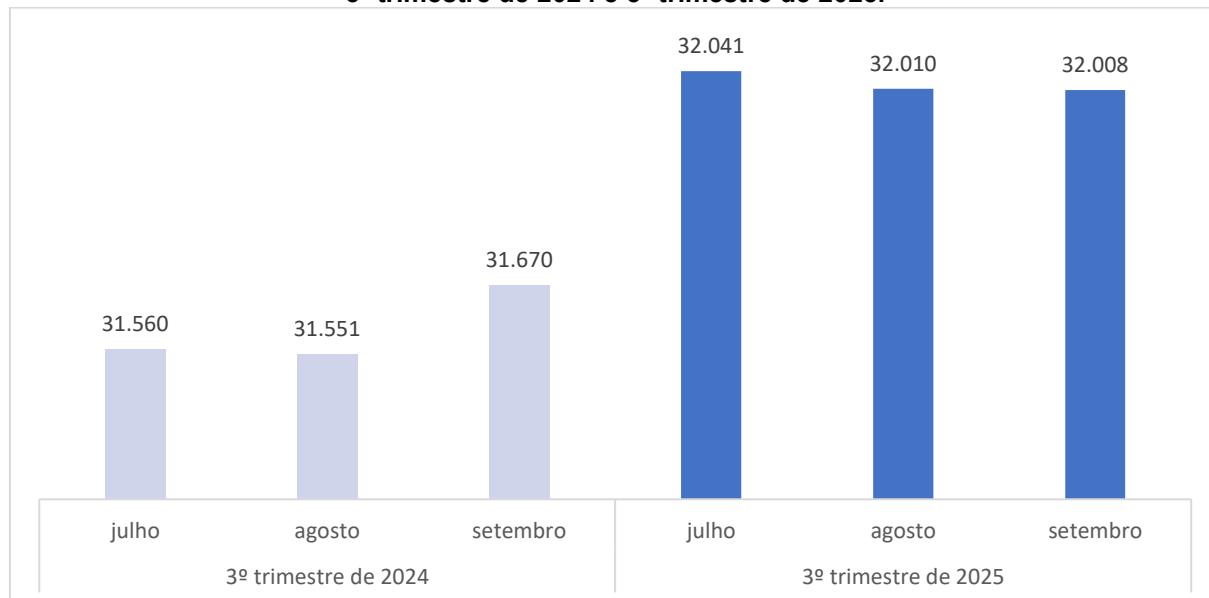
Para a demonstração dos valores realizados da folha de pagamento no ano de 2025, foram utilizados os “valores totais brutos”, excluindo os valores indicados como “outros descontos”, pois esses valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha, pois são referentes, por exemplo aos valores de redutores constitucionais.

7.8.7.1 Inativos Civis

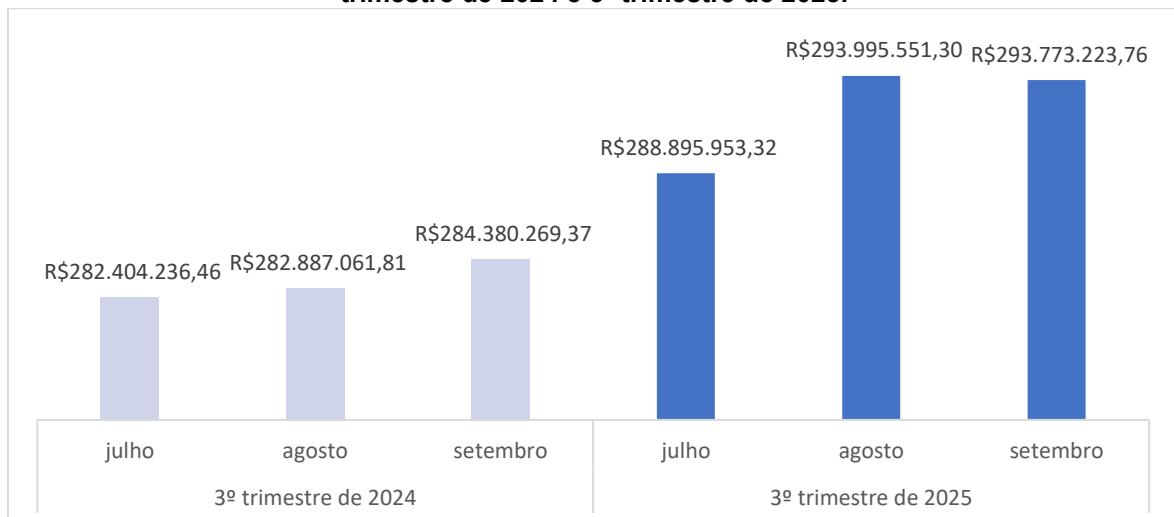
No que concerne à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos, percebe-se que, no terceiro trimestre de 2024 foram pagos o valor de R\$ 849.671.567,64 (oitocentos e quarenta e nove milhões seiscentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), com quantidade de 94.781 (noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e um) pagamentos.

Já no terceiro trimestre de 2025, foram pagos o valor de R\$ 876.664.728,38 (oitocentos e setenta e seis milhões seiscentos e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e oito mil e trinta e oito centavos), um crescimento de 4,93% (quatro ponto noventa e três porcento).

Gráfico 76 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade - Inativos Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

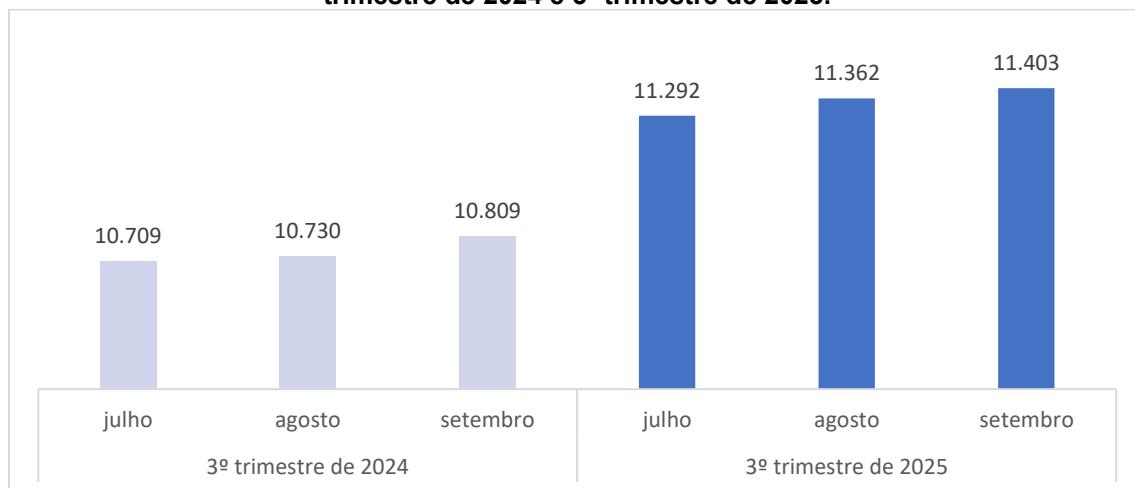
Gráfico 77 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos –valor (R\$) - Inativos Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

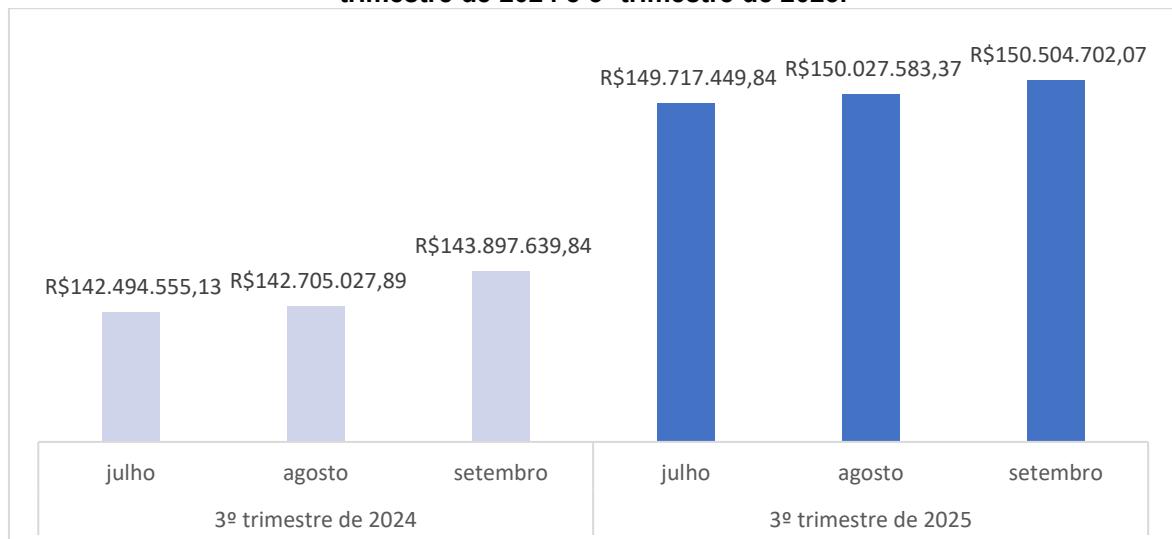
7.8.7.2 Inativos Militares

No que diz respeito à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos militares, é possível verificar que no terceiro trimestre de 2024, foram efetuados 31.248 (trinta e um mil, duzentos e quarenta e oito) pagamentos, no montante de R\$ 429.097.222,86 (quatrocentos e vinte e nove milhões, noventa e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos).

No terceiro trimestre de 2025, foram efetuados 34.057 (trinta e quatro mil e cinquenta e sete) pagamentos, na monta de R\$ 450.249.735,28 (quatrocentos e cinquenta milhões, duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e cinco reais, e vinte e oito centavos), com um acréscimo financeiro de 4,93% (quatro vírgula noventa e três porcento).

Gráfico 78 — Comparativo Folha de Pagamentos – Quantidade – Inativos Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

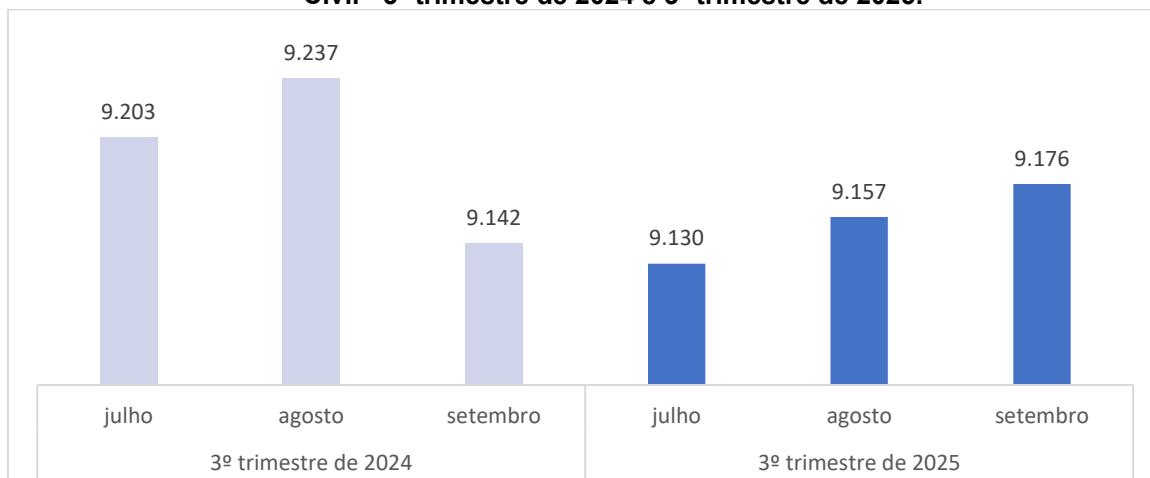
Gráfico 79 — Comparativo Folha de Pagamentos - Valores (R\$) – Inativos Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

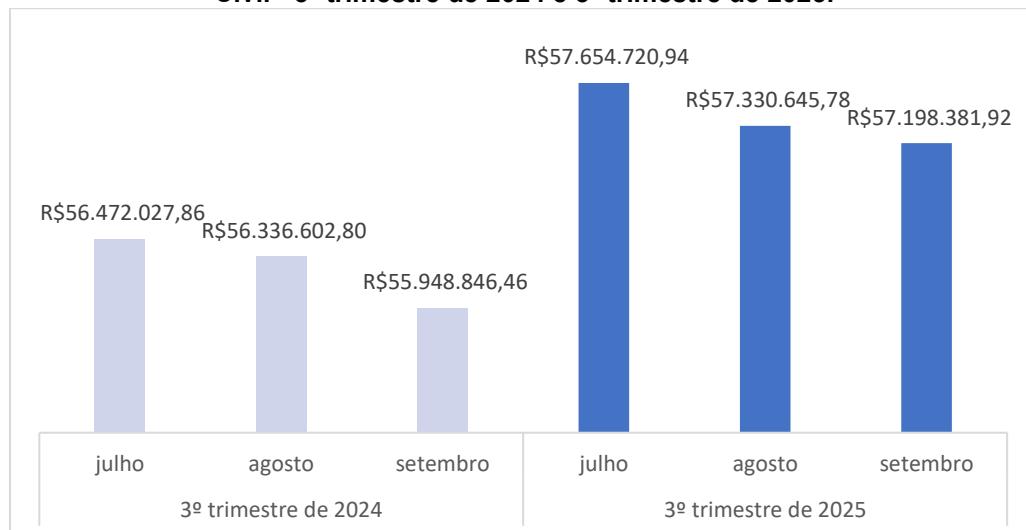
7.8.7.3 Pensionistas Civis

Com relação aos pagamentos de segurados militares civis, no terceiro trimestre de 2024 foram pagos R\$ 168.757.477,12 (cento e sessenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e doze centavos), com 27.582 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e dois) pagamentos.

No que diz respeito à evolução da folha de pagamento dos pensionistas civis, no terceiro trimestre de 2025, foram pagos R\$ 172.183.748,64 (cento e setenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), com 27.463 (vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e três) pagamentos, um crescimento financeiro de 2,03% (dois vírgula zero três porcento).

Gráfico 80 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade – Pensionista Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

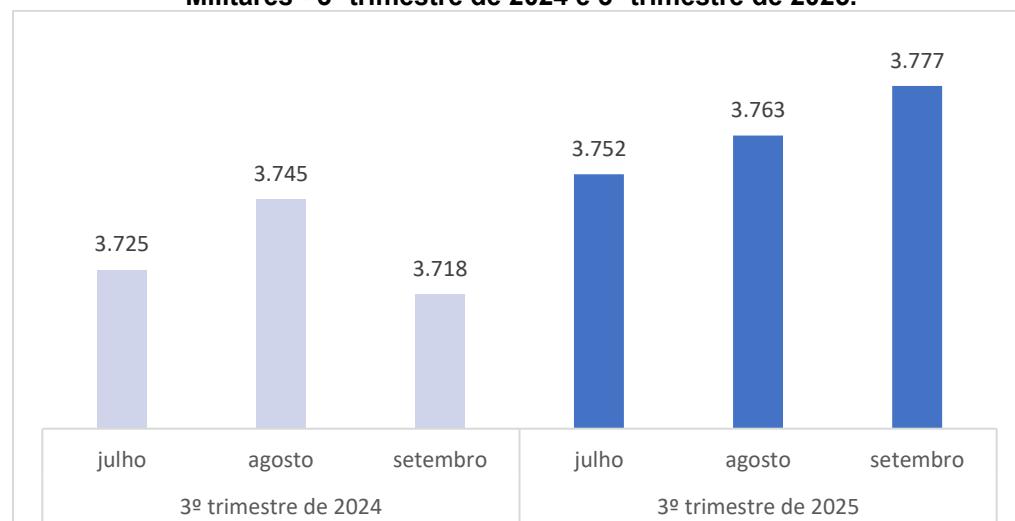
Gráfico 81 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - valores (R\$) – Pensionista Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

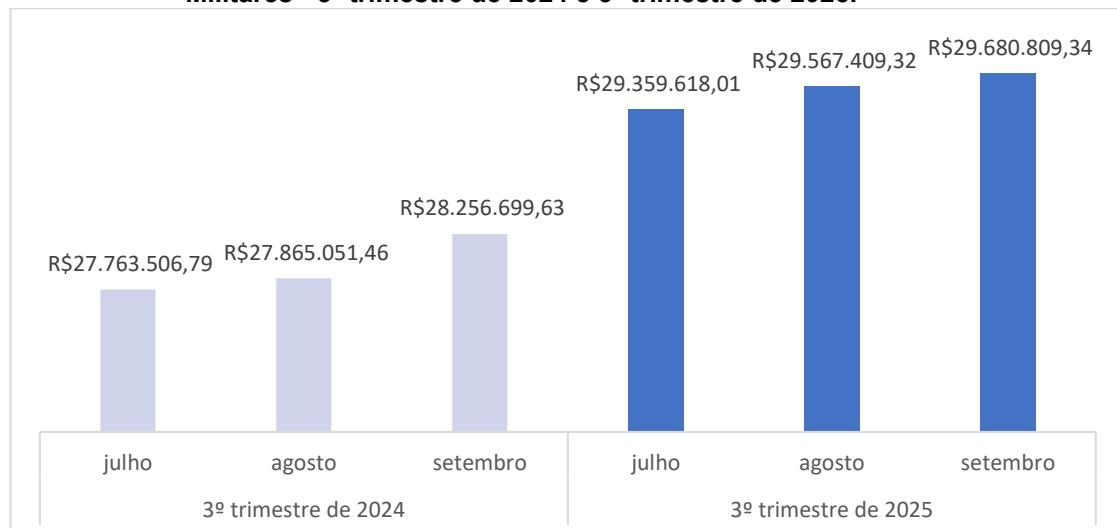
7.8.7.4 Pensionistas Militares

Quanto à evolução da folha de pagamento dos pensionistas militares, no terceiro trimestre de 2024 foram efetuados 11.188 (onze mil, cento e oitenta e oito) pagamentos com valor total de R\$ 83.885.257,88 (oitenta e três milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete reais, e oitenta e oito centavos).

No que diz respeito ao terceiro trimestre de 2025, foram efetuados 11.292 (onze mil, duzentos e noventa e dois) pagamentos com valor total de R\$ 88.607.836,67 (oitenta e oito milhões, seiscentos e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), um acréscimo financeiro de 5,63% (cinco vírgula sessenta e três porcento).

Gráfico 82 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade - Pensionista Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

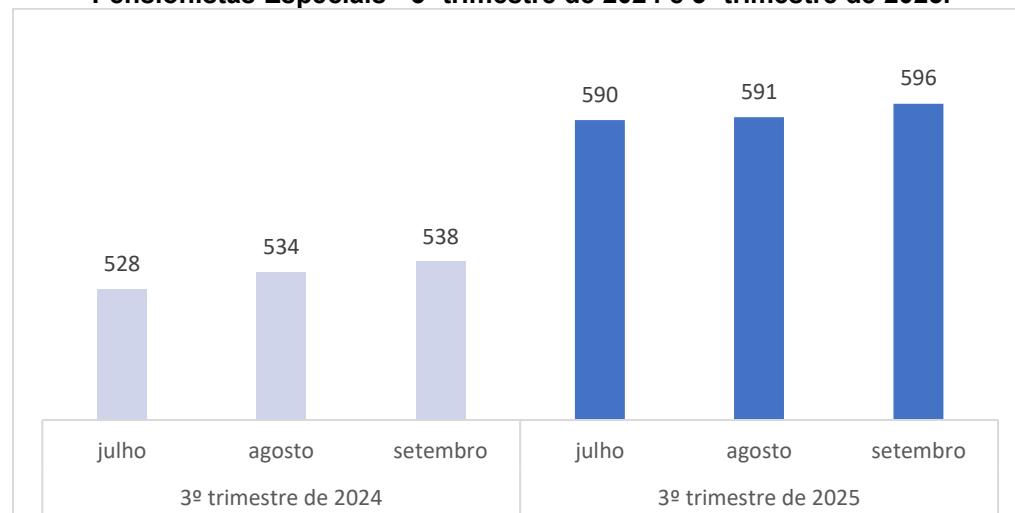
Gráfico 83 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - valor (R\$) - Pensionista Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

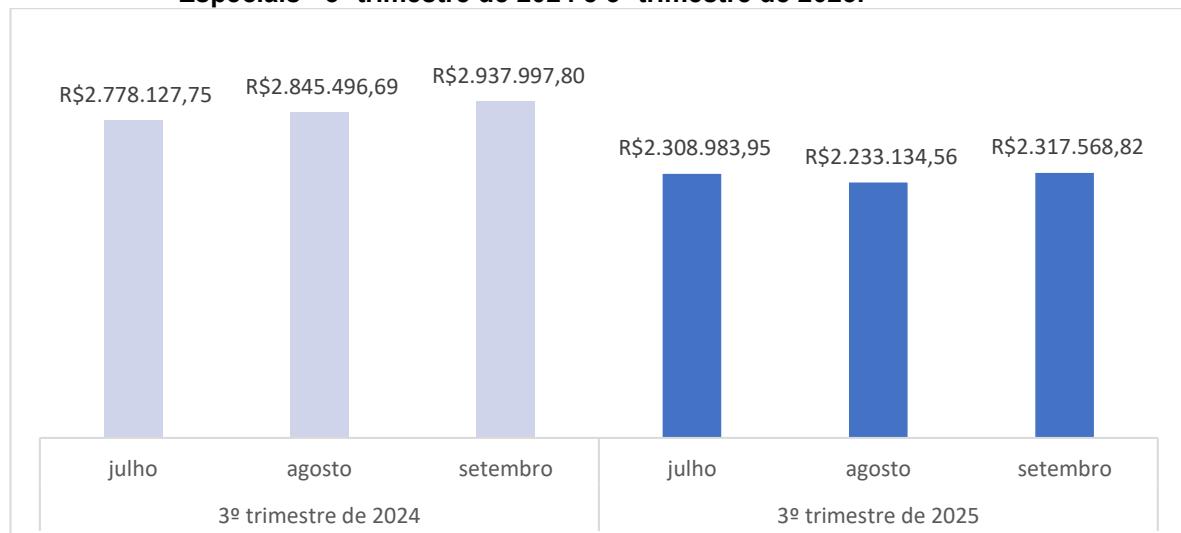
7.8.7.5 Pensionistas Especiais

Quanto à evolução da folha de pagamento dos pensionistas especiais, no terceiro trimestre de 2024, foram efetuados 1.600 (um mil e seiscentos) pagamentos com valor total de R\$ 8.561.622,24 (oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).

No que diz respeito ao terceiro trimestre de 2025, foram efetuados 1.777 (um mil, setecentos e setenta e sete) pagamentos com valor total de R\$ 6.859.687,33 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e três centavos), um acréscimo financeiro de 0,12% (zero vírgula doze porcento).

Gráfico 84 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – Quantidade (R\$) Pensionistas Especiais - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Gráfico 85 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – Valores (R\$) Pensionistas Especiais - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

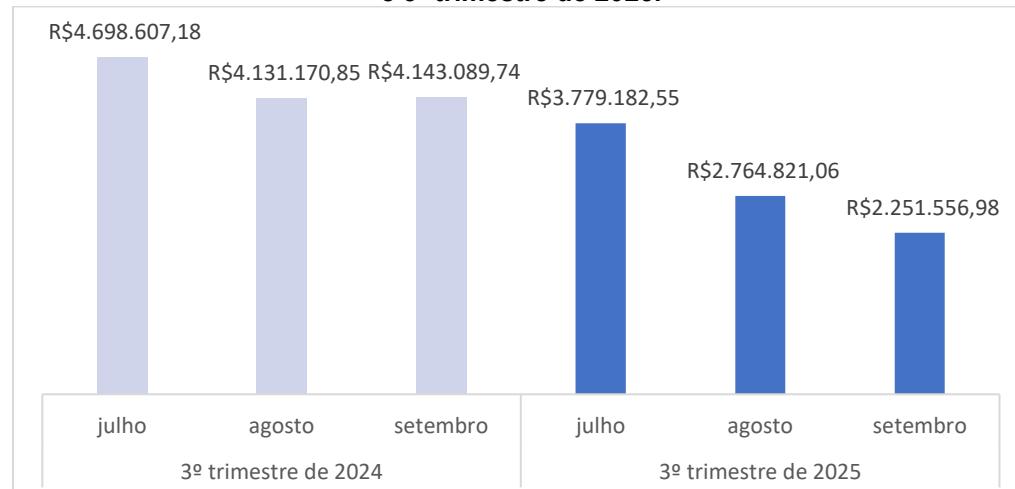
Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.8.8 Pagamento de Retroativos

7.8.8.1 Inativos

Quanto ao pagamento de valores retroativos de benefícios previdenciários inativos (aposentadoria, reserva remunerada e reforma) observa-se que no 3º trimestre do ano de 2024 foram pagos o montante de R\$ 12.972.867,77 (Doze milhões, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), com 2.511 (dois mil, quinhentos e onze) pagamentos, enquanto que no terceiro trimestre de 2025 foram pagos R\$ 8.795.560,59 (Oito milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos) com 1.416 (mil, quatrocentos e dezesseis) pagamentos.

Dessa forma, expomos todos os valores, mensalmente, no gráfico abaixo:

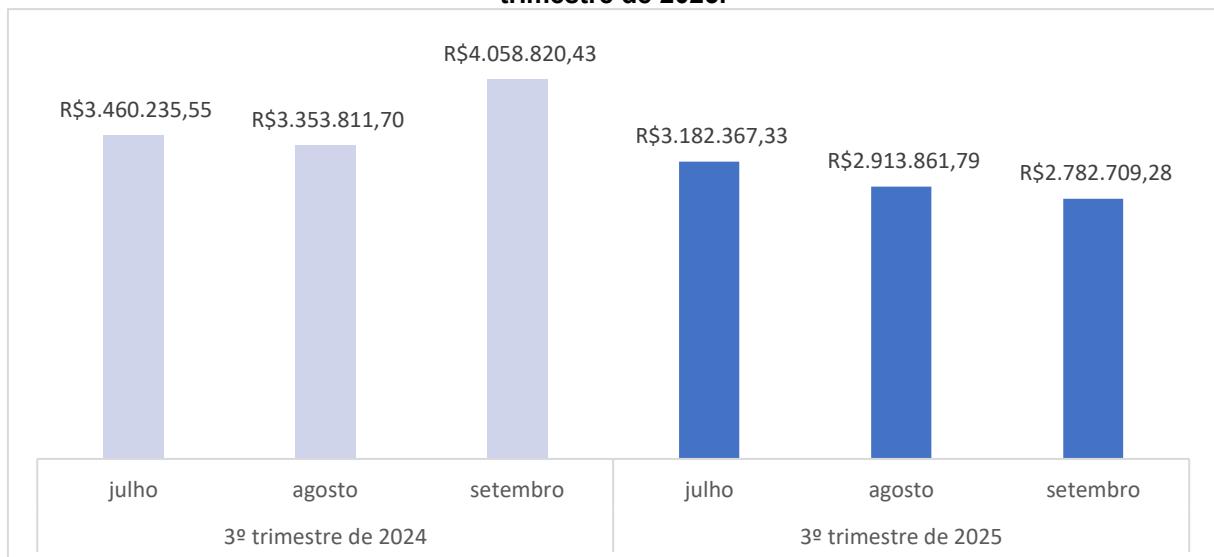
Gráfico 86 — Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – Valores - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

7.8.8.2 Pensionistas

Quanto ao recorte dos benefícios previdenciários de pensão por morte, no total foram pagos a título de retroativo, no 3º trimestre do ano de 2024, o total de R\$ 10.872.866,68 (dez milhões oitocentos e setenta e dois mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), com 1.967 (mil novecentos e sessenta e sete) pagamentos, enquanto que em 2025, no terceiro trimestre, foram realizados R\$ 8.878.938,40 (oito milhões, oitocentos e setenta e oito mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por meio de 1.134 (mil cento e trinta e quatro) pagamentos, vejamos a análise gráfica.

Gráfico 87 — Comparativo dos Retroativos de Pensão - Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

É imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tantos para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 110.1 Retroativo Ano Vigente, 145.1 Retroativo de RRA/RFB.

Diante do exposto, informamos que as demandas relacionadas aos retroativos tem sido cada vez mais constantes, entretanto, a equipe exerce suas atividades de forma árdua conseguindo executar a análise dos casos com a consequente redução do passivo.

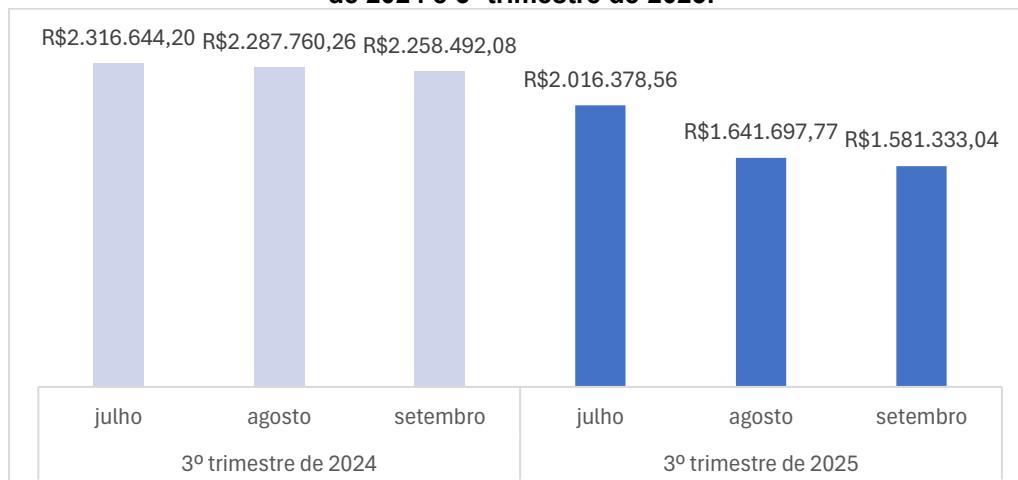
7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.8.9.1 Inativos Civis e Militares

Em referência aos valores de cumprimento de decisões judiciais de inativos, cumpre demonstrar que entre os meses de julho a setembro de 2024 foram realizados pagamentos

no valor total de R\$ R\$ 6.862.896,54 (seis milhões oitocentos e sessenta e dois mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), e no mesmo período no ano de 2025 o montante de R\$ 5.239.409,37 (Cinco milhões duzentos e trinta e nove mil quatrocentos e nove reais e trinta e sete centavos), considerando os dados apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 88 — Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

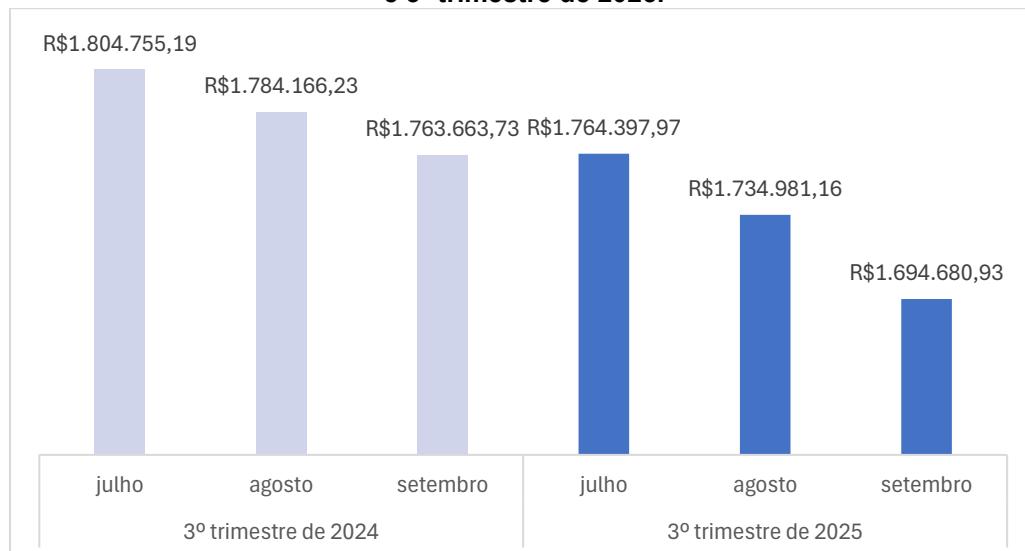


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

E ainda, em relação ao quantitativo de segurados inativos civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais no terceiro trimestre de 2024, foram concedidos 5.690 pagamentos, sendo 1.914 em julho/24, 1.892 em agosto/24 e 1.884 em setembro/24. No mesmo período de 2025, foram realizados 4.914 pagamentos para segurados, sendo que no mês de julho/25 foram 1.666 cumprimentos; no mês de agosto/25 1.677 cumprimentos, e em agosto/25 foram cumpridas 1.589 decisões judiciais.

7.8.9.2 Pensionistas Civis e Militares

No 3º trimestre do ano de 2025, que compreende aos meses de julho a setembro de 2025, o Instituto pagou o montante de R\$ 5.194.060,06 (Cinco milhões, cento e noventa e quatro mil, sessenta reais e seis centavos), conforme demonstrativo gráfico:

Gráfico 89 — Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

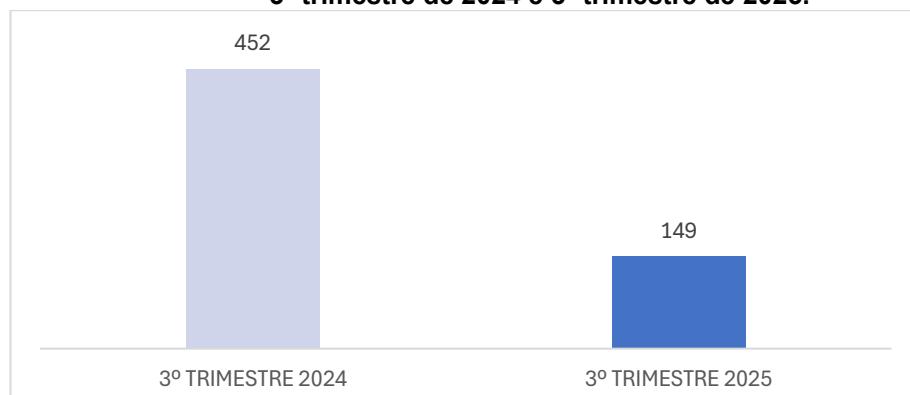
Em relação ao quantitativo de segurados pensionistas civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais no terceiro trimestre de 2024, totalizou 1.054 pagamentos, sendo 356 em julho/24, 351 em agosto/24 e 347 em setembro/24. No 3º trimestre/2025 foram realizadas 933 decisões, sendo 315 cumprimentos no mês de julho/25; 311 cumprimentos em agosto/25 e em setembro/25 com 307 cumprimentos.

7.8.10 Recuperação de Crédito

Em relação ao 3º trimestre de 2025, foram analisados 149 (cento e quarenta e nove processos) processos administrativos de recuperação de crédito. Desses:

- 41 foram instruídos e encaminhados à PROJUR, em razão da inexistência de herdeiros em folha de pagamento para viabilizar a cobrança;
- 28 processos foram arquivados, seja por apresentarem valores apurados inferiores a R\$ 1.000,00, por prescrição, ou por regularização integral do débito por meio de devolução bancária;
- 80 seguiram o trâmite regular para recuperação de crédito.

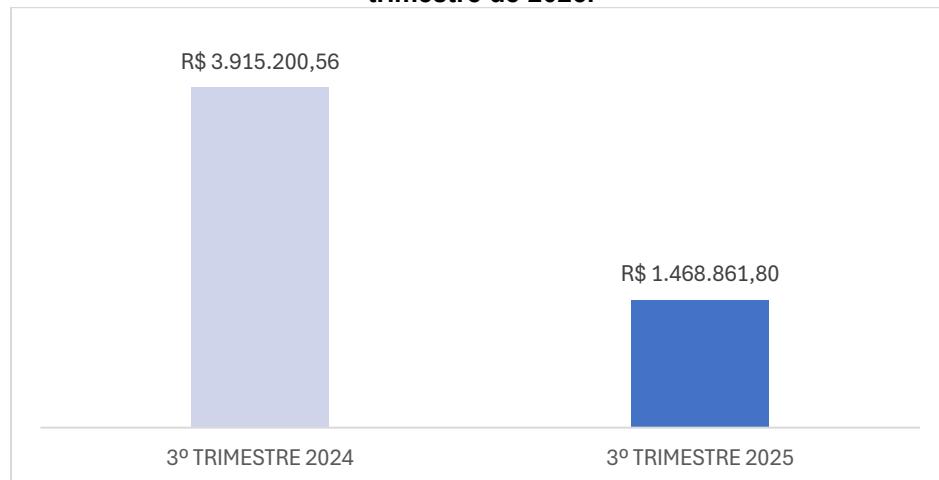
Em comparação com o terceiro trimestre de 2024, que registrou 452 análises, houve uma diminuição de aproximadamente 67%, considerando que em junho, agosto e setembro de 2025 apenas 1 técnica compunha a equipe de recuperação de crédito.

**Gráfico 90 — Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito - Análises
— 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.**

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

No terceiro trimestre de 2025, considerando 80 processos aptos à recuperação, houve devolução ao Fundo um montante total de R\$ 1.468.861,80 (um milhão quatrocentos e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).

Em comparação com o valor recuperado no ano de 2024, para o mesmo período, que totalizou R\$ 3.915.200,56 (três milhões novecentos e quinze mil duzentos reais e cinquenta de seis centavos), observou-se uma diminuição de aproximadamente 62% no valor restituído aos cofres públicos, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 91 — Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/Igepps

Diante do exposto, mesmo com a redução do corpo técnico, foi possível recuperar, neste trimestre, mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Além disso, no acumulado de janeiro a setembro de 2025, a equipe já superou, antes do encerramento do exercício, a meta anual de recuperação de valores via folha, fixada em R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

7.9 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no IGEPPS, prioritariamente, na promoção de qualidade de vida do público atendido pelo órgão. Entre as suas atribuições, realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e recebe e apura denúncias, além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

O NAPS ainda realiza atendimento psicossocial presencial e online, mediante agendamento prévio pelo SIAAG, garantindo, assim, que o público residente nas demais regiões de integração do Estado, possam ser contemplados em suas necessidades.

No período aludido, o NAPS contou com a diminuição no seu quadro funcional de uma técnica previdenciária B-psicóloga e uma estagiária de serviço social, ambas saídas motivadas por término de período contratual, estando atualmente com a seguinte composição: um coordenador, de cargo exclusivamente comissionado; duas técnicas previdenciárias B efetivas, sendo uma assistente social e uma psicóloga; uma técnica previdenciária B – assistente social temporária, proveniente de processo seletivo; uma assistente administrativo, vinculada à empresa terceirizada; e uma estagiária de psicologia.

7.9.1 Atendimentos Psicossociais

Consiste no atendimento realizado por uma servidora técnica previdenciária do NAPS (assistente social ou psicóloga) aos interessados e/ou beneficiários, com o objetivo de garantir o acesso aos direitos previdenciários, viabilizando a resolução de possíveis entraves no andamento dos processos que tramitam neste Instituto. Este serviço ocorre ininterruptamente desde 2020, duas vezes na semana, sendo às terças-feiras atendimento presencial e às quartas-feiras atendimento online (realizado através de sala multimídia disponibilizada para este fim nas agências do Igepps).

No terceiro trimestre de 2025, foram realizados 27 atendimentos.

7.9.2 Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar, institucional e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial em casos de processos de solicitação de pensão por morte, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam de óbito, de nova união ou de não convivência marital. Para o período aludido, foram realizadas 02 diligências na região metropolitana de Belém, 07 nas demais regiões de integração e nenhuma interestadual.

No mesmo período do ano anterior foram registradas 42 diligências na região metropolitana e 17 nas demais regiões de integração.

Cabe ressaltar que no 3º trimestre o NAPS dispunha de apenas uma técnica previdenciária B responsável pela realização de diligências, tendo está em gozo de férias durante 15 dias do período supracitado.

7.9.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é responsável por receber e verificar denúncias de nova união, de óbito, e de não convivência marital. A investigação de denúncia de nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que constituíram nova relação de união estável após o óbito do(a) instituidor(a). Já a apuração das denúncias de não convivência marital visa verificar se o beneficiário de pensão por morte estaria, de fato, enquadrado na condição de dependente previdenciário desde o início da percepção do benefício. A denúncia de óbito visa verificar a veracidade da informação sobre a possível morte de um segurado e a não comunicação ao Instituto por parte de familiares.

No terceiro trimestre de 2025 foi apurada 01 denúncia de nova união e nenhuma de óbito. A gestão prioriza a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência.

No mesmo período de 2024 foram apuradas 10 denúncias de nova união e 47 de óbito, ressaltando-se o alto número de apuração de óbitos ter sido em decorrência de demanda que estava aguardando análise.

7.9.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte direcionados ao NAPS são os que carecem de provas documentais para a comprovação da qualidade de dependente previdenciário, especialmente, no que se refere à confirmação de existência de relação marital entre as partes. Como se trata a conclusão da análise da concessão do benefício diferentemente dos outros processos destinados ao NAPS, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 06 estudos psicossociais em processos de pensão por morte concluídos.

No terceiro trimestre de 2024 foram realizados 09 estudos psicossociais para a mesma finalidade.

7.9.5 Relatórios Técnicos

Os Relatório Técnicos figuram como resultado dos estudos psicossociais realizados, produzidos por técnica previdenciária B. No terceiro trimestre de 2025 foram produzidos 07 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais.

No mesmo período do ano de 2024 foram concluídos e produzidos 19 relatórios técnicos.

7.9.6 Educação Previdenciária

As ações, projetos e programas estão relacionados com vários temas referentes à promoção da cidadania previdenciária, à qualidade de vida, envelhecimento ativo e bem-estar dos segurados. Nesse sentido, essas atividades se inserem no escopo da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão.

No terceiro trimestre foram realizadas as seguintes ações:

a) Projeto valor em cada história

Atividade iniciada no trimestre anterior, consiste em um evento voltado à valorização do servidor público estadual em homenagem solene para entrega de portarias de aposentadorias. Foram realizadas duas cerimônias solenes de entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém-aposentados: no mês de agosto de 2025, participaram 15 pessoas; em setembro de 2025, cerca de 15 pessoas estiveram presentes. Ao todo, 30 servidores recém-aposentados participaram das homenagens.

b) Programa de Assistência em Educação Financeira

O referido programa é realizado em parceria com o Grupo de Educação Financeira da UFPA, e consiste no suporte gratuito através de atendimento individualizado aos servidores estaduais, bem como aos segurados aposentados e pensionistas do Instituto, que estejam em situação de endividamento de risco e/ou superendividamento. No período aludido, dois segurados receberam atendimento, sendo acompanhados pela equipe responsável em sua demanda individualizada.

c) Curso de Preparação para Aposentadoria

É uma ação de educação previdenciária que aproxima o Instituto de seus futuros segurados, pois tem por objetivo oferecer informações, possibilitar reflexões e auxiliar com ferramentas práticas os servidores estaduais que estão se aproximando desse novo tempo que é a aposentadoria. Nele são abordados os seguintes temas, subdivididos em 03 (três) dias: desafios e oportunidades da transição para aposentadoria: aspectos psicossociais; aspectos emocionais e cognitivos da educação financeira; reflexões e ferramentas para reconstrução do Projeto de Vida.

No terceiro trimestre realizou-se o Módulo II do Curso de Preparação para Aposentadoria com os Servidores da Fundação do Hospital de Clínicas Gaspar Viana, contando com a participação de 12 servidores em situação de pré-aposentadoria, os quais já haviam participado do Módulo I do Curso no ano de 2024.

Figura 24— Papo Previdenciário
Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social promove Educação Previdenciária

Ação integra atividades do Igepps que auxiliam servidores na transição para a aposentadoria

Por Cácia Medeiros (IGEPPS)
10/09/2023 10h57



Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) orienta servidores estaduais para a transição pós-carreira

Fonte: Site Agência Pará
<https://agenciapara.com.br/noticia/70521/instituto-de-gestao-previdenciaria-e-protecao-social-promove-educacao-previdenciaria>

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do Igepps tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – Caten (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

Além disso, também está disponível aos segurados e sociedade os meios de atendimentos virtuais como a Central telefônica, a Ouvidoria, Chat, Requerimento Virtual e Call Center.

O Igepps por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

a) Atendimento Presencial:

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (Caten) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – Naps na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), nas agências dos Núcleos Regionais - Nureg de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Nureg de Santarém (agência Santarém e Altamira) e Nureg de Marabá (agência Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

b) Igepps Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

c) Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot

(humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

d) Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria do Igepps criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

e) E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O Igepps tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

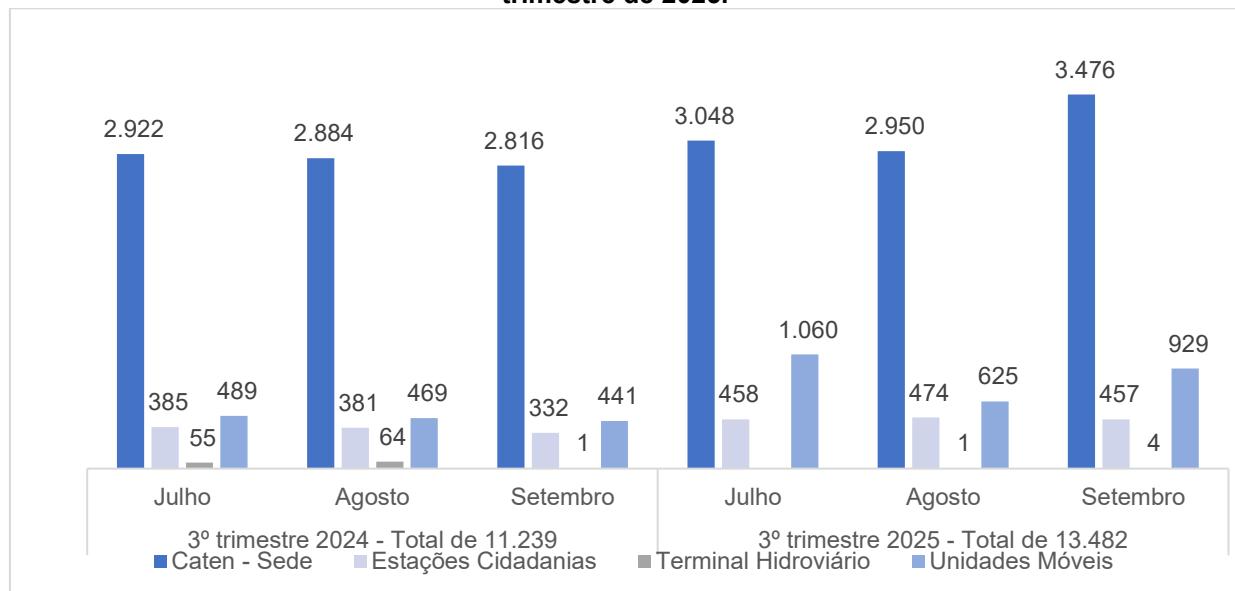
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis

No 3º trimestre de 2025, o atendimento presencial composto pela Caten – Sede,

Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis totalizaram 13.482 (Treze mil, quatrocentos e oitenta e dois) atendimentos. Abaixo é possível observar o comparativo entre o 3º trimestre de 2025 comparado ao mesmo período de 2024, onde observa-se um aumento de 20% no quantitativo total dos atendimentos presenciais.

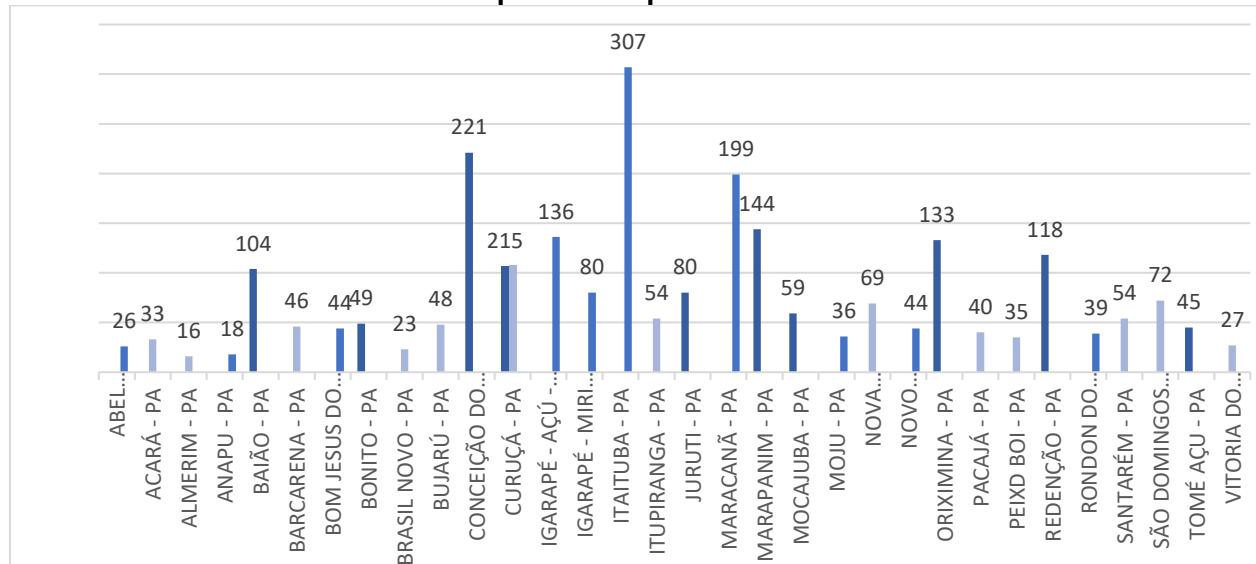
Gráfico 92 — Atendimentos realizados pela Caten- Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

Em relação as unidades móveis, no 3º trimestre o caminhão itinerante percorreu 12 (doze) Regiões de Integração, em 32 (trinta e dois) municípios paraenses, totalizando 2.614 (dois mil seiscentos e quatorze) atendimentos, abaixo é possível observar o quantitativo de atendimentos por município.

Gráfico 93 — Atendimentos por municípios – Unidades móveis – 3º Trimestre 25



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade, o Igepps possui três Núcleos Regionais, são eles:

- a) **Núcleo Regional de Castanhal** composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
- b) **Núcleo Regional de Santarém** composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
- c) **Núcleo Regional de Marabá** composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

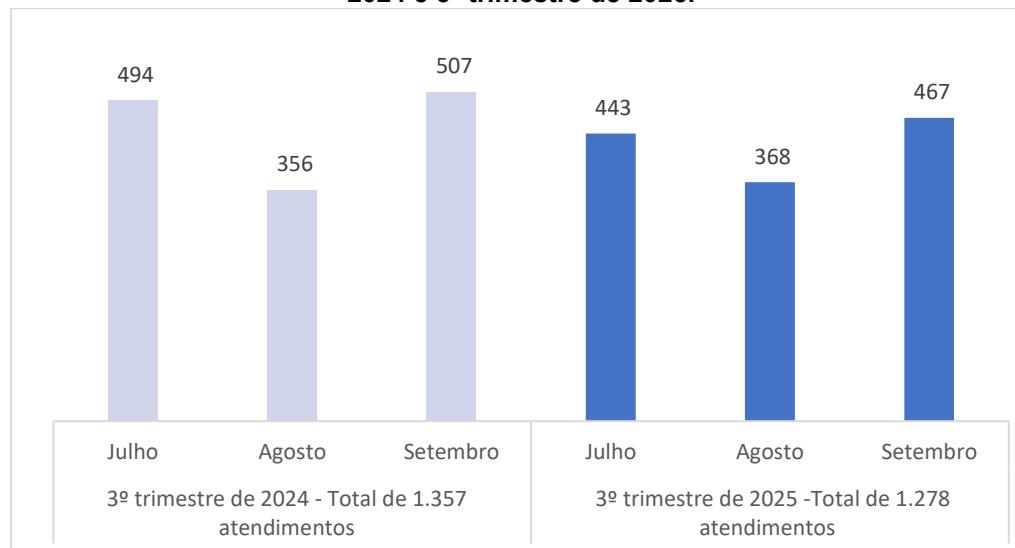
Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do Igepps, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

8.1.1.1 Núcleo Regional de Castanhal

8.1.1.1.1 Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange um total de 5.004 beneficiários. A unidade de Capanema também opera com 4 (quatro) guichês de atendimento presencial. O grupo é composto por civis, militares aposentados e pensionistas nas cidades: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

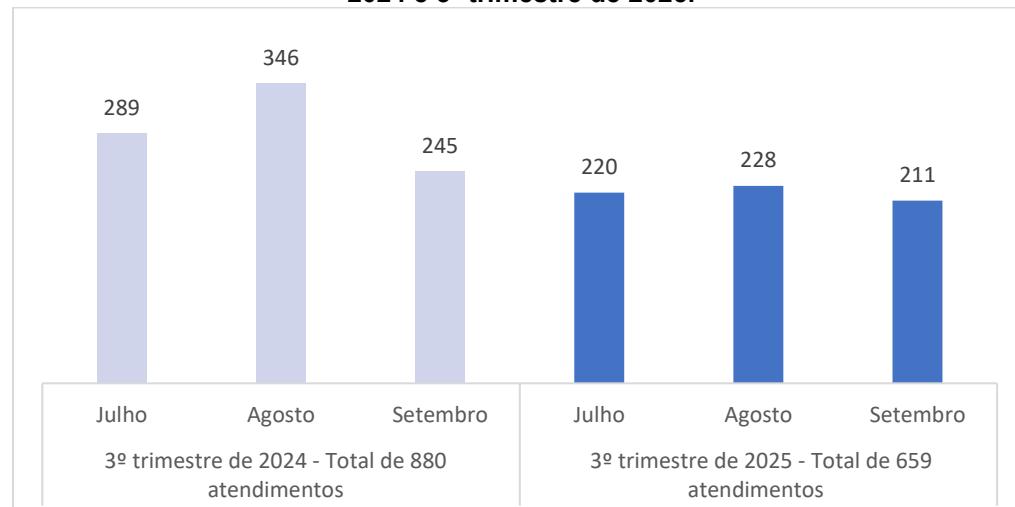
No terceiro trimestre de 2025, a agência registrou 1.278 (um mil duzentos e setenta e oito) atendimentos, conforme a seguir, sendo 443 (quatrocentos e quarenta e três) em julho, 368 (trezentos e sessenta e oito) em agosto e 467 (quatrocentos e sessenta e sete) em setembro. Contudo, no mesmo período de referência em 2024, foram realizados 1.357 (mil trezentos e cinquenta e sete) atendimentos, com isso percebe-se uma diminuição na procura por atendimento. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: emissão de contracheque, encaminhamento de perícia, consulta processual e prova de vida.

Gráfico 94 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.**Fonte:** SIAAG/Igepps

8.1.1.1.2 Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 (dois mil quatrocentos e dezenove) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

No 3º trimestre de 2025, a agência de Abaetetuba realizou 220 (duzentos e vinte) atendimentos em julho; 228 (duzentos e vinte e oito) em agosto e 211 (duzentos e onze) em setembro perfazendo um total de 659 (seiscentos e cinquenta e nove) atendimentos no total conforme gráfico abaixo. No mesmo período em 2024 foram realizados 880 (oitocentos e oitenta) atendimentos.

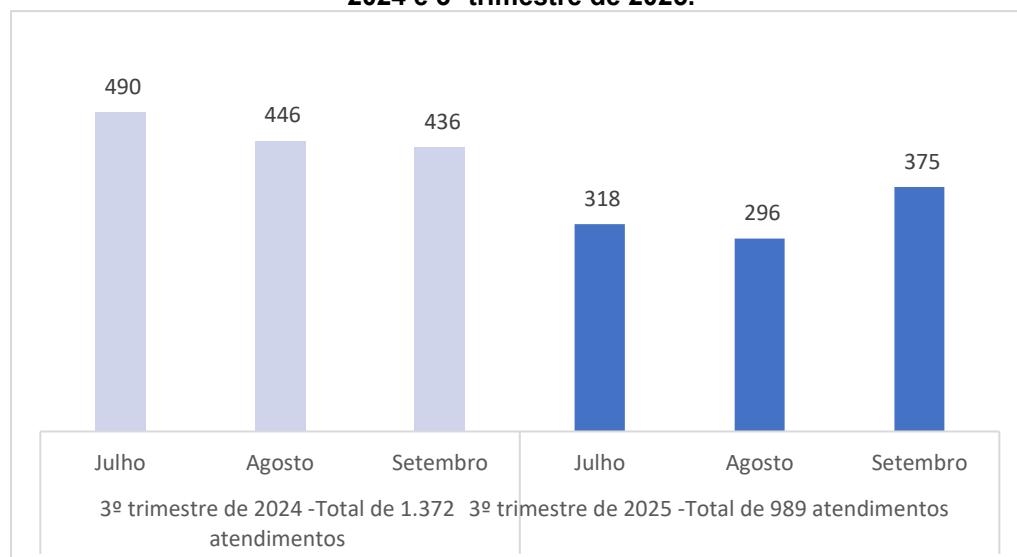
Gráfico 95 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.**Fonte:** SIAAG/Igepps

8.1.1.1.3 Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange atualmente 2.857 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete) beneficiários entre inativos e pensionistas distribuídos nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 3º trimestre de 2025, a agência de Capanema realizou 989 (novecentos e oitenta e nove) atendimentos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 96 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



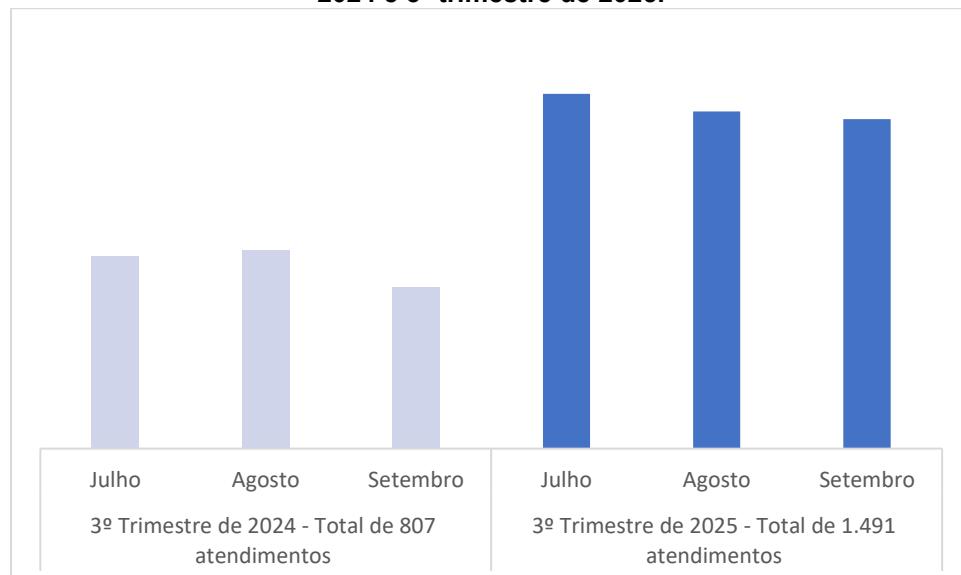
Fonte: SIAAG/Igepps

8.1.1.2 Núcleo Regional de Santarém

8.1.1.2.1 Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para suprir demandas de mais de 2.6 (dois mil e seiscentos) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

No 3º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 510 (quinhentos e dez) atendimentos no mês de julho, 492 (quatrocentos e noventa e dois) em agosto e 481 (quatrocentos e oitenta e um) em setembro, perfazendo um total de 1.491 (um mil quatrocentos e noventa e um) atendimentos. As demandas mais solicitadas no referido período, foram emissão de contracheque, consulta de processo, requerimento inicial e outros foram os mais demandados.

Gráfico 97 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: Siaag/Igepps

Ao comparar o quadro demonstrativo de atendimentos realizados, observamos que no 3º trimestre de 2024, houve 807 (oitocentos e sete) atendimentos e no mesmo período de 2025, o quantitativo total foi de 1.491 (um mil quatrocentos e noventa e um). Com isso, observamos um aumento nos atendimentos realizados naquela agência.

Entre os atendimentos presenciais realizados pelos polos Igepps Altamira e Santarém, existem os previamente agendados através do Siaag, e os atendimentos avulsos, dos quais são disponibilizados sem agendamento prévio, são alguns deles: Emissão de contracheque, Emissão de Cédula C, Emissão de Declaração de Rendimentos (Pensão alimentícia) Recebimento de Portaria, Ciência de Carta/Decisão, Declarações Negativas/Positivas e Agendamento de Perícia Médica. Bem como abertura de protocolos administrativos referentes à Juntadas de documentos, Liberações de crédito e Atualizações de dados bancários, foram os mais demandados.

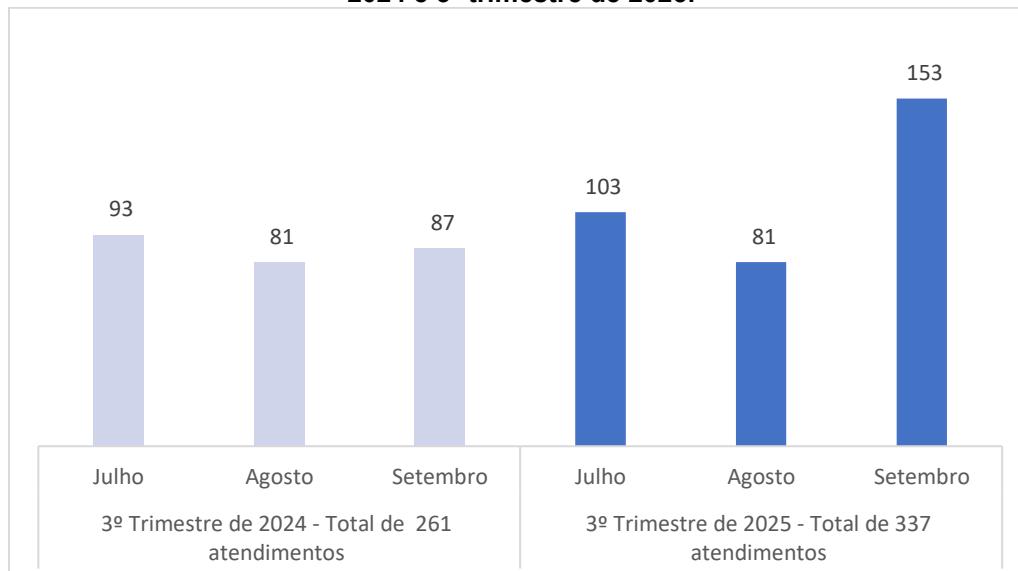
8.1.1.2.2 Agência Altamira

A agência de Altamira/Pá foi inaugurada em 27/04/2023, para suprir as demandas dos segurados do regime de previdência do Pará, residentes na Região de Integração do Xingu. Além de Altamira, ela atende os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

No 3º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 337 (trezentos e trinta e sete) atendimentos, sendo 103 (cento e três) no mês de julho, 81 (oitenta e um) em agosto e 153 (cento e cinquenta e três) em setembro. Os atendimentos mais demandados no referido período, foram emissão de contracheque, emissão de cédula C, solicitação de portaria, consulta de

processo e requerimento inicial foram os mais demandados.

Gráfico 98 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: Siaag/Caten/Igepps

Entre os atendimentos presenciais realizados nos polos Igepps Altamira e Santarém, existem os previamente agendados através do SIAAG, e os atendimentos avulsos, os quais são disponibilizados sem agendamento prévio.

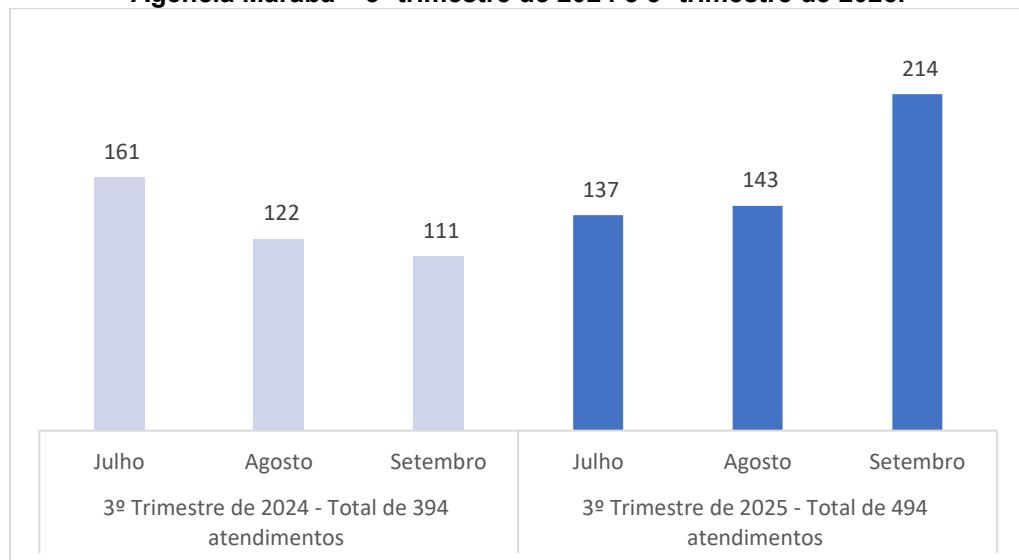
Na oportunidade ressaltamos aumento na quantidade de atendimentos em busca de regularização por parte dos beneficiários, devido a necessidade da realização de prova de vida.

8.1.1.3 Núcleo Regional de Marabá

8.1.1.3.1 Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá localizada no município de Marabá abrange aproximadamente 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 3º trimestre de 2025, foram realizados 494 (quatrocentos e noventa e quatro) atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: outros, emissão de contracheque, consulta de processo e requerimento inicial.

Gráfico 99 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá—Agência Marabá – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.

Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

Na oportunidade, foram apresentadas atividades extras realizadas pela agência Marabá no terceiro trimestre de 2025, como reunião de alinhamento com a equipe; comemoração alusiva ao Dia dos pais; Visita técnica à Companhia da polícia Militar; apoio ao caminhão itinerante na Região dos Carajás.

Figura 25 — Atividades complementares da Agênciade Marabá

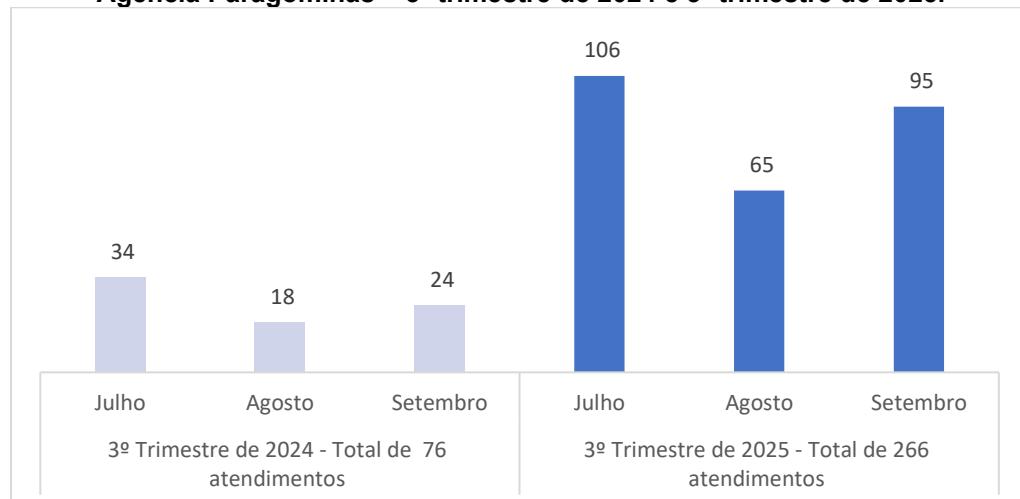
Fonte: Nureg Marabá/Igepps

8.1.1.3.2 Agência Regional de Paragominas

Agência de Paragominas surgiu para suprir as demandas dos segurados do regime de previdência do Pará, residentes na Região de Integração Rio Capim, que abrange, além de Paragominas, os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

No 3º trimestre de 2025, a agência realizou 266 atendimentos, sendo 106 (cento e seis), no mês de julho, 65 (sessenta e cinco) em agosto e 95 (noventa e cinco) em setembro, conforme gráfico abaixo. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros, emissão de cédula C.

Gráfico 100 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá—Agência Paragominas – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

Na oportunidade, foram apresentadas atividades extras realizadas pela agência Marabá no terceiro trimestre de 2025, como reuniões periódicas com colaboradores para alinhamento e definições de estratégias de trabalho ações de treinamento para a equipe.

Figura 26 — Atividades complementares da Agência de Paragominas

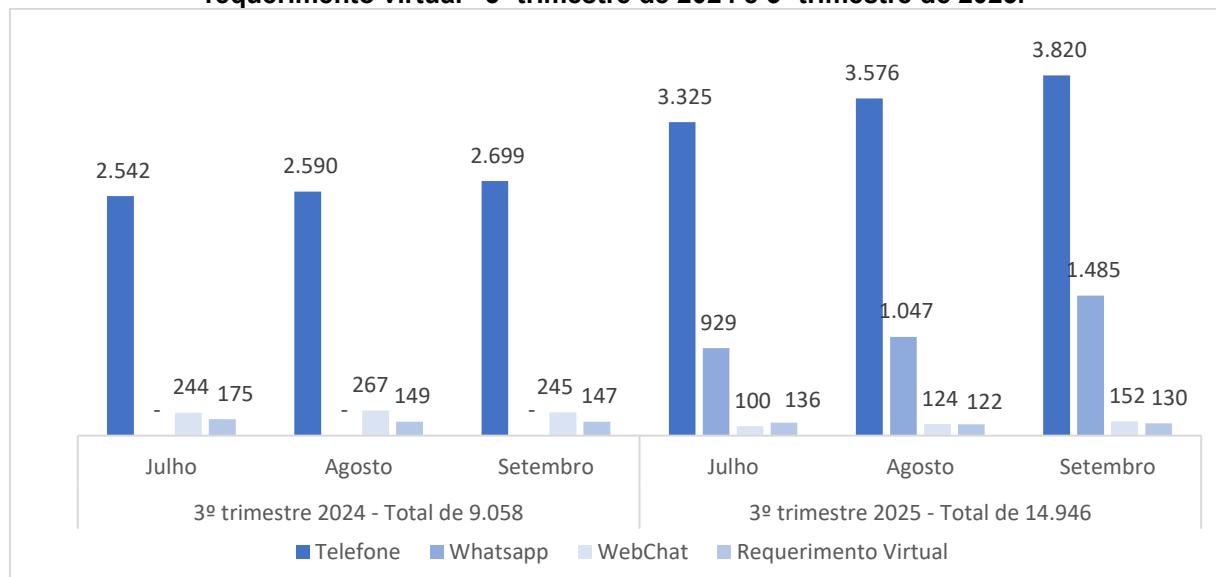


Fonte: Nureg Marabá/Igepps

8.2 ATENDIMENTO REMOTO

No 3º trimestre de 2025, o atendimento remoto composto pelo Call Center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp, webchat), e requerimento virtual totalizaram 14.966 (quatorze mil, novecentos e quarenta e seis) atendimentos, representando um aumento de 65% em relação ao mesmo período do ano anterior. No gráfico abaixo é possível observar o quantitativo de atendimentos realizados.

Gráfico 101 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapp e webchat) e requerimento virtual– 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria possui um papel fundamental, enquanto promotora dos direitos humanos, da boa governança e do Estado de direito, qual seja: Promoção da boa governança na administração pública e na melhoria das suas relações com os cidadãos, promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, reforço da prestação de serviços públicos, promovendo o Estado de direito, a boa governança, a transparência, a responsabilização e a equidade.

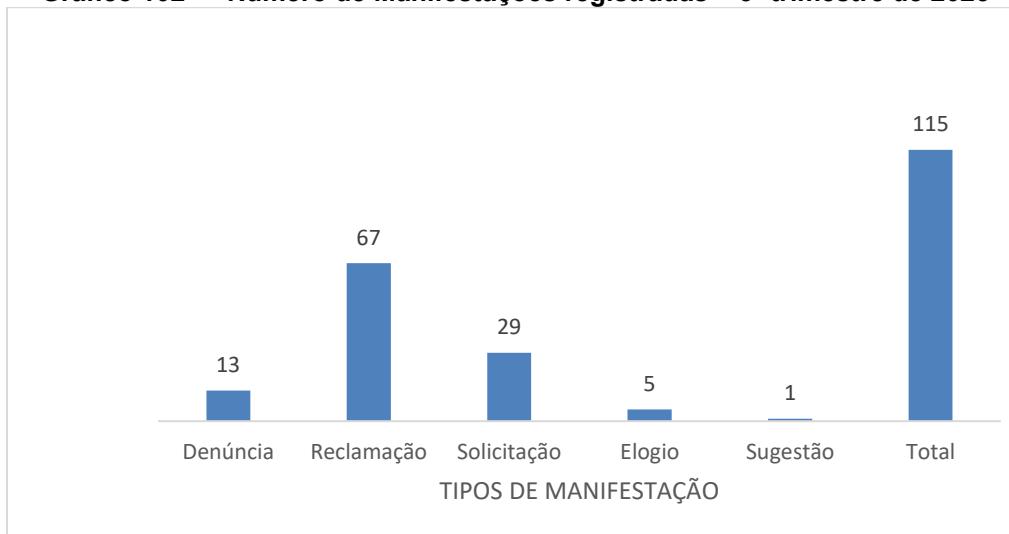
Os dados estatísticos aqui apresentados referem-se às manifestações de solicitações externas e internas feitas ao Instituto, recebidas no período supracitado, que foram

encaminhadas, acompanhadas e respondidas, com base nas informações prestadas pelas unidades administrativas.

As manifestações podem ser realizadas pelo Sistema Geral de Ouvidoria do Estado – SIGO, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

No período abril a junho de 2025, foram recebidas um total de 115 (cento e quinze) manifestações, conforme demonstra o gráfico abaixo:

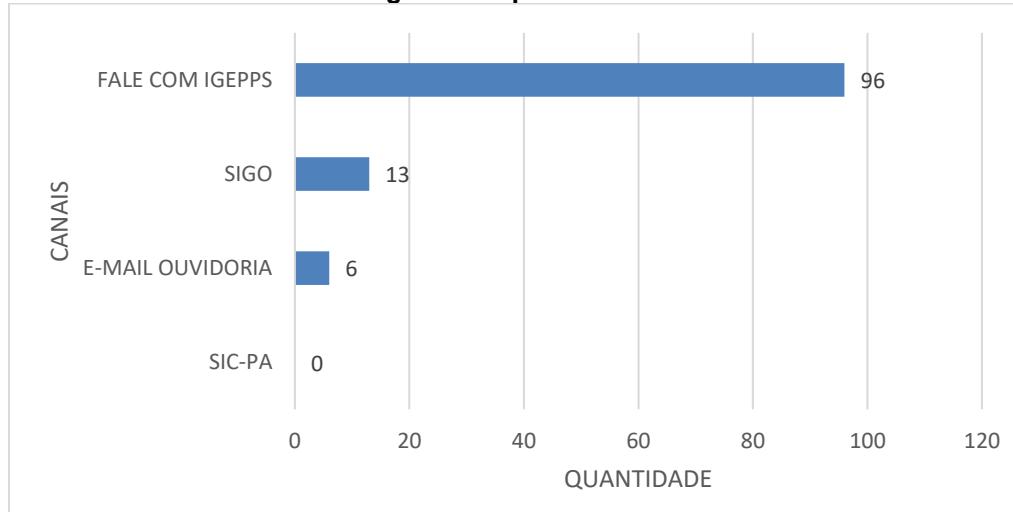
Gráfico 102 — Número de Manifestações registradas – 3º trimestre de 2025



Fonte: Ouvidoria/Igepps/SIGO/OGE

Dos meios de acesso utilizados pelos cidadãos para entrar em contato com a Ouvidoria, as formas de acesso foram o Fale com IGEPPS (83,48%), o SIGO (11,30%), o e-mail da Ouvidoria (5,22%) e o SIC-PA (0%), conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 103 — Número de demandas registradas por canais de atendimento 3º trimestre de 2025



Fonte: Ouvidoria/Igepps/SIGO/OGE

O gráfico abaixo demonstra as Unidades do Igepps que possuem o maior número de demandas no período. Observa-se que a Gerência de Planejamento e Recursos – GAPRE(23), a Coordenadoria de Cadastro e Habilitação – CCAH(21) e a Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF(11) foram as unidades mais demandadas pela Ouvidoria, seguidas pela Diretoria de Previdência – DIPRE(10) e a Coordenadoria de Concessão de Benefício – CCOB(8). As unidades CATEN(3), SFIN(2), COFIN(2), PROJUR(1), CPSM(1) e CTIN(1) registraram menor número de demandas no período.

Na tabela a seguir, destacamos as demandas por Assuntos de Manifestações ocorridos no terceiro trimestre de 2025. Os maiores números estão relacionados a demora na análise de processo, cálculo de retroativo, certidão de tempo de contribuição, pensão, cédula “C”, proventos e aposentadoria.

Tabela 109 — Assuntos de Manifestações

Assunto	Total de solicitações
Morosidade na análise de processo	72
Aposentadoria	8
Problemas no estacionamento do IGEPREV	8
Pensão	7
Certidão de tempo de contribuição	6
Benefício	4
Retroativo	4
Prova de vida	4
Pagamento	4
Tramitação de processo	4
Abono permanência	2
Cédula c	2
Desconto indevido	2
Direitos e vantagens	2
Reclamação de atendimento	2
Correção da DIRF	2
Atualização de PCCR	2
Emissão de regularidade	2
Importunação sexual	2
Site Igeprev	2
Impedimento de acessar o processo	2
Elogio ao atendimento dos colaboradores	2
Não pagamento de proventos após recenseamento	1
Obter Portaria de Concessão de Benefício	1
Liberação de crédito	1
Total geral	150

Fonte: Ouvidoria do Igepps/SIGO-OGE

Esta Ouvidoria busca conduzir os processos das demandas recebidas, sempre que possível, com respostas imediatas. Quando necessário, encaminhamos as manifestações recebidas ao Gabinete da Presidência do Igepps, com o intuito de solicitar as providências cabíveis, receber orientações, informações e esclarecimentos necessários para a realização do atendimento aos cidadãos.

As manifestações são respondidas em um tempo razoável, considerando que de acordo com o Art. 9º, da Resolução nº 001, de 24 de janeiro de 2024, a resposta conclusiva é de 30 dias contados da data do protocolo, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa expressa e comunicação ao manifestante.

As manifestações recebidas são encaminhadas pela Ouvidoria às áreas técnicas deste Instituto, com prazo médio de retorno de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogável por mais 10 (dez), desde que sejam justificadas pelas unidades demandadas.

Enquanto protagonista do diálogo entre a Sociedade e as diferentes instâncias de gestão do Instituto, e buscando atingir os Indicadores: resolutividade das demandas do cidadão e segurados; satisfação dos serviços de ouvidoria, recomendação dos serviços de ouvidoria; cumprimento do prazo de resposta da ouvidoria e taxa de satisfação com a clareza das informações nas cartas de serviços e as Metas: monitorar a priorização das demandas; implantar novos serviços e sistemas; garantir a humanização do atendimento elevando o grau de satisfação dos usuários e proporcionar transparência ativa em ouvidoria, ambos previstos em seu Planejamento Estratégico.

A Ouvidoria vem realizando ações de sensibilização junto aos gestores, corpo técnicos e demais colaboradores para que percebam a relevância desta Unidade Estratégica de Gestão, cujo objetivo maior é a Satisfação dos Segurados do RPPS/PA e dos cidadãos que Usuários dos serviços prestados pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, de modo a promover a boa governança na Administração Pública e a melhoria nas relações com os cidadãos e o reforço da prestação de serviços públicos.

CONSIDERAÇÕES

O terceiro de 2025 destacou-se pelos avanços na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, a qual o Igepps se aproxima da excelência no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, é notório que a implementação de uma política fiscal, tributária e salarial equilibrada priorizou a proteção social de nossos segurados e beneficiários, e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense.

Constata-se, pelo exposto, que as ações estratégicas do Igepps estão voltadas ao atendimento das exigências contidas no programa de implantação de uma gestão previdenciária eficiente e presente, a qual está intrinsecamente ligada ao PPA 2024-2027 e em consonância com as diretrizes do Governo Estadual, buscando minimizar as desigualdades regionais por meio do fortalecimento e consolidação das ações de aprimoramento da governança pública.

O senhor Washington Costa de Albuquerque, Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, foi aprovado na Certificação Profissional dos Dirigentes do Órgão ou Entidade Gestora do RPPS pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda.

Essa certificação é um grande desafio, no entanto demonstra toda dedicação e responsabilidade com a gestão previdenciária do estado do Pará, na busca contínua por aprimoramento rumo à Certificação Pró-Gestão – Nível IV.

Evidenciamos a entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém aposentados, referente ao projeto de educação previdenciária intitulado “Valor em cada história”.

Veja-se, assim, que a atual gestão vem fomentando ações de relevância para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, investindo também em tecnologia da informação de ponta e na segurança de dados, visando à ampliação dos serviços digitais e encurtamento das barreiras com seus segurados, pilar este aliado à celeridade e qualidade dos serviços ofertados.

Esse é o nosso Relatório.

Washington Costa de Albuquerque

Presidente do Igepps

ANEXO I

Figura 1 — Ginástica Laboral	73
Figura 2 — Feira do Produtor— 3º trimestre 2025.	73
Figura 3 — Comemoração do Dia do País - 3º trimestre 2025.....	74
Figura 4 — Atividades complementares da Agência de Marabá.....	178
Figura 5 — Atividades complementares da Agência de Paragominas	179

ANEXO II

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 3º trimestre de 2025	11
Tabela 2—Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa— 3º trimestre de 2025	12
Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	12
Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	14
Tabela 5 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	16
Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	18
Tabela 7 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	21
Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 3º trimestre de 2025	23
Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 3º trimestre de 2025	24
Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 3º trimestre de 2025	24
Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 3º trimestre de 2025	25
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 3º trimestre de 2025	26
Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 3º trimestre de 2025	27
Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 3º trimestre de 2025	28
Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 3º trimestre de 2025.....	28
Tabela 16 — Quadro comparativo das dívidas das prefeituras – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	30
Tabela 17 — Rentabilidade dos Fundos – 3º trimestre de 2025	30
Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 3º trimestre de 2025.....	32
Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 3º trimestre de 2025.....	33
Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 3º trimestre de 2025.....	34
Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 3º trimestre de 2025.....	34
Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 3º trimestre/25	34
Tabela 23 — Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 3º trimestre/25	34
Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará / TCE – 3º Trimestre de 2025	34

Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 3º trimestre/2025.....	35
Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 3º trimestre 25	35
Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 3º trimestre de 2025.	35
Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 3º trimestre de 2025.	35
Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 3º trimestre de 2025.	35
Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 3º trimestre/25	36
Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 3º trimestre/25	36
Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 3º trimestre/25	36
Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 3º trimestre/25	36
Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 3º trimestre/25.	36
Tabela 35 — Despesas previd - Minist Púb de Contas dos Municípios - MPCM - 3º Trimestre 25	37
Tabela 36- Receitas previdenciárias – Defensoria Pública – DPE - FUNPREV- 3º Trimestre 2025.	37
Tabela 37 — Receitas previD – Tribunal de Contas do Estado – TCE FUNPREV – 3º trimestre/25	37
Tabela 38 — Receitas previd – Trib de Justiça/Justiça Militar TJ/JME FUNPREV 3º trimestre 25.....	37
Tabela 39 — Receitas previd – Ministério Público do Estado – MPE FUNPREV-3º trimestre/2025.	37
Tabela 40 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios –	38
Tabela 41 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA FUNPREV – 3º trimestre de 2025.....	38
Tabela 42 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025.....	39
Tabela 43 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025	40

Tabela 44 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025	40
Tabela 45 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025.....	40
Tabela 46 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025 - 3º bimestre 2025.....	41
Tabela 47 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025	41
Tabela 48 — Comparativo Finanprev– 2023 a 2025.....	41
Tabela 49 — Comparativo Funprev– 2023 a 2025	41
Tabela 50 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025	42
Tabela 51 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025.....	42
Tabela 52 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025	42
Tabela 53 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025	43
Tabela 54 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025	43
Tabela 55 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025	43
Tabela 56 — Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025	43
Tabela 57 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025	44
Tabela 58 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025	44
Tabela 59 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025	44
Tabela 60 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025	44
Tabela 61 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025	45
Tabela 62 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025	46
Tabela 63 — Evolução Funprev– 2023 a 2025.....	46
Tabela 64 — Evolução SPSM– 2023 a 2025.....	46
Tabela 65 — Carteira Global do IGEPPS – 3º trimestre de 2025.	47
Tabela 66 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos 2025 – 3º trimestre.....	49
Tabela 67 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 3º trimestre de 2025. .	52
Tabela 68 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 3º trimestre 2025.	54
Tabela 69 — Movimentações Financeiras – SPSM - 3º trimestre 2025.	55
Tabela 70 — Movimentações Financeiras Funprev – 3º trimestre de 2025.	56
Tabela 71 — Arrecadação para aplicação Funprev – 3º trimestre de 2025.	58
Tabela 72 — Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 3º Trimestre de 2025.	62
Tabela 73 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre 2025.	64
Tabela 74 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 3º trimestre 2025.	65
Tabela 75 — Rateio da taxa de administração – 3º trimestre 2025.....	65
Tabela 76 — Utilização da taxa de administração – 3º trimestre 2025.....	66
Tabela 77 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 3º trimestre de 2025.....	71

Tabela 78 — Servidores Capacitados – 3º trimestre de 2025.....	71
Tabela 79 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 3º trimestre de 2025.....	75
Tabela 80 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 3º trimestre de 2025.	77
Tabela 81 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 3º trimestre de 2025.	79
Tabela 82 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.	81
Tabela 83 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 3º trimestre de 2025.....	83
Tabela 84 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 3º trimestre de 2025.....	85
Tabela 85 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas na UG 840201 (Igepps) – 3º Trimestre de 2025.....	86
Tabela 86 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos Igepps - 3º trimestre de 2025.....	87
Tabela 87 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)	92
Tabela 88 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 3º trimestre de 2025.	93
Tabela 89 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	95
Tabela 90 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	97
Tabela 91 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – compartivo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	98
Tabela 92 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	98
Tabela 93 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 3º trimestre de 2025.	99
Tabela 94 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 3º trimestre de 2025.	100
Tabela 95 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 3º trimestre de 2025.	101
Tabela 96 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 3º trimestre de 2025	135

Tabela 97 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 3º trimestre de 2025

.....**Erro! Indicador não definido.**

Tabela 98 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 3º trimestre de 2025.

..... 137

Tabela 99 — Detalhamento precatórios cadastrados - 3º trimestre de 2025. 138

ANEXO III

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025	26
Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025	28
Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025.....	29
Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025.....	30
Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre 2025.	31
Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) –3º trimestre 2025.....	50
Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 3º trimestre de 2025.....	51
Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 3º trimestre 2025.	53
Gráfico 9 — Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 3º trimestre 2025.....	53
Gráfico 10 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.	54
Gráfico 11 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	55
Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2025.55	
Gráfico 13 — Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	56
Gráfico 14 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 3º trimestre de 2025.	57
Gráfico 15 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 3º trimestre de 2025.	58
Gráfico 16 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.	59
Gráfico 17 — Índices de mercado de Renda Fixa em relação a Meta Atuarial – 2025	60
Gráfico 18 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.....	61
Gráfico 19 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 3º trimestre de 2025.....	61
Gráfico 20 — Taxa de Administração por fundo (R\$) – 3º trimestre 2025.....	66
Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 3º trimestre de 2025.	

.....	76
Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.....	78
Gráfico 23 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.....	80
Gráfico 24 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 3º trimestre de 2025.....	82
Gráfico 25 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC – Comparativo do 3º trimestre de 2024 com 3º trimestre de 2025.....	84
Gráfico 26 — Total de Despesas Realizadas: Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 3º trimestre de 2025.....	86
Gráfico 27 — Despesas Realizadas com RPV's – comparativo do 3º trimestre de 2024 com o 3º trimestre de 2025.....	88
Gráfico 28 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) – comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	89
Gráfico 29 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	90
Gráfico 30 — Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	93
Gráfico 31 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps - 3º trimestre.....	95
Gráfico 32 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	96
Gráfico 33 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	97
Gráfico 34 — Total de Despesas Realizadas com Auxílio Morte/Auxílio Acidente – Comparativo do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	99
Gráfico 35 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados – 3º trimestre de 2025.....	101
Gráfico 36 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 3º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 3º trimestre de 2025	103
Gráfico 37 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 3º trimestre de 2025.....	104
Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 3º trimestre de 2025.....	105

Gráfico 39 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 3º trimestre de 2025.....	106
Gráfico 40 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 3º trimestre de 2025.....	107
Tabela 41 — Quantitativo de resultado - 3º trimestre de 2025.....	110
Tabela 42 — Desempenho no Instagram - 3º trimestre de 2025	110
Tabela 43 — Perfil da audiência - 3º trimestre de 2025	111
Tabela 44 — Desempenho das Postagens (FEED) - 3º trimestre de 2025.....	111
Tabela 45 — Desempenho dos Reels - 3º trimestre de 2025	111
Tabela 46 — Indicadores gerais do desempenho no Facebook - 3º trimestre de 2025	112
Tabela 47 — Indicadores gerais do Facebook - 3º trimestre de 2025.....	112
Gráfico 48 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 3º trimestre de 2025.....	128
Gráfico 49 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – Janeiro a Setembro de 2025.....	128
Gráfico 50 — Quadro de Celebração de acordo – 3º trimestre de 2025	132
Gráfico 51 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) –	134
Gráfico 52 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 3º trimestre de 2025.....	134
Gráfico 53 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 3º trimestre de 2025	137
Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Reserva e Reforma da Policial Militar – 3º trimestre de 2025	140
Gráfico 55 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma dos Bombeiros Militares – 3º trimestre de 2025	140
Gráfico 56 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 3º trimestre de 2025	141
Gráfico 57 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 3º trimestre de 2025.....	141
Gráfico 58 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Auxílio Acidente – 3º trimestre de 2025.....	141
Gráfico 59 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Devolvidos aos órgãos de origem: Despachos/indeferimentos – 3º trimestre de 2025	142
Gráfico 60 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Pensão por Morte Militar	142

– 3º trimestre de 2025.....	142
Gráfico 61 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Revisão Pensão por Morte Militar – 3º trimestre 2025	142
Gráfico 62 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 3º trimestre de 2025.....	144
Gráfico 63 — Quantitativo de Processos analisados – 3º trimestre de 2025.....	145
Gráfico 64 — Quantitativo de Processos analisados – 3º trimestre de 2025.....	145
Gráfico 65 — Quantitativo dos processos analisados – comparativo entre o 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	146
Gráfico 66 — Quantitativo por tipo de processos analisados – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	147
Gráfico 67 — Comparativo do Quantitativo de processos analisados –.....	147
Gráfico 68 — Quantitativo das aposentadorias concedidas – 3º trimestre de 2025.148	148
Gráfico 69 — Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 3º trimestre de 2025.....	148
Gráfico 70 — Comparativo do quantitativo de auxílios funerais concedidos no 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025. Erro! Indicador não definido.	149
Gráfico 71 — Comparativo do quantitativo dos auxílios funerais concedidas 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	149
Gráfico 72 — Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	150
Gráfico 73 — Comparativo do quantitativo de abonos de permanência concedidos no –	150
Gráfico 74 — Comparativo da Quantidade de Vacâncias – Inativos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	151
Gráfico 75 — Distribuição de Valores de Vacâncias - Inativos – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	152
Gráfico 76 — Distribuição de Vacâncias - Inativos 3º trimestre de 2024.....	153
Gráfico 77 — Distribuição de Vacâncias – Inativos 3º trimestre de 2025.....	153
Gráfico 78 — Comparativo da Quantidade de Vacâncias - Pensão por Morte - 3º trimestre de 2024 com 3º trimestre de 2025.....	154
Gráfico 79 — Distribuição de Valores de Vacâncias - Pensão por Morte – Comparação do 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	154
Gráfico 80 — Valores de Vacâncias de Pensionistas - 3º trimestre de 2024.	155
Gráfico 81 — Valores de Vacâncias de Pensionistas - 3º trimestre de 2025.	155
Gráfico 82 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade -	

Inativos Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	156
Gráfico 83 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos –valor (R\$) - Inativos Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	157
Gráfico 84 — Comparativo Folha de Pagamentos – Quantidade – Inativos Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	157
Gráfico 85 — Comparativo Folha de Pagamentos - Valores (R\$) – Inativos Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	158
Gráfico 86 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade – Pensionista Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	158
Gráfico 87 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - valores (R\$) – Pensionista Civil - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	159
Gráfico 88 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade - Pensionista Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	159
Gráfico 89 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - valor (R\$) - Pensionista Militares - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	160
Gráfico 90 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – Quantidade (R\$) Pensionistas Especiais - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	160
Gráfico 91 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – Valores (R\$) Pensionistas Especiais - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	161
Gráfico 92 — Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – Valores - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	161
Gráfico 93 — Comparativo dos Retroativos de Pensão - Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	162
Gráfico 94 — Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	163
Gráfico 95 — Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: Valores (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	164
Gráfico 96 — Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito - Análises — 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	165
Gráfico 97 — Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	165
Gráfico 98 — Atendimentos realizados pela Caten- Sede, Estações Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	172
Gráfico 99 — Atendimentos por municípios – Unidades móveis – 3º Trimestre de 2025	172

Gráfico 100 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	174
Gráfico 101 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	174
Gráfico 102 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	175
Gráfico 103 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	176
Gráfico 104 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	177
Gráfico 105 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	178
Gráfico 106 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Paragominas – 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.....	179
Gráfico 107 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapp e webchat) e requerimento virtual– 3º trimestre de 2024 e 3º trimestre de 2025.	180
Gráfico 108 — Número de Manifestações registradas – 3º trimestre de 2025	181
Gráfico 109 — Número de demandas registradas por canais de atendimento 3º trimestre de 2025	181

ANEXO IV

Quadro 1 — Programas e ações do PPA 2024-2027 – 3º trimestre de 2025	10
Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP – 3º trimestre de 2025	68
Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal – 3º trimestre de 2025	69



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3799800

Anexo/Sequencial: 3

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Silvia Caroline Maciel de Oliveira Brito, **CPF:** ***.692.582-**

Em: 22/12/2025 15:31:57

Aut. Assinatura: 3c47c2f1a87dd70894163984f2195eedf956a916e6d6710f6cffaa684fb6d3a8

Assinado eletronicamente por: Tania Sueli do Rosário Correa, **CPF:** ***.004.522-**

Em: 22/12/2025 15:43:20

Aut. Assinatura: 9376037a48513f43aa7ec63727f465a96b1f669e8ec62b07d815995f74f2bbc6



Identificador de autenticação: 08ee965b-668f-4435-80a8-b98c730ed1fc

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>